



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

VIRGÍNIA FALCÃO

POLÍTICA DE ABRIGAMENTO
A CASA ABRIGO NA BAHIA
HISTÓRICO E ANÁLISE DE UM DIFÍCIL PROCESSO

Salvador
2008

VIRGÍNIA FALCÃO

**POLÍTICA DE ABRIGAMENTO
A CASA ABRIGO NA BAHIA
HISTÓRICO E ANÁLISE DE UM DIFÍCIL PROCESSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Prof^a Dra. Ana Alice Alcântara Costa

Salvador
2008

Revisão e formatação: Vanda Bastos

Falcão, Virgínia
F178 Política de abrigamento a casa abrigo na Bahia: história de um difícil processo /
Virgínia Falcão. – Salvador, 2008.
176 f. : il.

Orientador: Prof^a Dra. Ana Alice Alcântara Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Violência. 2. Violência contra a mulher. 3. Feminismo. 4. Drogas.
5. Relações homem – mulher . I. Costa, Ana Alice Alcântara. II. Universidade Federal
da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 362.8292

VIRGÍNIA FALCÃO

POLÍTICA DE ABRIGAMENTO – A CASA ABRIGO NA BAHIA
Histórico e análise de um difícil processo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Aprovada em 19 de maio de 2008

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Alice Alcântara Costa – Orientadora
Doutora em Ciências Políticas/Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (NEIM/FFCH/UFBA)

Profa. Dra. Ceci Noronha
Doutora em Saúde Coletiva /Professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC /UFBA)

Profa. Dra. Normélia Diniz
Doutora em Enfermagem. Professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (GEM /UFBA)

A todas as mulheres em situação de violência que, ao romperem o seu silêncio e exibirem a sua dor, denunciam ao Estado Brasileiro as suas cidadanias fragilizadas e clamam por mudanças em direção a uma política democrática, integral e inclusiva, como um direito de todas as mulheres brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Não posso dizer que esta tenha sido uma tarefa fácil, porque não seria verdade, mas, em sendo difícil, posso afirmar o quanto necessitei e me senti amparada, o quanto me senti acolhida, ajudada, protegida por tantas e tão boas companheiras que fazem parte da minha vida pessoal e profissional, as quais percebo como sendo a minha família escolhida.

Nos últimos dias, tenho revisitado na memória a minha vida profissional e pessoal até aqui. Do silêncio, emergem situações vividas e circunstâncias especiais que me transformaram na pessoa que sou hoje. Penso nas pessoas envolvidas e, em cada uma delas, deixo que o meu abraço distante lhe toque o coração em agradecimento.

A lembrança mais antiga e transformadora que me chega envolve, no meu abraço, o pessoal do Núcleo Experimental de Atividades Sócio-Culturais (NEASC) e, em especial, Dolores Cony Campos, grande educadora, com quem aprendi muito, quando iniciei uma nova trajetória na minha vida profissional, na área de educação informal, com adolescentes meninos e meninas de rua. Até então, trabalhara na Secretaria de Saúde do Estado, realizando um trabalho solitário de microscopia para prevenção de câncer de colo de útero. Após a experiência no NEASC, eu jamais seria a mesma!!

Alguns anos depois, de volta à Secretaria de Saúde, fui trabalhar num projeto diferenciado, que se chamava “Saúde Reprodutiva Rumo a 2000”. Essa foi uma grande oportunidade!! Agradeço a todas as pessoas que estiveram envolvidas nesse processo e, em especial, a Balbina Lemos da Silva, coordenadora do Projeto, pela confiança, liberdade e respeito ao meu trabalho que me possibilitaram produzir e ter os resultados que tivemos. Agradeço, ainda, pela oportunidade de crescer profissionalmente junto a pessoas tão especiais e generosas como Ilka Rondinelli, Sandra Buffington, Berengere de Negri, e Rosa Said. A todas vocês, o meu saudoso abraço agradecido.

Como não poderia deixar de ser, cabe aqui um especial agradecimento a Maria Eunice Kalil, grande companheira, modelo de gente e de profissional, a quem admiro tanto. Estendo este agradecimento, também, a Sílvia de Aquino e Francisca Schiavo, profissionais com as quais contei e conto, e que, generosamente viram e contribuíram com o meu trabalho.

Agradeço a todos os profissionais vinculados ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), a todas as professoras do PPGNEIM e, em especial, à professora Cecília Sardenberg, pelo carinho e atenção que me foram generosamente dispensados.

A todos os meus colegas do mestrado, especialmente a Zilmar Alverita e Renato Macedo pela proximidade maior, pelas trocas, pelas ajudas, bem

como aos colegas da matéria “Gênero e Poder”, em especial, a Ana Lucia Gomes e Eide Paiva, pela identificação maior e por tudo mais que isso representa.

Um profundo e afetuoso abraço de gratidão para a minha orientadora, Professora Ana Alice Alcântara Costa. Sem você, Alice, não teria sido possível chegar até aqui. Obrigada por tudo, e, sobretudo, pelo apoio e competência que você coloca a serviço dos seus alunos. Obrigada, ainda, pelo seu estímulo, pelo cuidado, pela solidariedade e pelo apoio em momentos muito difíceis que tive de viver – e nos quais pude contar com a sua compreensão.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a construção do meu trabalho e, em especial, às minhas entrevistadas, pela disponibilidade do seu tempo, pelas suas colocações, e, principalmente, pelo esforço de análise e elaboração de conteúdos relativos às suas vivências particulares no trato com a violência.

Um agradecimento especial às ex-usuárias da casa abrigo, que, tão generosamente, disseram sim ao meu chamado e contribuíram com as suas vozes para enriquecer o meu trabalho.

Agradeço muito carinhosamente a Normélia Diniz e Ceci Noronha, integrantes da minha banca de qualificação, pelas suas contribuições e disponibilidade para comigo.

Um agradecimento muito especial a Josie Falcão, presente em todas as horas, e a Déa Cardoso, Vera Lyra, Ana Lúcia Velame, pela convivência maior, carinho e cuidado que sempre me dispensaram em todos os momentos. Igualmente agradecida a Cristina Aguiar, Mara Rabelo, Márcia Lacerda, Arlete Cardoso; a Rita Paula Santos e Nícia Calaza pela proximidade, pelas trocas, pelo estímulo, pela solidariedade.

Obrigada a Guiga Azevedo, pela sua presença forte na minha vida.

Aos meus pais tão queridos, a minha saudade maior. Aos meus familiares, tias, irmãos, cunhadas, sobrinhos e à minha tão querida nora, agradeço pelo incentivo e carinho de sempre.

A Josélia, agradeço pelos desafios que nos impusemos, na nossa convivência no dia a dia, sem desistirmos uma da outra.

Por fim, um agradecimento muito especial aos meus filhos, Bruno e Juliana, pelo estímulo, pela motivação, pela confiança que tiveram na sua mãe, e sobretudo por existirem na minha vida e serem como são: **motivo de muito orgulho e fontes de alegria.**

*“Em nossos dedos de esperança
muito trabalho desabrocha”.*

Cecília Meireles

RESUMO

O presente estudo busca resgatar o histórico e analisar uma das ações do Programa de Políticas Públicas de Prevenção Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, no Estado da Bahia, a Casa Abrigo para mulheres em situação de violência, que tem como objetivo garantir a integridade física e/ou psicológica de mulheres e seus filhos menores em situação de risco de vida, em função da violência sofrida. Preconiza-se que esse atendimento deva ser temporário, sigiloso e integral, prestando-se a essas mulheres e aos seus filhos, assistência médica psicossocial e jurídica. A violência é aqui enfocada como um fenômeno histórico, socialmente construído e, portanto, não natural. Quando dirigida às mulheres, via de regra, assume uma das suas formas mais perversas, pois, é quase sempre aceita, silenciada, legitimada, institucionalizada e naturalizada. Sua magnitude, bem como o silêncio e a negação que envolvem esse fenômeno, denuncia as desigualdades e a subordinação que marcam a vida das mulheres que trazem devastadoras conseqüências para a sua saúde, qualidade de vida e para o exercício pleno dos seus direitos como cidadãs. Apresenta o papel do movimento feminista brasileiro na definição das políticas de saúde e de atenção à violência contra as mulheres, bem como o seu enfrentamento. O estudo utilizou a abordagem qualitativa e o enfoque nas relações de gênero entre os sexos, para proceder à análise dos dados coletados através de pesquisa documental, entrevista com “pessoas-chave” envolvidas, direta ou indiretamente, com essa política e a realização de grupo focal com mulheres ex-usuárias da Casa Abrigo, enquanto sujeitos da ação dessa política. Os achados justificam a subutilização da Casa Abrigo na nossa realidade, e a fragilidade desse processo no Estado da Bahia que segue carecendo de uma intervenção estatal, que venha a garantir, de fato, os direitos das mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Violência. Violência contra a mulher. Relações de gênero, Política pública. Política de abrigamento. Casa Abrigo.

ABSTRACT

The present study seeks to review the history and analyze one of the actions of the Program of Public Policy and Assistance to Prevent and Combat Violence Against Women in the State of Bahia, the “Casa Abrigo” for women in situations of violence, which has the objective of guaranteeing physical and/or emotional safety of women and their minor children whose lives are at risk due to having been victims of violence. It recognizes that this assistance should be temporary, fast and comprehensive, offering these women and their children medical, psychological and legal assistance. The focus is on violence as an historical phenomenon, socially constructed and, therefore, not a natural one. When directed at women, by rule, it assumes one of the most evil forms since it is almost always accepted, silenced, legitimized, institutionalized and naturalized. Its magnitude, just like the silence and the denial of this phenomenon, ignores inequalities and subordination that mark the lives of these women in ways that leave devastating consequences for their health, quality of life and full expression of their rights as citizens. This paper presents the Brazilian feminist movement in defining public health policy and services to combat violence against women, as well as how to confront it. This study used qualitative methodology and focus on gender relations between both sexes, in preparation for analysis of data collected through literature review, interviews with key people involved, directly or indirectly, with this policy, and focus group discussions with women who were former residents of “Casa Abrigo”, as subjects of this policy. The findings reveal an underutilization of “Casa Abrigo” in our reality, and the fragility of this process in the State of Bahia which is still lacking a statewide intervention, which would guarantee, in fact, the rights of women in situations of violence.

Key words: Violence. Violence against women. Gender relations, public policy. Shelter policy. Casa Abrigo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	125
Gráfico 2	Cor das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	126
Gráfico 3	Crença religiosa das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	127
Gráfico 4	Grau de escolaridade das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	128
Gráfico 5	Atividades laborais das mulheres Usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	129
Gráfico 6	Tempo de exposição ao risco/agressor pelas mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	131
Gráfico 7	Tempo de permanência no abrigo das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a cor, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	126
Tabela 2	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a crença religiosa, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	127
Tabela 3	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo o estado civil, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	127
Tabela 4	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a escolaridade, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	128
Tabela 5	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã segundo a atividade laboral, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	128
Tabela 6	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a profissão, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	129
Tabela 7	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo o tipo de violência sofrida, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	130
Tabela 8	Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo as drogas de abuso, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCDM	Conselho Cearense dos Direitos da Mulher
CEAFRO	Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA)
CEDAW	<i>The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)</i> – Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
COMVIDA	Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência
CRLV	Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência Loreta Valadares
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
Eaesp	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
FCCV	Fórum Comunitário de Combate à Violência
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMS	Fórum de Mulheres de Salvador
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
MNU	Movimento Negro Unificado
MUSA	centro de referência em educação em saúde da mulher
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher
NOAS	Normas Operacionais de Assistência à Saúde
NOB	Normas Operacionais Básicas
NOW	<i>National Organization for Women</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-americana de Saúde
PAISM	Política de Atenção Integral de Saúde das Mulheres
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
REDA	Regime de Direito Administrativo
SAS	Superintendência de Ação Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia

SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEDIM	Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
Seppir	Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SJDH	Secretaria da Justiça e Direitos Humanos
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SOAJ	Serviço de Orientação e Assistência Judiciária
SPM	Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
SSP	Secretaria de Segurança Pública
Sucab	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
SUS	Sistema Único de Saúde
TR	Termo de Referência
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	<i>The United Nations Children's Fund</i> – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA: UMA ABORDAGEM FEMINISTA NA INVESTIGAÇÃO	21
2.1	TRABALHO DE CAMPO	28
3	VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA	33
3.1	SAÚDE E CONDIÇÕES DE VIDA	34
3.2	A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA DE SAÚDE	36
3.3	O PROCESSO CULTURAL E A VIOLÊNCIA	39
3.4	POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PAISM)	42
3.5	CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO PARA A COMPREENSÃO E O ENTENDIMENTO ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	44
4	ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	50
4.1	AS CASAS ABRIGO COMO PARTE DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA	57
4.1.1	<i>CASAS ABRIGO NO MUNDO</i>	61
4.2	A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO BRASIL	63
4.2.1	<i>POLÍTICA DE ABRIGAMENTO</i>	65
4.2.2	<i>PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS</i>	69
4.2.3	<i>PERFIL DAS CASAS ABRIGO NO BRASIL</i>	71
5	A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO PARA A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA BAHIA	76
5.1	PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO SOCIAL CASA ABRIGO NA BAHIA	79
5.2	A CASA ABRIGO NA BAHIA	81
5.3	A COMISSÃO E O SEU PAPEL PARA A REABERTURA DA CASA ABRIGO	97
5.4	O PROJETO CASA ABRIGO MULHER CIDADÃ E SEUS PROBLEMAS	114

5.5 DANDO VOZ A EX- USUÁRIAS DA CASA ABRIGO	124
5.6 ANÁLISE E PERFIL DAS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL	132
5.7 RECADOS DAS EX-USUÁRIAS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	138
<hr/>	
A TÍTULO DE CONCLUSÃO: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
<hr/>	
REFERÊNCIAS	154
<hr/>	
APÊNDICES	166
<hr/>	
ANEXOS	175
<hr/>	

1

INTRODUÇÃO

A inteligência não foi dada ao homem para aceitar passivamente a realidade, mas para tentar mudá-la.

Celso Brant

O presente estudo se propõe a refletir sobre uma das ações do Programa de Políticas Públicas de Prevenção Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, a Casa Abrigo, que tem como objetivo garantir a integridade física e/ou psicológica de mulheres e seus filhos menores em situação de risco de vida, em função da violência sofrida. Preconiza-se que esse atendimento deva ser temporário, sigiloso e integral, prestando-se, a essas mulheres e seus filhos, assistência médica, psicossocial e jurídica.

Entende-se política social, na perspectiva apresentada por Fleury (1993), como a orientação do Estado para o uso dos bens públicos em benefício da população mais vulnerável. Trata-se da utilização de um conjunto de objetivos e instrumentos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades¹ que conta com a participação de múltiplos atores atuando em redes de políticas públicas.

Essa percepção adquiriu maior sentido quando, em outubro de 2001, comecei a atuar como membro do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV) e, mais precisamente, após um curso ministrado pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC), “Enfoques de Gênero e Saúde”, em 1999,

¹ Por qualidade de vida entende-se, aqui, a resposta adequada às necessidades físicas, psíquicas, afetivas, éticas e sociais das pessoas e das situações.

que proporcionou uma maior aproximação teórica com a questão da violência contra a mulher, sua magnitude e as devastadoras conseqüências para sua saúde e sua vida.

Tendo estado sempre envolvida no trabalho com mulheres no setor saúde, a partir dessa experiência foi possível perceber, com mais clareza, as desigualdades e a subordinação que marcam a vida das mulheres, gerando violência, bem como o silêncio e a negação que envolvem esse fenômeno.

Entendendo a questão da violência como um grave problema social e de saúde pública, em outubro de 2003, comecei a participar da comissão multisetorial e multiprofissional constituída, formalmente, após assinatura de Convênio de Cooperação Técnica celebrado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), através da Superintendência de Assistência Social (SAS)², para reabertura do equipamento social Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência. O propósito dessa Comissão, composta por representantes de setores governamentais e da sociedade civil organizada, era defender os direitos das mulheres em situação de violência, fazendo valer os objetivos explicitados no citado convênio.

A Casa Abrigo havia sido inaugurada em maio de 2000, pelo então governador César Borges, através das Voluntárias Sociais, tendo recebido o nome de Casa Abrigo Pousada de Maria, mas se encontrava desativada desde meados de 2003 devido a denúncias das abrigadas relativas a problemas institucionais.

No início de 2003, a Pousada de Maria entrou em franco processo de crise. No mês de abril, a casa contava com apenas uma abrigada e a crise

² Trata-se do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o governo do Estado da Bahia, através do Dr. Eduardo Oliveira Santos, titular da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS) e as Secretarias de Estado de Segurança Pública, Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, representadas, respectivamente, por seus titulares, Dr. Edson Sá Rocha, Dr. José Antônio Rodrigues Alves, Dr^a Anaci Bispo Paim e Dr. Sérgio Sanches Ferreira, as Secretarias Municipais de Saúde de Salvador e Simões Filho e de Educação de Salvador, representadas, respectivamente, por seus titulares, Dra. Aldely Rocha Dias, Dra. Maria Auxiliadora Pitangueiras e Dra. Dirlene Matos Mendonça, a Ordem dos Advogados do Brasil/Conselho Seccional da Bahia, representado por seu titular, Dr. Dinailton Oliveira e o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, representado por sua titular Dra. Rita de Cássia Monteiro Carvalho, com o objetivo de através da execução de ações relativas ao Equipamento Social “Casa Abrigo”, apoiar, proteger e reintegrar à sociedade mulheres vítimas de agressão]

passou a ser alvo de matérias nos jornais³ e, em meio a denúncias sobre a péssima qualidade dos serviços prestados, a casa foi fechada.

Ao tomarem conhecimento da situação por que passava a Pousada de Maria, entidades ligadas ao movimento de defesa dos direitos das mulheres, como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM), órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Fórum de Mulheres de Salvador (FMS), entre outros, começaram a se articular em defesa da manutenção desse equipamento social, tendo em vista a sua necessidade, por parte das mulheres em situação de violência.

Em julho de 2004, a casa foi reaberta, porém, com problema de subutilização, tendo abrigado o correspondente a apenas 25% da sua capacidade instalada, ou seja, quatro mulheres/mês até o final de 2006.

A violência é considerada um fenômeno histórico, socialmente construído e presente em todas as sociedades. Quando dirigida a mulheres, assume uma de suas formas mais perversas, pois, via de regra, a violência contra a mulher só é considerada como tal quando praticada por estranhos ao contrato matrimonial, sendo quase sempre aceita, silenciada, legitimada, institucionalizada e naturalizada, quando cometida pelo cônjuge.

As experiências acima relatadas ampliaram o meu interesse sobre a temática da violência contra a mulher, levando-me ao que chamo de “caminho de volta” à universidade, para aprofundar conhecimentos e refletir sobre o fenômeno da violência contra a mulher sob a ótica de gênero. Também me sentia estimulada a investigar sobre o equipamento social Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, enquanto política pública, no sentido de melhor entender a implementação dessa política e seus possíveis impasses, pretendendo, dessa forma, contribuir para a melhoria do acesso e o fortalecimento da rede de atenção às mulheres em situação de violência na Bahia.

Ciente de que a violência contra as mulheres não foi reduzida no nosso Estado, esse trabalho traz uma reflexão sobre a política de Casas

³ Ver notícias no jornal A Tarde: “Pousada de Maria está quase desativada e a única interna teme por sua segurança” (BONFIM, 2003); “Direção da Pousada retalia e ameaça expulsar internas” (BONFIM, 2002).

Abrigo, na Bahia, resgatando o seu processo histórico e a sua funcionalidade, objetivando identificar:

- ✓ possíveis fatores que estariam determinando a baixa utilização da Casa Abrigo, no nosso Estado.
- ✓ possíveis dificuldades percebidas por pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas com a política de abrigo, na Bahia.
- ✓ possíveis dificuldades percebidas pelas mulheres usuárias desse serviço.
- ✓ o perfil das mulheres atendidas na Casa Abrigo, no Estado da Bahia.

Partindo da hipótese de que a sub-utilização da Casa Abrigo Mulher Cidadã é decorrente da falta de articulação e integração dos vários equipamentos sociais que compõem a rede de assistência às mulheres em situação de violência, procurou-se, então, identificar os possíveis entraves na sua política de acesso e funcionalidade e, sobretudo, entender as razões do não-aproveitamento desse equipamento social na sua totalidade, seja no que diz respeito às pessoas diretamente envolvidas com essa política, seja em relação a mulheres usuárias e a potenciais usuárias, com o objetivo de refletir sobre a funcionalidade da Casa Abrigo na Bahia e, assim, aprender e avançar, através do reconhecimento de possíveis erros ou equívocos, nos quais, também, me incluo, enquanto pessoa envolvida no processo.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro e segundo, enfoca-se, tanto teórica quanto metodologicamente, a questão da violência como um fenômeno histórico, socialmente construído, apresentando-se uma abordagem feminista na investigação e o papel do movimento feminista brasileiro na definição das políticas de saúde e de atenção à violência contra as mulheres, bem como o seu enfrentamento.

No terceiro capítulo, procura-se articular a questão da saúde com as condições de vida das mulheres e a questão da violência como uma questão de saúde pública. Destaca-se a contribuição do movimento feminista para a compreensão e o entendimento da violência contra as mulheres, o que, na prática, exigiu e, ainda hoje, continua a exigir que o

Estado Brasileiro implemente uma efetiva Política de Estado voltada para o abrigamento das mulheres em situação de violência.

O quarto capítulo enfoca a Política de Abrigamento para as mulheres em situação de violência no Brasil e as Casas Abrigo como parte dessa política no enfrentamento e combate à violência. Traz, também, o histórico das Casas Abrigo no mundo, as primeiras experiências brasileiras e o perfil das Casas Abrigo no Brasil.

No quinto e último capítulo, enfoca-se a Política de Abrigamento na Bahia trazendo-se o histórico e a análise e funcionamento da Casa Abrigo, desde a sua implantação, no ano de 2000, com o nome de Casa Abrigo Pousada de Maria, projeto prioritário, sob a gestão das Voluntárias Sociais, até o final de 2006, recorte temporal deste trabalho.

Verifica-se que, na sua trajetória, a Casa Abrigo passou por crises que culminaram com o seu fechamento e posterior reabertura em 2004, com o novo nome de Casa Abrigo Mulher Cidadã. Após a reabertura, nota-se, dentre outros problemas, a subutilização da casa, que será aqui analisada, tendo em vista que os índices de violência não diminuíram em Salvador e a casa é o único equipamento social desta natureza para abrigar mulheres em situação de violência no nosso Estado, que padece da falta de uma política que dê conta dos interesses das mulheres em situação de violência.

Busca-se, também, dar voz a ex-usuárias, enquanto sujeitos da ação da política de abrigamento, para saber como essas mulheres percebem e avaliam a sua passagem pela Casa Abrigo. Para melhor conhecer quem são as usuárias da Casa Abrigo na Bahia, construiu-se o perfil dessas mulheres, desde a reabertura da Casa Abrigo, em meados de 2004, até o final de 2006, recorte temporal deste trabalho, trazendo, à guisa de conclusão, as reflexões e considerações finais deste estudo.

2**METODOLOGIA:
UMA ABORDAGEM FEMINISTA NA INVESTIGAÇÃO**

A gente tem de andar de olhos e ouvidos abertos, entendeu?
Vida

A longa trajetória do movimento feminista no Brasil deixa claro que é fundamental a discussão acerca da violência contra a mulher, uma vez que, ao propor uma reflexão do mundo privado como político, a violência no âmbito familiar vem à tona, tornando visível a vulnerabilidade da mulher no espaço privado/doméstico.

Afirma Lia Zanotta Machado (1992) que os estudos sobre mulher/gênero no Brasil, como um campo de saber e produção de conhecimentos, têm a característica de ser um dos poucos que buscaram, e ainda buscam, a interface interdisciplinar, tanto internamente, ao travar diálogos com a Academia, atravessando campos como a Literatura, Psicanálise, Lingüística, Ciências Sociais, como externamente, mantendo a interlocução com o movimento feminista francês e anglo-saxão. Assim, o Brasil contou com importantes aportes para a discussão dos pressupostos da metodologia feminista, sua epistemologia e suas contribuições no campo das ciências sociais.

Inicialmente, as críticas sobre as desigualdades entre homens e mulheres, no campo das Ciências Sociais (década de 60), estavam voltadas para a dinâmica das classes sociais. A vertente do feminismo marxista ou

socialista trazia para o debate a problemática da divisão sexual do trabalho, contribuindo para a identificação de diferentes realidades para diferentes mulheres e refletia sobre as relações hierárquicas presentes na sociedade capitalista e no processo de produção e reprodução das desigualdades sociais estruturadas pelo capitalismo.

Na década seguinte, com a crescente teorização e visibilidade do movimento feminista, novas desigualdades começaram a ser percebidas e questionadas, revelando outras linhas de dominação como sexo, gênero, raça e etnia, bem como a divisão entre a vida pública e a vida privada, reafirmadas pela democracia liberal e pelo estado patriarcal que excluem as mulheres. (PATEMAN, 2000).

Assim, a abordagem feminista e interdisciplinar resultou em uma reviravolta nas Ciências Sociais ampliando a compreensão, desenvolvida em algumas vertentes do marxismo e da fenomenologia, de que o conhecimento humano é sempre uma questão de ponto de vista, de um olhar específico; nesse caso, um olhar feminista.

Para Sandra Harding, o feminismo apenas utiliza os métodos já existentes e não ortodoxos, de outra forma, ou seja, fazendo um “uso renovado das técnicas convencionais de investigação”. Ainda segundo a mesma autora, se tomarmos, por exemplo, a entrevista, “escuta-se muito atentamente as mulheres e o que informantes pensam sobre as suas vidas e dos homens, e mantém posições críticas frente às concepções mais tradicionais de homens e ‘mulheres’” (1998, p. 10).

É preciso destacar que a epistemologia feminista não é neutra; ela se contrapõe à epistemologia dominante, que traduz uma ideologia masculina patriarcal e heterossexual, e reflete a importância das ligações pessoais e interpessoais, da cooperação da solidariedade, da intuição e da arte, características que espelham os interesses das mulheres em especial.

A partir dos anos oitenta, período em que acontecem a redemocratização e as mudanças políticas e sociais no Brasil, incorpora-se às discussões já existentes a questão da pluralidade. Passa-se a falar em “mulheres” e não em “mulher”, como dantes. Segundo Harding (1998), é necessário que se perceba e reconheça que as mulheres são diferentes umas

das outras; que, embora pertencentes ao mesmo grupo, “mulheres” são, também, diversas – mulheres lésbicas, mulheres negras, mulheres índias – demonstrando a sua pluralidade.

Ainda de acordo com o pensamento feminista, as desigualdades entre homens e mulheres permanecem. A violência de gênero é fruto das relações desiguais e, muitas vezes, perversas, entre os sexos, que não possibilitam mudanças no status das mulheres, na sociedade. Os homens se apropriam de parte da maioria dos recursos materiais e simbólicos nela existentes, como sejam, a participação política, o acesso à educação, a ascensão a cargos eletivos ou decisórios, em seu próprio benefício.

Aos poucos, as desigualdades de sexo e gênero se tornam mais visíveis e se impõem nas relações mundo público versus mundo privado e trabalho “produtivo” dos homens – remunerado e valorizado – versus trabalho “reprodutivo” das mulheres – característico do mundo privado e sem remuneração alguma; um trabalho que foi e ainda hoje é naturalizado como sendo “coisa de mulher” –, evidenciando, mais claramente, as desigualdades existentes nas relações de gênero que não são percebidas pelas metodologias de pesquisa tradicionais que universalizam os sujeitos, impedindo-os de perceber e entender a realidade na sua diversidade e, em especial, as mulheres, tornando-as invisíveis.

Nesse sentido, Harding (1998) defende que a pesquisa tem que incluir as experiências específicas das mulheres, tornando-as “visíveis”, em contraposição às perspectivas universalizantes e androcênticas.

Seguindo esses pressupostos, a investigadora que se propõe feminista deve adotar algumas posturas específicas que são frutos das rupturas alcançadas pelo feminismo, no âmbito científico, e isso com uma maior participação através da intervenção no seu objeto explícito de estudo, dando voz à subjetividade, podendo se situar na construção do conhecimento, adotar termos mais femininos e não hierarquizar os conceitos, dentre outras posturas, como aponta Harding:

Os estudos feministas transcendem inovações na definição do objeto de estudo: insistem que a investigadora ou o investigador se coloque no mesmo plano crítico que o objeto

explícito de estudo, recuperando, desta maneira, o processo inteiro de investigação para analisá-lo junto com os resultados da mesma. (HARDING, 1998, p. 25).

Foram, portanto os pressupostos feministas de reconhecimento do outro (alteridade), valorização da pessoa humana, integralidade do conhecimento e a democratização das escolhas que nortearam o processo de escolha metodológica para este trabalho de pesquisa.

Ainda conforme Harding, o que vai determinar a aplicação do método e a leitura dos dados é a metodologia, que ela define como

[...] uma teoria sobre os procedimentos que segue ou deveria seguir uma investigação e uma maneira de analisá-los. A metodologia elabora proposições a respeito da aplicação da estrutura geral da teoria, a disciplinas científicas particulares. (1998, p. 11).

O trabalho de campo, por permitir momentos fundamentais de interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, constitui uma etapa essencial da pesquisa qualitativa pois é através dele que o pesquisador procura recolher, da forma mais informal possível, a fala dos sujeitos sociais envolvidos no seu objeto de estudo. Membros de um mesmo grupo e classe social são produtos de realidades e condições objetivas semelhantes, daí a possibilidade de realização de uma análise que dê conta tanto da universalização, quando os indivíduos obedecem a modelos culturais interiorizados, como da particularização ou especificidades próprias.

Assim, determinou-se, como forma de investigação do objeto pretendido, além da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, a realização de entrevistas semi-estruturadas e a utilização da técnica de grupo focal para o conhecimento da realidade aqui estudada.

Para a realização da pesquisa documental foram utilizados documentos institucionais encontrados nos arquivos das Voluntárias Sociais da Bahia, Setras, Centro de Documentação do NEIM/UFBA, nos arquivos pessoais da Coordenadora de Projetos Especiais das Voluntárias Sociais e da primeira gestora da Casa Abrigo Pousada de Maria, em relatórios de

pesquisa, publicações do movimento de mulheres e no material que nos foi gentilmente encaminhado pelo CNDM.

Dentre os documentos oficiais pesquisados, destacam-se os relatórios Anuais de Atividades das Voluntárias Sociais e da Setras, cópias de Convênios de Cooperação Técnica, cópia do Projeto da Casa Abrigo, seu regulamento interno, normas e rotinas e diversos outros relatórios institucionais. Foram utilizadas, ainda, notícias veiculadas no Diário Oficial do Estado e textos jornalísticos diversos, coletados em vários jornais da cidade de Salvador. Foram, também, pesquisados documentos existentes no Arquivo da Casa Abrigo de Salvador, em especial os prontuários do período de 2004 até o final de 2006 (recorte de tempo deste trabalho) nos quais foram levantadas informações para a construção do perfil das usuárias da Casa Abrigo.

Para a realização das entrevistas semi-estruturadas foi elaborado um roteiro contendo dados para o cadastro das pessoas entrevistadas e dez perguntas abertas (Apêndice A).

Segundo Minayo (1994), através da entrevista semi-estruturada, é possível apreender o ponto de vista dos atores sociais, sendo essa uma técnica adaptável às abordagens qualitativas, apresentando como vantagem a oportunidade de orientar e facilitar a comunicação entre os envolvidos no estudo. Para a autora em pauta, esse tipo de abordagem permite o aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas, aspectos não contemplados em equações matemáticas ou estatísticas, e se baseia na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só serão possíveis com a descrição da experiência humana tal como foi vivida. Assim, a apreciação dos indivíduos, os seus relatos e as suas particularidades serão as unidades de análise para o pesquisador.

Tendo em vista conhecer como as mulheres percebem e avaliam a sua passagem pela Casa Abrigo foi escolhida a técnica de grupo focal, contemplando o total de mulheres que estivessem ocupando a Casa Abrigo no momento da pesquisa, o que não foi possível, por conta do esvaziamento da casa. A pesquisadora esteve na casa em dois diferentes momentos, mas o número de mulheres (apenas uma mulher) não permitiu a realização da

técnica prevista. Frente a essa realidade e sentindo a necessidade de ouvir essas mulheres, buscou localizar algumas ex-usuárias da Casa Abrigo que foram localizadas, de forma aleatória e com muita dificuldade, através dos telefones de referência deixados nos prontuários. Na quase absoluta maioria das vezes, os telefones deixados não atendiam e, por isso mesmo, só se conseguiu localizar um total de cinco mulheres com as quais foi agendado o grupo focal, que foi realizado no espaço do Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência Loreta Valadares (CRLV) que, gentilmente, cedeu o seu espaço para a realização do trabalho com o grupo de mulheres ex-usuárias da Casa Abrigo.

A técnica de grupo focal foi escolhida porque favorece a discussão sobre um determinado tema e permite a expressão de valores, normas e crenças de um segmento social específico. Assim, o grupo passa a ser a unidade de análise para o pesquisador, permitindo que o mesmo possa identificar pontos em comum ou possíveis divergências nele existentes. O grupo focal foi, também, escolhido porque facilita e enriquece a investigação e pressupõe a interação de grupos homogêneos, como são aqueles que se encontram ou já passaram pela Casa Abrigo, que se caracterizam por serem sempre compostos de mulheres abrigadas, tendo como motivo comum a violência sofrida por todas elas. (MINAYO, 2004).

A organização dos dados para a aplicação da técnica do grupo focal foi pensada de forma a reunir, em um só discurso, múltiplas falas, possibilitando identificar o que há nelas de comum que possa significar o pensamento do coletivo como, também, o que há de singular, utilizando-se as categorias de análise: perfil das mulheres, percepção e histórico da violência, motivação para o pedido de ajuda, percepção do atendimento quando da passagem pela Casa Abrigo, possíveis aprendizados advindos da experiência, análise sobre o acesso das mulheres à casa e possíveis mensagens deixadas para outras mulheres em situação de violência.

O trabalho de campo foi realizado em interação dinâmica com os sujeitos a serem pesquisados, o que lhe confere um caráter não passivo, tendo a palavra como símbolo de comunicação verbal inseparável de outras formas de comunicação.

Conforme afirma Bakhtin no seu livro *Marxismo e a Filosofia da Linguagem*,

[...] a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios [...] É através dela que as pessoas refletem os conflitos, códigos, sistemas e valores bem como as suas experiências de resistência de enfrentamento ao sistema de poder e dominação existentes em territórios específicos. (1986, p. 14).

O campo social não é neutro, pois obedece a modelos culturais internalizados, ainda que de forma conflitante. Sabe-se, também, que os grupos, apesar de, internamente, possuírem diferenças e conflitos dependem, para a sua própria sobrevivência, de um certo grau de solidariedade e familiaridade demarcado em acordos tácitos que implicam na partilha de segredos comuns e de temas permitidos ou proibidos.

Consciente da existência desse contexto, discutiu-se, interpretou-se e teceu-se considerações, com base nas informações coletadas com os sujeitos do estudo – que chamamos de “informantes-chave” porque, direta ou indiretamente, envolvidos com a política de abrigo – e as mulheres ex-usuárias da Casa Abrigo, com o propósito de identificar possíveis impasses que estariam contribuindo para o não aproveitamento desse equipamento social na sua totalidade.

Pretendia-se, ainda, trabalhar com a técnica da observação participante, para investigar a passagem de algumas potenciais usuárias⁴ do equipamento, pela DEAM (porta de entrada para essas mulheres) e o fluxo de atendimento nessa Delegacia, tendo como objetivo detectar o momento em que as mulheres optam pela ida, ou não, para o equipamento social Casa Abrigo, levando-se em conta a fragilidade em que se encontram nesse momento, os critérios de elegibilidade existentes e as suas motivações e necessidades.

A observação participante não pôde ser realizada porque, no momento da pesquisa, a DEAM não estava podendo encaminhar as

⁴ Potenciais usuárias são aquelas mulheres que se encontram dentro dos critérios de elegibilidade para que possam ser usuárias da casa abrigo.

mulheres para a Casa Abrigo, pois essa se encontrava em processo de mudanças técnicas, administrativas e, até mesmo, de possibilidade de mudança do seu local de atuação.

2.1 TRABALHO DE CAMPO

Porque eu estava assim em um quarto. No lugar que eu fosse eu me batia só com as paredes. Então eu tive que furar as paredes para que a luz pudesse entrar. (Ed).

A coleta de campo teve início em 17 de janeiro de 2007 estendendo-se até 31 de janeiro de 2008. Os procedimentos utilizados, como já referido anteriormente, foram a pesquisa documental, entrevistas e a técnica de grupo focal realizada com ex-usuárias do equipamento social Casa Abrigo para mulheres em situação de violência.

Quando da realização das entrevistas, foi redigida uma carta de apresentação contendo informações gerais sobre a pesquisa, sobre a entidade à qual está vinculada a pesquisadora, sobre a utilização do gravador durante a conversa e, ainda, acerca do termo de consentimento livre e esclarecido conforme a Resolução n. 196/96.

As entrevistas aconteceram de acordo com a disponibilidade de cada uma das entrevistadas, em local e horário previamente combinados. A entrevistadora se deslocava para o encontro de cada uma de suas entrevistadas portando a carta de apresentação, o roteiro para a entrevista (Apêndice A) um gravador e o termo de consentimento informado. As entrevistas individuais tiveram uma duração média de 60 minutos. No início do contato, possíveis dúvidas foram esclarecidas, bem como foi assinado o Termo de Consentimento e a permissão para a gravação da conversa.

Os sujeitos pesquisados foram: representantes de diversos segmentos que compuseram a Comissão para Reabertura da Casa Abrigo, escolhidas entre as profissionais integrantes; ex-gestoras da Casa Abrigo até o final de 2006, ex-funcionárias da Casa Abrigo para o mesmo período, representantes da DEAM e representantes da sociedade civil organizada,

aqui consideradas como “gestoras sociais”, a exemplo de Marta Leiro, representante do Movimento de Mulheres do Calafate.

A primeira profissional a ser entrevistada foi Maria Eunice Kalil⁵, que atua no FCCV como responsável pela organização das informações para a construção da rede de atenção para enfrentamento da violência.

Em seguida, foram entrevistadas Francisca Eleonora Schiavo⁶, coordenadora do Centro de Referência Loreta Valadares, membro da Comissão para Reabertura da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência; Janildes Oliveira Lima⁷, primeira gestora da Casa Abrigo Pousada de Maria, Ângela Viana⁸, primeira gestora da Casa Abrigo Mulher Cidadã, e demais informantes, consideradas aqui “pessoas-chave” desta pesquisa, a exemplo da Diretora Operacional das Voluntárias Sociais, Anacélia Laurindo Brugni⁹, da Coordenadora de Projetos Especiais, Reveca Pikelaizen Martins¹⁰, bem como da sua presidente, Tércia Borges¹¹, responsáveis pela implantação da Casa Abrigo na Bahia.

Como planejado, a pesquisadora utilizou o roteiro semi-estruturado aliado ao uso de gravador, para ajudar a manter o foco, buscando interagir com as entrevistadas de maneira bastante informal e sem se furtar a fazer outras perguntas ou comentários que ocorressem no decurso das conversas, já que se tratavam de pessoas, em sua maioria, conhecidas e que têm em comum o fato de estarem envolvidas no enfrentamento da violência, à exceção das ex-usuárias, que foram abordadas em grupo, utilizando-se a técnica de grupo focal.

Acredita-se que a construção do pensamento e a evolução de conteúdos, durante essas conversas, fizeram parte da elaboração do entendimento que se deseja registrar como produto de troca, aprendizado e elaboração de conteúdos sobre o tema.

⁵ Maria Eunice Kalil. Médica, militante feminista e do movimento de mulheres. Essa entrevista aconteceu no espaço do escritório do projeto de apoio ao FCCV, em 17 de janeiro de 2007.

⁶ Francisca Eleonora Schiavo. Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2007.

⁷ Janildes Oliveira Lima. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2007.

⁸ Ângela Viana. Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2008.

⁹ Anacélia Laurindo Brugni.

¹⁰ Reveca Pikelaizen Martins. Entrevista realizada em 21 de novembro de 2007.

¹¹ Tércia Borges. Entrevista realizada em 5 de dezembro de 2007.

O roteiro da entrevista busca saber dos informantes como se aproximaram da temática da violência, sua trajetória até chegarem a ocupar o lugar de “informantes-chave”, os atributos necessários para o exercício dessa função, possíveis impasses para o seu desempenho, percepção sobre política de abrigo, barreiras que impedem o acesso da mulher a essa política, possíveis estratégias para a resolução dos problemas, atuação da rede de atenção para mulheres em situação de violência e sobre as ações desenvolvidas pela Casa Abrigo.

Para as profissionais que exerceram a função de gestoras e as ex-funcionárias da Casa Abrigo, no período compreendido entre 2000 e 2006, foi utilizado o mesmo roteiro de entrevista acima referido, acrescentando-se mais uma pergunta que consistia no pedido de que contassem a sua experiência, enquanto profissionais ou gestoras da Casa Abrigo, apontando possíveis desafios, avanços e impasses.

As informações coletadas nas entrevistas individuais com os sujeitos da pesquisa foram todas transcritas e as respostas analisadas em categorias de análise (MINAYO, 2004). Foram utilizadas as categorias, de acordo com os temas propostos no roteiro do questionário (Apêndice A).

Procedeu-se a uma análise de conteúdos das entrevistas conforme os seguintes eixos temáticos: aproximação com a questão da violência, atributos para o exercício da função, apreciação sobre a política de abrigo, apreciação sobre as ações da Casa Abrigo, sub-utilização, acesso e gestão. Outras questões de interesse, que surgiram, naturalmente, ao longo das entrevistas, foram utilizadas como novas informações ou contribuições trazidas pelas informantes para o contexto do trabalho.

Diante da impossibilidade de realizar o grupo focal com as usuárias da Casa Abrigo, como previsto inicialmente, e também de acompanhar as potenciais usuárias, na DEAM, decidiu-se dar voz às mulheres ex-usuárias do equipamento social Casa Abrigo, também sujeitos dessa política. Buscou-se, de forma aleatória, localizar ex-usuárias da Casa Abrigo no período de 2000 até o final de 2006.

A realização do grupo focal com as ex-usuárias do equipamento social Casa Abrigo só foi possível em 30 de janeiro de 2008. A técnica foi

realizada contando com a participação de cinco mulheres, sendo que quatro delas foram usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã e apenas uma da antiga Pousada de Maria.

Para dar voz a essas mulheres, utilizou-se um roteiro (anexo ?) que constou de dados de identificação e algumas questões norteadoras como sejam: histórico com a violência, motivação para o pedido de ajuda, identificação de locais onde pediu ajuda, percepção do atendimento que lhe foi prestado, avaliação da sua passagem pela Casa Abrigo, avaliação do acesso das mulheres para a Casa Abrigo, possíveis recados para as mulheres que ainda estão sofrendo violência.

Localizar as mulheres ex-usuárias da Casa Abrigo não foi nada fácil, tendo sido somente possível localizar cinco delas. Contou-se com a preciosa ajuda da equipe do CRLV, que cedeu o seu espaço de funcionamento para que o grupo focal pudesse ser realizado em 30 de janeiro de 2008. Contou-se, ainda, com a especial colaboração de Francisca Schiavo (Coordenadora do CRLV), que assumiu o papel de relatora do grupo focal, cabendo à pesquisadora o papel de facilitadora.

O grupo focal teve a duração de três horas e propiciou a identificação de aspectos que vão além da fala e que constituem elementos não verbais do comportamento, como o choro, postura corporal, possíveis hesitações, suspiros, negação, dentre outros, assim como perceber, do ponto de vista das mulheres ex-usuárias do equipamento, a avaliação que fazem sobre a assistência que lhes foi prestada quando da sua passagem pela Casa Abrigo, como também, captar pontos comuns e pontos divergentes que, juntamente com outros dados, levaram a caracterizar melhor a realidade estudada para melhor entendê-la.

Procurou-se, ainda, saber o que a experiência de passagem pela Casa Abrigo significou para essas mulheres, tanto na época da antiga Pousada de Maria como na atual, Mulher Cidadã. Investigou-se sobre a ocupação da Casa Abrigo nesses dois diferentes momentos e sobre qual a motivação dessas mulheres para o pedido de ajuda e a ruptura com a cultura do silêncio. Por fim, pesquisou-se sobre os possíveis aprendizados resultantes da experiência.

Quando da realização do grupo focal, foi explicitado para as participantes a natureza do trabalho, seus objetivos, o papel da facilitadora do grupo nesse processo, bem como a razão da presença de mais uma pessoa na sala, que iria ajudar fazendo a relatoria, justificando-se, assim, o porquê de ela permanecer fora da roda e sempre em silêncio, fazendo anotações.

Foi também esclarecido ao grupo que aquele seria um bate-papo informal, que ali não teria certo ou errado; portanto, todas poderiam ficar bem à vontade para dizer o que pensavam e o que sentiam, expressando seus sentimentos, crenças e valores a respeito de cada uma das situações abordadas. Foi devidamente esclarecida a importância que teria a fala de cada uma delas, daí a necessidade de se gravar para não se perder nenhuma das falas, o que foi feito com a devida permissão das mulheres.

Foi bastante enfatizada a garantia do sigilo que teriam enquanto participantes do grupo focal, o significado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, ainda, que o sigilo não se referia às suas falas, pois essas deveriam ser aproveitadas no trabalho, mas à identidade de cada uma delas, que estaria devidamente preservada. Em razão disso, cada mulher, após consentir em participar, escolheu um “apelido” pelo qual gostaria de ver identificadas as suas falas no trabalho, surgindo os seguintes “apelidos”: Vida, Lú, Ed e Tê.

Ao final do trabalho, realizou-se uma técnica envolvendo música e movimento para relaxamento do grupo, finalizando-se o trabalho com um abraço coletivo.

3**VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA**

Eu pedi para ela me abraçar, porque eu senti a falta de um abraço... (Lú)

Neste capítulo, apresenta-se a compreensão da violência como um problema de saúde e o papel do movimento feminista brasileiro na definição das políticas de saúde e de atenção à violência contra as mulheres.

Para Silvio Silva (2001), política pública governamental diz respeito a um processo de decisões tomadas pelo Estado e dirigidas a toda a sociedade. A característica diferencial da política pública é que ela contém decisões que são impostas, seja pelo consenso seja pela força, a todos os cidadãos. O uso desse poder constitui monopólio do Estado e tem como finalidade manter e garantir a coesão e a permanência do sistema social.

A falta das políticas públicas necessárias ao atendimento das necessidades específicas das mulheres pode ser considerada como expressão da violência estrutural, conforme afirmam Cruz Neto & Moreira (1999). Essa ausência denuncia a presença de uma democracia apenas aparente, pois a participação social das mulheres é profundamente desigual, quando comparada à dos homens, visto que grande parte das mulheres não tem acesso aos seus direitos fundamentais.

Ainda para esses autores, o poder público, ao negligenciar o papel social de suas políticas, segue implantando-as de forma pontual e descontínua, pensando-as de modo improvisado e pouco articulado, quase sempre sob pressão de grupos sociais organizados e politicamente

engajados, como é o caso do Movimento Feminista, de forma que essas carecem, quase sempre, de melhor planejamento, monitoramento e avaliação.

Ao se analisar a qualidade de vida de uma população específica, avaliam-se as políticas públicas ou a ausência delas. Para Cruz Neto & Moreira (1999, p. 51), esse fundamento assume caráter preventivo e pode apoiar a redução de problemas sociais e do poder público. De acordo com esses estudiosos, as políticas sociais voltadas para as mulheres devem ser inseridas em políticas sociais mais amplas que traduzam compromisso político com as transformações sociais.

3.1 SAÚDE E CONDIÇÕES DE VIDA

A concepção ampliada da saúde e as recentes conquistas no campo da cidadania e dos direitos humanos acentuam a necessidade de viabilização do acesso das mulheres em situação de violência a serviços comprometidos com a garantia desses direitos, levando em conta toda a sua diversidade, pois o impacto dessas políticas na vida das mulheres se dá de maneira diferenciada, a depender da especificidade das condições de vida de cada mulher. Portanto, para serem universais, precisam considerar as diferentes origens, gerações, gêneros, raças, etnias, orientações sexuais e condições materiais dessas mulheres, incorporando, assim, o princípio da equidade no campo tão desigual das relações interpessoais existentes entre os gêneros, na nossa sociedade.

Tradicionalmente compreendida dentro de uma visão puramente física e biológica, a saúde era definida como a ausência de enfermidades e assim, qualquer tema associado a saúde/doença era considerado de responsabilidade exclusiva de hospitais, centros e postos de saúde. Hoje, na sua concepção ampliada, a saúde é percebida como uma questão social, que depende de múltiplos fatores tais como estilo de vida, condições de trabalho e moradia, meio ambiente, acesso a informação, lazer e a outros serviços considerados básicos, como educação e trabalho.

A visão tradicional da saúde foi sendo revista, sobretudo, pelas evidências colhidas nos países pobres de que as condições de saúde da população são afetadas por suas condições de vida, demandando intervenções que escapavam do controle das ações exclusivamente médicas, levando ao deslocamento da concepção da medicina vista apenas como curativa para a visão de uma medicina social, voltada para a promoção da saúde e para a prevenção das doenças, de acordo com os seus determinantes ou condicionantes.

Já não havendo dúvida de que a saúde das populações está diretamente influenciada pelas suas condições de vida, evidenciando-se a sua relação com a situação econômica, de infra-estrutura e recursos locais, torna-se claro que o processo saúde/doença não está restrito, apenas, à área médica e que a proteção à saúde é, sobretudo, de responsabilidade do Estado. Segundo essa visão, o Estado deve atuar em parceria com a sociedade civil organizada, com as entidades não governamentais, as organizações populares, escolas, famílias e, também, com os indivíduos, fazendo valer o princípio constitucional da saúde “como um direito de todos e dever do Estado”.

Não se pode deixar de citar a importância que teve a I Conferência Internacional de Saúde, patrocinada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – *The United Nations Children's Fund* – (UNICEF), em Alma-Ata, na União Soviética, em 1978, para a promoção da saúde. Nessa ocasião, instituiu-se a meta: "Saúde para todos no ano 2000". Contando com a presença de delegados de 134 nações, foi proclamado que “o povo tem o direito e o dever de participar individual e coletivamente no planejamento e na atuação em atividades de atenção para a saúde”¹².

A Conferência de Alma-Ata desdobrou-se na I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Ottawa, no Canadá, em 1986,

¹² Escola de Saúde Pública. Documento Final da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Alma-Ata, Casaquistão. set. 1978. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/45/capa05.html>>. Organização Pan-americana de Saúde (OPS) y Centro Latinoamericano de Tecnologia Educacional para la Salud: lecturas seleccionadas. Washington DC: OPS.

como resposta à crescente demanda por uma nova concepção de Saúde Pública no mundo. Também durante a realização dessa Conferência foi lançada a Carta de Ottawa, marco de referência para a construção de políticas públicas saudáveis dirigidas à execução do objetivo “Saúde para Todos no Ano 2000”, a partir da qual o conceito de Promoção da Saúde ficou definido como sendo “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”¹³ (OMS, 1986).

Dentro dessa nova visão, recomendam-se ações de promoção à saúde, preservação do meio ambiente e de cultura da não-violência e o fomento a estilos de vida mais saudáveis nos quais a informação, a educação e a comunicação social, bem como a organização e a participação da população na busca de um melhor estado de saúde, passam a ser fundamentais.

Por ser um processo dinâmico que exige dos indivíduos e dos grupos uma atuação que deve ser reforçada na busca por um melhor estado de saúde, saúde da coletividade, só poderá ser alcançada através de processos sociais e políticos. A saúde de cada pessoa, das comunidades e dos grupos sociais depende das ações humanas, das instituições sociais, das políticas públicas e sociais implementadas, dos modelos de atenção à saúde, das intervenções sobre o meio ambiente e de vários outros fatores. (WESTPHAL; MENDES, 2000; ANDRADE; BARRETO, 2002).

3.2 A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA DE SAÚDE

Em se tratando da violência, que tanto afeta a vida e a saúde das mulheres, provocando agravos, traumas, lesões e, até mesmo, a morte, esse desafio torna-se fundamental, dado que, na nossa sociedade, de uma forma geral, as agressões contra a mulher só são consideradas como ato violento

¹³ Foi a 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde realizada em Ottawa no Canadá em 21 de novembro de 1986, que aprovou a Carta de Ottawa, contendo as orientações para atingir a Saúde para Todos no ano 2000 e seguintes, bem como o reforço da ação comunitária. Disponível em: <[http://www.saudepublica.web.pt/05Promocao Saude/dec-Ottawa.htm-23k](http://www.saudepublica.web.pt/05Promocao%20Saude/dec-Ottawa.htm-23k)>.

quando praticadas por estranhos ao contrato matrimonial, sendo quase sempre aceitas socialmente, quando cometidas pelo cônjuge.

A violência sexual é um dos principais indicadores da discriminação de gênero contra a mulher. Pesquisa coordenada pela OMS (2002) em oito países retrata o perfil da violência sofrida pelas mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos. No Brasil, o estudo foi realizado nos municípios de São Paulo e na Zona da Mata, em Pernambuco. Nesses municípios, 29% das mulheres sofreram violência física e/ou sexual por parte do companheiro. Dentre as mulheres agredidas, foram relatados problemas de saúde: dores ou desconforto severo, problemas de concentração e tonturas. Nesse grupo também foram mais freqüentes a tentativa de suicídio e o uso de álcool. Os dados dessa pesquisa confirmam que a violência sexual e/ou doméstica é um grave problema de saúde pública.

Os estudos disponíveis demonstram que as mulheres em situação de violência têm mais problemas de saúde e são freqüentes usuárias dos serviços do setor saúde em decorrência de PROBLEMAS desencadeados pela violência doenças psicológicas e ou adoecimento físico, gravidezes indesejadas, doenças sexualmente transmissíveis, lesões e infecções ginecológicas e urinárias, distúrbios gastrintestinais que se cronificam pelo estresse constante e que interferem na sua qualidade de vida e no seu desenvolvimento psicossocial. As mulheres que sofrem violência se apresentam, quase sempre, como pacientes poliqueixosas, referem sintomas vagos ou de difícil diagnóstico e nem sempre trazem nos seus corpos marcas visíveis da violência sofrida.

A maior visibilidade do fenômeno da violência contra a mulher tem aumentado a demanda para o setor saúde o que tem, também, questionado a organização dos serviços de saúde, demonstrando que o sistema não consegue dar conta das necessidades pessoais e sociais apresentadas pelas mulheres em situação de violência ou agressões físicas, sexuais, psicológicas, morais ou patrimoniais.

É necessário que haja decisão política para o enfrentamento da violência por parte do setor saúde e que os seus profissionais possam dispor dos conhecimentos necessários que lhes permitam identificar a sua

ocorrência através da fala das mulheres ou através de sinais/sintomas por elas trazidos para o setor.

É necessário, também, que o sistema possa dar conta de possíveis encaminhamentos para a resolução das demandas pessoais, sociais ou de saúde dessas mulheres. Esse é o grande desafio que a violência contra a mulher coloca ao setor saúde, considerado como “porta de entrada” para as pessoas em situação de violência e um dos poucos setores que têm acesso à intimidade das mulheres, graças à especificidade da sua atuação frente a demandas sexuais e reprodutivas, tendo, por isso mesmo, subsídios para identificar a violência sofrida.

Considera-se um avanço o fato de o tema da violência ter sido reconhecido como uma questão de saúde pública e ter sido colocado, formalmente, no marco da promoção da saúde, através do documento da Política Nacional de Morbimortalidade por Acidentes e Violência (BRASIL, 2001).

Essa Política reconhece como violência o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e ou espirituais, a si próprio ou a outros (MINAYO; SOUZA, 1998), e estabelece diretrizes e responsabilidades institucionais que contemplam medidas inerentes à promoção da saúde e à prevenção desses eventos, mediante o estabelecimento de processos de articulação com diferentes segmentos sociais.

Os princípios básicos que norteiam essa Política Nacional são:

- ✓ a saúde constitui um direito humano fundamental e essencial para o desenvolvimento social e econômico;
- ✓ o direito e o respeito à vida configuram valores éticos da cultura e da saúde; e
- ✓ a promoção da saúde deve embasar todos os planos, programas, projetos e atividades de redução da violência e dos acidentes.

Ainda conforme o documento, o setor saúde precisa atuar frente aos problemas que tornam a sociedade e alguns grupos específicos mais vulneráveis (e aí se encontram as mulheres, em especial, as mulheres que sofrem violência), contribuindo para a universalização da cidadania.

Reconhece-se, também, a necessidade de investir na formação dos profissionais de saúde, entendendo que esses são vítimas mas, quase sempre, são, também, autores da violência.

Aponta-se que, no segmento populacional representado pelas mulheres, as violências físicas e sexuais são os eventos mais freqüentes, com determinantes associados a relações de gênero estruturadas em bases desiguais e que reservam a elas um lugar de submissão na sociedade. O documento mostra, ainda, que o respeito à vítima que sofreu violência nem sempre é observado no atendimento prestado pelos serviços de saúde, sendo comum que as mulheres sejam responsabilizadas, sendo a culpa pela violência sofrida a elas atribuída

3.3 O PROCESSO CULTURAL E A VIOLÊNCIA

Uma outra questão que merece destaque, quando se reflete sobre os possíveis mecanismos promotores de violência contra as mulheres, é a reprodução de crenças e valores repassados através da cultura e da religião. Ainda hoje, a cultura e a religião exercem uma enorme influência no comportamento social, em geral, e no das mulheres, em particular, promovendo a violência, através da construção de normas, costumes, valores e modelos culturais que reproduzem saberes e legitimam discursos hegemônicos, como, por exemplo, aqueles que dizem o que é ser “homem” ou “mulher”, em nossa sociedade.

Fairclough (2001) defende o discurso como prática política e ideológica. Como prática política, estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Como prática ideológica, constitui, naturaliza, mantém e, também, transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder. Concorde-se com Azeredo, quando enfatiza: “Trazemos dentro de nós uma herança que impregna nossa fala e contribui para a arquitetura de nossa personalidade” (2002, p. 27).

Modelos conflitantes de “mulher” são, ainda hoje, repassados, na nossa cultura, através da religião, e terminam por atuar como promotores de

violência, como, por exemplo, os modelos de “Eva” e “Maria”. Eva representa a mulher que transgride, que desobedece às normas, que seduz o homem e é associada ao “pecado”. Maria é claramente representada como a idealização da pureza, uma mulher assexuada, que nega a sua condição de mulher, que se submete, que cala. Assim, o corpo da mulher representa, simbolicamente, um papel ambíguo: sagrado na maternidade e repudiado na expressão erótica e sensual que, ironicamente, viabiliza a maternidade.

Esses são exemplos de como a religião e a cultura podem se traduzir em violência contra as mulheres.

Outro exemplo da construção de poder simbólico é repassado pela religião cristã patriarcal que diz que os homens devem liderar, enquanto as mulheres devem servir e obedecer, conforme resta claro em Efésios 5, 22=24:

[...] as mulheres estejam sujeitas aos seus maridos porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja e salvador do corpo. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres sujeitas a seus maridos.

O Brasil, no final do século XIX e início do século XX, viveu um processo da modernização e através das inovações culturais e tecnológicas, instaurou-se a nova ordem burguesa. A implantação dos moldes da família burguesa entre a classe trabalhadora era considerada essencial para a sustentação desse novo modelo. Das classes populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada e, nisso, deve-se ressaltar a força do trabalho doméstico invisível e não remunerado das mulheres. A postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual, ou moral e, nesse processo, como salienta Rachel Soihet (1997), a violência seria presença marcante, especialmente sobre as mulheres sobre quem recai não somente a violência estrutural, mas, também, a violência decorrente da sua condição de gênero e classe. O código penal vigente, a ação policial, o complexo judiciário, as práticas religiosas e sociais se configuravam como recursos de poder para disciplinar, vigiar, controlar e estabelecer normas para as mulheres, no que diz respeito ao uso do seu corpo e da sua sexualidade.

O casamento, para as classes burguesas, era a única forma de legitimar as relações entre os sexos e tinha a função de regular as relações de propriedade e transmissão de bens materiais. O mesmo não acontecia com as classes populares, que não tinham bens a proteger, nem a transmitir, que precisassem ser regulados no processo de construção de novas famílias. Para essas classes, o casamento formal era uma aspiração, um “valor”, que quase sempre não se concretizava.

Conforme reflete Soihet (1997), o casamento visto como um “valor” para a classe trabalhadora parece demonstrar a influência da cultura dominante sobre as camadas populares, ao tempo em que a liberdade maior das mulheres populares na esfera pessoal/íntima parece confirmar a idéia de que o controle da sexualidade estaria vinculado ao regime da propriedade privada e ao regime capitalista.

Os crimes passionais, um dos mais graves problemas do início do século XX (SOIHET, 2004), foram a expressão das relações existentes entre os sexos, como relação de propriedade e controle. Muitas mulheres sofreram, para além da violência física, a própria morte. O casamento, ou mesmo a união informal, exercido como mecanismo de controle social, de poder e posse das mulheres pelos homens é também gerador da violência simbólica, submissão, desigualdade e hierarquia nas relações interpessoais entre parceiros.

Essa constatação obriga a pensar que também as regras e as leis para “normatizar” o exercício da sexualidade feminina são, em si mesmos, atos violentos que atentam contra a autonomia, a liberdade e os direitos humanos das mulheres. A sexualidade feminina esteve quase sempre vinculada a relações de poder de ordem político-econômica, social, cultural, religiosa, ética e moral que acabam por reger o destino das mulheres a serviço de valores e instituições, em cada época. A violência parece surgir como resultado da incapacidade dos homens de exercer poder irrestrito sobre as mulheres, sendo, assim, mais uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e de poder. (CHALHOUB, 1986, p.155).

A situação da mulher frente à violência e aos instrumentos legais identificados no conceito de Direitos Humanos derruba a idéia de que os

direitos fundamentais sejam, efetivamente, direitos de todos, desde que esse elenco de direitos foi elaborado sob um ponto de vista masculino, androcêntrico. É importante destacar o fato de que o conceito de Direitos Humanos não tem contemplado uma série de interesses femininos específicos, como alguns importantes aspectos culturais e biológicos da vida das mulheres. Essa lacuna necessita ser superada para se falar em igualdade de direitos.

3.4 POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PAISM)

No Brasil, a política de saúde como um todo e, mais especificamente, a política de saúde da mulher se mostrava bastante focalizada, voltada para a visão curativa e traduzia uma visão reducionista, porque fortemente baseada em fatores biológicos, em detrimento dos fatores e atores sociais. Baseava-se em programas materno-infantis (décadas de 30, 50 e 70) como estratégia de proteção a crianças e gestantes, considerados grupos vulneráveis, sem a necessária avaliação das necessidades das populações locais, tendo em conta as suas especificidades. Traduzia uma visão restrita sobre a mulher, que era vista, basicamente, enquanto mãe e cuidadora dos filhos (ciclo gravídico puerperal), sem contemplar os demais ciclos da vida das mulheres como um todo. Os resultados dessa prática, segundo Costa (1998), são a fragmentação da assistência e o baixo impacto nos indicadores de saúde da mulher.

Esses programas foram vigorosamente criticados no âmbito do movimento de mulheres e do movimento feminista brasileiro. As mulheres organizadas argumentam que as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres se traduzem em problemas de saúde que afetam, em especial, a população feminina. Posteriormente, a literatura veio demonstrar que determinados comportamentos, baseados nos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade, são produtores de sofrimento, adoecimento e morte. (OPAS, 2000).

Com base nesses argumentos, as mulheres reivindicaram sua condição de sujeitos de direito, com necessidades específicas, caracterizando o seu papel social e a forte influência que tiveram e seguem tendo no campo da saúde, tanto interferindo politicamente como contribuindo tecnicamente para a elaboração da Política de Atenção Integral de Saúde das Mulheres (PAISM), implantada no ano de 1984, pelo Ministério da Saúde (MS).

Ao longo dos últimos vinte anos, a PAISM incorporou os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo influenciada, em especial, a partir da década de 90, pelas características da nova política de saúde, com base nos princípios e diretrizes contidos na legislação básica, ou seja, a Constituição de 1988, as leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.114, de 12 de dezembro de 1990 e as Normas Operacionais Básicas (NOB) e Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS). Foi, também, proposta a incorporação de temas na agenda ampliada de saúde, como a transversalidade de gênero e raça e a violência sexual. (CORREA; PIOLA, 2003).

De acordo com as estratégias e diretrizes¹⁴ implementadas, a PAISM deve nortear-se a partir das perspectivas de gênero, raça e etnia, contemplando, assim, todos os aspectos da saúde das mulheres e os seus contextos de vida, fazendo-se necessário considerar as especificidades de diferentes faixas etárias e ciclo de vida, bem como a diversidade de grupos populacionais específicos, como sejam as presidiárias, lésbicas, portadoras de deficiência ou as residentes em áreas rurais, contemplando-as no contexto de raça e etnia.

Ainda de acordo com essa Política, suas práticas devem ser inclusivas e nortear-se pelo princípio da humanização da assistência, o que implica no reconhecimento e respeito às mulheres como sujeitos de direitos, assegurando-lhes participação e autonomia no processo de atendimento.

¹⁴ Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Marcando uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres e o critério para a eleição de prioridades nesse campo, o PAISM incorporou os princípios da integralidade, equidade, descentralização e regionalização dos serviços, num período em que no âmbito do Movimento Sanitário se concebia a formulação do Sistema Único de Saúde. (SUS)

Dessa forma, torna-se fundamental considerar os aspectos humanos, culturais, religiosos e as diferentes orientações sexuais das mulheres.

Na realidade, isso significa dialogar com as mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade, proporcionando-lhes informações que possam contribuir para a identificação de suas demandas e a capacidade para fazer escolhas adequadas para a sua vida, fortalecendo-as quanto à necessidade de promoção da saúde e do autocuidado.

Não obstante os avanços contemplados pela PAISM, na prática, a sua implantação tem enfrentado sérios problemas, em especial no Nordeste. No balanço institucional das ações realizadas no período de 1998 a 2002, elaborado por Correa & Piola (2003) são apontadas várias lacunas de atuação que comprometeram a inclusão da perspectiva de gênero e raça, dentre outras, nas ações desenvolvidas.

O desafio colocado para os gestores dessa política é o fato de que, para que possa ser efetivada – gerando impacto positivo para a vida das mulheres –, ela deverá funcionar de forma articulada, integrada e intersetorial, dialogando com outras políticas; precisará incluir setores governamentais e não governamentais e a sociedade civil organizada, configurando redes integradas de compromisso e co-responsabilidade dividida, garantindo, assim, a necessária integralidade de atenção às mulheres, em especial àquelas em situação de violência.

3.5 CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO PARA A COMPREENSÃO E O ENTENDIMENTO ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O reconhecimento da violência contra as mulheres por parte da sociedade é fruto de um longo processo — que se estende até hoje — de luta e resistência de muitas mulheres que, no mundo inteiro, não se calaram frente à violência sofrida. Na agenda dos movimentos e organizações feministas, tornou-se uma questão prioritária, exigindo-se a implementação de políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e sexual contra a mulher e de promoção da sua autonomia, além de serviços de proteção às vítimas.

Como lembra Camargo (1998), esse é um grande desafio a enfrentar e superar, na medida em que implica em mudanças nos campos político, social, jurídico, legislativo e, sobretudo, uma mudança profunda nos padrões, representações e conceitos de uma sociedade baseada em desigualdades estruturais de raça, etnia, classe e gênero.

Desde a década de 70, no Brasil, o movimento de mulheres vem tentando dar visibilidade à violência praticada contra as mulheres, ao tempo em que pressiona as autoridades para a implantação de políticas públicas que promovam a ampliação da cidadania feminina como vivência de direitos e como esfera de conflitos, para a redefinição permanente desses direitos (JELIN, 2002) que, na prática, se configuram na igualdade social entre os sexos.

As abordagens mais recentes tratam da violência contra a mulher longe das explicações baseadas nas diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas como um fenômeno histórico, socialmente construído e como fenômeno relacional, apresentando-se de forma diferenciada em cada época e cultura, de acordo com os interesses e necessidades de determinada sociedade, em determinado momento histórico.

Para apresentar os fundamentos que possam responder a essas questões, recorre-se aos estudos de algumas autoras que permitem identificar elementos consensuais sobre o tema, a exemplo da idéia praticamente unânime de que a violência não faz parte da natureza humana e, portanto, não tem raízes biológicas e sim sociais. Nesse sentido, não se pode deixar de lembrar as contribuições de Frederick Engels (1820-1895)¹⁵ que, longe do biologismo, já evidenciava a dominação masculina como um processo histórico, ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e da evolução da família.

Não há discordância, também, quanto ao fato de que a violência afeta de forma diferenciada homens e mulheres. Os homicídios atingem, preferencialmente, os homens e ocorrem em geral nos espaços públicos, enquanto que as mulheres são vítimas da violência no espaço privado, local

¹⁵ As bases conceituais para o entendimento da opressão feminina na perspectiva do Marxismo se encontra na publicação do trabalho de Friedrich Engels. *A origem da família da propriedade e do Estado*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

em que deveriam se sentir protegidas. Conforme demonstram as estatísticas disponíveis, o seu agressor é quase sempre um homem próximo, que é (ou foi) seu marido, companheiro, amante ou parente, dificultando a denúncia desse tipo de crime e impedindo que as estatísticas revelem a magnitude do problema. Assim, contribuem, também, para a cultura do silêncio que envolve a violência contra as mulheres.

Para tentar compreender a violência contra as mulheres, é necessário lembrar a sua complexidade e especificidade históricas que envolvem problemas institucionais, políticos, econômicos, de direitos, da moral, religião, psicologia e das relações humanas, no plano individual e coletivo. A complexidade se expressa nas diferentes formas que essa violência assume: física, emocional, sexual, doméstica, psicológica, social, pública, privada, individual ou coletiva.

Acredita-se, como afirma Saffioti (1999), que a violência contra a mulher seja constitutiva nas relações de gênero que, por sua vez, se articula com as categorias de classe e de raça. Portanto, além das desigualdades existentes entre os sexos, as mulheres vivem outros tipos de discriminação, como a racial, que, no caso do Brasil, atinge com maior intensidade as mulheres negras, e a de classe, que atinge as mulheres pobres. De acordo com Saffioti, esses eixos organizativos da nossa sociedade convertem as diferenças em desigualdades.

Independentemente de qual seja o tipo de violência praticada contra a mulher, todos eles têm como base as relações de poder¹⁶ entre homens e mulheres, que são sustentadas por uma ordem patriarcal de gênero, que, na nossa sociedade, legitima o poder do homem.

Crê-se ainda, como Marcela Lagarde, que

¹² Para Michel Foucault (2006), o “poder” não é algo centralizado, algo que se vê como uma entidade concreta; mas, sim, como algo presente em toda a estrutura social, diluído em relações sociais desiguais, construídas discursivamente em campos sociais de forças também desiguais. Funciona como uma rede de dispositivos da qual nada ou ninguém escapa. Tem, portanto um caráter relacional: é algo que se exerce, que se disputa, que se ganha ou se perde. Essa abordagem parece bastante oportuna para entendermos o exercício do poder que se dá nas relações sociais entre os sexos.

o poder é a essência do cativo da mulher e dos cativos das mulheres [...] Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e postergar bens simbólicos. Desta posição domina, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz poder. (LAGARDE, 1993, p. 154, apud COSTA, 1998).

Foi o feminismo conhecido como “radical”¹⁷ que encontrou nos conceitos de poder e dominação patriarcal de Max Weber¹⁸ a base para a construção de um conceito mais amplo que pudesse explicar a dominação masculina sobre os corpos e almas femininos e a subordinação feminina. Foi a primeira corrente a identificar a existência de um sistema patriarcal que atua de forma integrada sobre os corpos das mulheres, sendo necessário derrotá-lo enquanto instituição política e enquanto sistema de relações de poder, para libertar as mulheres. Conforme salienta Kate Millett, “o patriarcado é, necessariamente, o ponto de partida de qualquer mudança social radical” (1971, p. 48).

Para compreendermos melhor o conceito de patriarcado, é preciso ir até a sua origem. Segundo Saffioti (1992), o conceito de patriarcado tem origem em Weber e foi pensado de forma não relacional, não interativo e não simbiótico. Refere-se, puramente, a um esquema de dominação que teria vida autônoma, independentemente dos outros sistemas sociais.

O feminismo radical também identificou que o patriarcado não atua sozinho; ao contrário, interage com outros sistemas sociais e conta com uma ampla rede de instituições sociais que o mantem, como a família, o estado, a sociedade. O feminismo radical se apropriou do conceito weberiano

¹⁷ Dentre as várias correntes, o feminismo radical se caracteriza por fazer uma análise sobre o poder e a dominação feminina através do entendimento sobre o sistema patriarcal, entendendo ser necessário derrotá-lo para derrotar a opressão a que estão submetidas as mulheres. Contrapõe-se aos feminismos anteriores – o Feminismo da Igualdade – por acreditar que a libertação da mulher passa, necessariamente, pelas seguintes iniciativas: 1) libertação das mulheres da tirania reprodutiva através de modernas tecnologias disponíveis; 2) independência econômica; 3) total integração das mulheres e crianças em todos os níveis da sociedade; 4) autonomia sobre o corpo e a sexualidade.

¹⁸ Sociólogo alemão, fortemente influenciado pelo pensamento de Marx e Nietzsche, tem com o grande tema o capitalismo ocidental, estudando-o na perspectiva histórica, econômica, ideológica e sociológica. Procura entender como as idéias, tanto como os fatores de ordem material cobram força da explicação sociológica. A sociologia é, para Weber, a ciência “que pretende entender, interpretando-a, a ação social, para, dessa maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos”. Estuda a realidade social e suas estruturas de dominação.

passando a compreendê-lo como um esquema de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2004) e a utilizá-lo amplamente para colocar em pauta as relações de gênero. Ainda segundo a autora, o conceito de patriarcado foi politizado pelo feminismo radical, não se restringindo ao pessoal, nem se identificando com o natural, daí resultando o uso da expressão “o pessoal é político”.

Para as feministas radicais, aqui representadas por Kate Millett¹⁹, Sulamith Firestone²⁰, Juliet Mitchell²¹, Catharine Mackinnon, dentre outras, o patriarcado é definido como um sistema sexual de poder masculino que se estende por todo o tecido social e se reproduz através da divisão sexual do trabalho e das relações hierarquizadas entre os sexos, do casamento, da socialização das crianças, etc. Essas relações desiguais privilegiaram os homens e lhes permitiram o controle do corpo das mulheres, o que se configura através da violência, do estupro e de leis restritivas ao seu pleno direito sexual e reprodutivo.

O patriarcado, enquanto instituição sociopolítica, vem se modificando e se reproduzindo através dos tempos, mas, ainda hoje, segue mantendo uma metade da população (as mulheres) submissa à outra metade (os homens). Ainda hoje, são, os homens, a maioria em todas as vias de acúmulo de poder: no exército, na ciência, nas universidades, na política, nas finanças, nas religiões, etc., o que, na prática, configura um sistema desigual, alimentado por mecanismos de acúmulo de poder, geradores de violência contra a mulher.

No Brasil, a cultura patriarcal está presente desde o início da colonização. Conforme relata Samara Eni Mesquita (1989), as condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata²², tendo como alicerce a família patriarcal. Nessa estrutura, a violência contra a mulher esteve sempre presente. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, como, também, aquelas específicas, decorrentes da sua condição

¹⁹ Política Sexual - tese de doutorado de Kate Millett – *Sexual politics*, de 1970.

²⁰ A Dialética do Sexo – *The dialectic of sex*, de 1970.

²¹ A mais longa revolução. *Women: the longest revolution*, de 1966.

²² Ver, entre outros: PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 33-34.

de gênero, o que significa que a violência gerada pela dominação do homem sobre a mulher se dá através do sistema patriarcal, entendido enquanto organização política e social que institui relações sociais e familiares desiguais, com a subordinação das mulheres.

Essas relações são construídas a partir de uma perspectiva de poder e articuladas em forma de redes, com atuação no universo ideológico e simbólico, na cultura e na subjetividade, construindo saberes, hierarquizando as diferenças e normatizando/legitimando a subordinação feminina através do aparato estatal, da família e das relações sociais.

Deste modo, entende-se que o feminismo radical, por tratar mais sistematicamente sobre as questões voltadas para a autonomia do corpo e da sexualidade, deu uma importante contribuição para o estudo das mulheres, em especial, para as questões dos seus direitos sexuais e reprodutivos, beneficiando-as no enfrentamento e combate à violência.

4

**ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

"Se a gente ficar calada a gente vai se afundar."
Tê

Foi no corpo a corpo com as mulheres e em contato direto com as suas necessidades que a violência ganhou visibilidade, tornou-se pública, deixando de ser tratada com absoluto descaso pela sociedade patriarcal, servindo, inclusive, como referência para as experiências posteriores. Nesse contexto de pressão feminista, em 6 de agosto de 1985, no governo de Franco Montoro, criou-se a primeira Delegacia Especial de Defesa da Mulher do Brasil, na capital paulista, através do Decreto-lei nº 23.769.

Em se tratando do enfrentamento e combate à violência, a principal conquista jurídica das mulheres, no Brasil, está consignada na Constituição Federal²³, promulgada em 5 de outubro de 1988. Isto foi possível graças às articulações desenvolvidas pelo movimento feminista e de mulheres do país com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher²⁴, os Conselhos Estaduais e a bancada feminina no Congresso Nacional unindo

²³ Ver texto completo da Constituição Federal no endereço: www.planalto.gov.br/ccivil-03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm

²⁴ A Lei nº 7.353/1985 institui o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculado ao Ministério da Justiça, instituindo a instância formuladora de políticas públicas para as mulheres, no país. Em 2003, o conselho passa a integrar a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), conforme a Lei n. 10.683/2003.

esforços em benefício da defesa dos direitos das mulheres e do enfrentamento da violência.

Entre as conquistas garantidas no texto constitucional, ressalta-se seu artigo 226, § 8º que dispõe: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".

A partir da Constituição Federal de 1988, a legislação brasileira começa a incorporar outros avanços, no que diz respeito aos direitos das mulheres e ao combate à violência, inclusive ratificando instrumentos internacionais, patrocinados pela Organização das Nações Unidas (ONU), voltadas para a promoção da equidade feminina e para o combate à violência contra as mulheres.

Dentre os mecanismos internacionais patrocinados pela ONU, destaca-se a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, de 9 de junho de 1994), ratificada pelo Estado Brasileiro através do Decreto Legislativo nº 107 (1995).

A Convenção de Belém do Pará reconhece que a violência contra a mulher, no âmbito público ou privado, constitui grave violação aos direitos humanos e limita o exercício desses direitos. Define a violência contra a mulher como "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, à mulher, tanto na esfera pública, como na privada" (artigo 1º)²⁵. Este artigo fala da violência baseada no gênero, que significa agressão contra as mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres. Essa violência nasce da falsa idéia de que os homens são superiores às mulheres. Acrescenta que a violência baseada no gênero reflete relações de poder historicamente desiguais e assimétricas entre homens e mulheres.

A Convenção de "Belém do Pará", no seu artigo 4º, afirma: "Toda a mulher tem direito ao reconhecimento, desfrute, exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagradas em todos os

²⁵ Ver documento completo sobre a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará no endereço eletrônico: www.agende.org.br ou agende@agende.org.br.

instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos”; e elabora uma série de direitos a serem assegurados às mulheres, como sejam: “respeito a sua vida”, “igualdade de acesso às funções públicas de seu país e a participar de assuntos públicos, inclusive na tomada de decisões”, “igual proteção perante a lei e da lei”, direito para que tenham uma vida livre de violência, tanto na esfera pública, como na esfera privada, transferindo deveres aos Estados-partes, para que adotem políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Outro grande marco internacional foi a realização, em setembro de 1994, da Conferência de População e Desenvolvimento, no Cairo. Nela, os 179 representantes de governos aprovaram, por aclamação, o Programa de Ação da Conferência que, a partir de então, tem sido considerado um documento orientador das políticas nacionais e internacionais. Essa conferência representou um avanço, na medida em que colocou, dentre os seus princípios, a promoção da equidade e da igualdade entre os sexos, a promoção dos direitos das mulheres e a eliminação de todo tipo de violência. É a partir deste evento que se coloca a pessoa humana como o centro do desenvolvimento. O seu programa de ação²⁶ se baseia em quinze princípios, dos quais merece destaque o de número 4, que se refere à melhoria da condição das mulheres e à eliminação da violência, ao enunciar:

Promover a equidade entre os sexos e os direitos das mulheres, assim como eliminar a violência de todo o tipo contra as mulheres [...] e a plena participação da mulher em condições de igualdade na vida civil, cultural, econômica, política e social, a nível nacional, regional e Internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação por motivos de sexo são objetos prioritários da comunidade internacional.

No ano seguinte, em setembro de 1995, na China, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, as decisões já tomadas no Cairo são fortalecidas. O Governo Brasileiro ratifica a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher — *Mulheres 2000: igualdade de*

²⁶ Ver UNFPA /Fondo de Poblacion de las Naciones Unidas. **Informe de la Conferencia Internacional sobre Poblacion y Desarrollo**. Cairo + 5: Documentos Oficiales/prologado por Maria del Carmen Feijó. Buenos Aires:UNFPA, 2004. 320p.

gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI – reconhecendo as desigualdades existentes na sociedade brasileira que afetam de maneira especial as mulheres, contemplando os critérios de gênero, raça e o combate à violência e comprometendo-se a combatê-las.

Outro marco foi a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), das Nações Unidas que tratou das diferentes dimensões da violência contra as mulheres, no contexto geral da discriminação e opressão a que essas estão submetidas, sistematicamente, em todas as partes do mundo. O Brasil esteve presente e foi signatário, comprometendo-se com os seus objetivos.

Por outro lado, no Brasil, na década de 80, no decorrer da redemocratização do país e frente à organização e pressão feminista, criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instância mediadora e articuladora no diálogo entre Estado e Sociedade Civil) com o objetivo de discussão, proposição e fiscalização de políticas públicas para as mulheres, visando à eliminação de todas as formas de discriminação contra o segmento feminino.

Em consequência, algumas medidas foram implementadas, destacando-se, dentre elas, a implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres em situação de violência (DEAMs), que constituíram, na época, a principal política de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres. Essas Delegacias, além de incentivarem as vítimas a denunciarem a violência sofrida, deram visibilidade ao fenômeno, presente em todos os extratos da sociedade brasileira.

Em maio de 1996, o CNDM elaborou o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, parte integrante do Programa Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (MJ) e do Documento Estratégias da Igualdade/CNDM (Plataforma de Ação para implementar os compromissos assumidos pelo Brasil na Quarta Conferência Mundial da Mulher). O programa previa ações articuladas nas três esferas do poder, estabelecia os termos de cooperação e convênio para a realização de várias ações, apresentava um capítulo específico de políticas públicas

voltadas para a eliminação da discriminação de gênero e da violência, buscando garantir a cidadania das mulheres, conforme reivindicação histórica dos movimentos feministas e de mulheres.

Em 2002, ainda no âmbito federal, algumas outras medidas estruturais foram tomadas: a criação das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres (SPM); de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de Direitos Humanos, tendo como compromissos a redução das desigualdades de gênero e raça e o desenvolvimento de uma política para fazer face à violência contra as mulheres em todas as suas dimensões, tratando esses temas como transversais a todas as políticas do governo.

Em 2004, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) realizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que congregou mais de 120 mil mulheres de todos os Estados e mais o Distrito Federal. Com base nos resultados dessa conferência foi construído o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Essa política orienta-se pelos princípios da igualdade, respeito à diversidade, princípio da equidade, da autonomia das mulheres e da laicidade do Estado. O documento da CNPM está estruturado em cinco capítulos, sendo que o quarto capítulo diz respeito, especificamente, ao enfrentamento da violência contra a mulher que tem como objetivos específicos:

- 1) Implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
- 2) Garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade, às mulheres vítimas de violência.
- 3) Reduzir os índices de violência contra as mulheres.
- 4) Garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento da violência contra as mulheres.

No âmbito local, contamos com a Constituição Estadual²⁷ que, no seu art. 281, deixa claro que é de responsabilidade do Estado estabelecer

²⁷ Promulgada em 5 de outubro de 1989. O documento da Constituição Estadual pode ser encontrado no endereço: www.setre.ba.gov.br/arquivos/constituicao-ba.pdr.

política de combate e prevenção à violência contra a mulher, incluindo os seguintes mecanismos:

- 1) Criação e manutenção de delegacias de defesa da mulher em todos os Municípios com mais de 50.000 habitantes.
- 2) Criação e manutenção, com administração direta ou através de convênio, de serviços de assistência médica, social e psicológica às mulheres vítimas de violência.

Apesar de instituídos esses dispositivos legais, é preciso fazê-los existir em sua plenitude, o que, ainda hoje, não acontece, na nossa realidade. A violência contra a mulher continua a provocar enormes danos e a exigir o envolvimento da sociedade como um todo para o seu enfrentamento. É, também, necessária a garantia do Estado na implementação de políticas públicas sob a ótica de gênero. como manda a Constituição Estadual, e a formalização de redes de assistência para as mulheres em situação de violência.

Na Bahia, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada em 1986. As Delegacias de Defesa da Mulher são Distritos Policiais Especializados que têm como objetivo o combate à violência contra a mulher, dando um atendimento diferenciado às suas vítimas²⁸. Entretanto, apesar da Constituição Estadual deixar clara a necessidade de criação e manutenção de delegacias de defesa da mulher em todos os municípios com mais de 50.000 habitantes, o Estado da Bahia, dispõe hoje de, apenas, doze delegacias para atender à mulher, em todo o Estado. Isso faz com que boa parte das vítimas deixe de denunciar os seus agressores, pois encontra dificuldades para prestar queixas nas delegacias tradicionais.

Segundo registro da DEAM de Salvador, entre janeiro e julho de 2003, houve registro de 4.352 ocorrências, correspondendo a 622 atos/mês ou 21 atos/dia. Em média, 40% dessas mulheres demandaram um serviço de proteção e acolhimento por parte do Estado em decorrência de risco de vida, o que revela a fragilidade da sociedade e do Estado no enfrentamento da violência. De janeiro a junho de 2005, foram registradas 3.200

²⁸ Sobre os processos de mobilização pela criação da DEAM e uma análise sobre o funcionamento desse equipamento na Bahia, ver: AQUINO, 1999.

ocorrências, destacando-se, dentre elas, 192 tentativas de homicídio e 42 homicídios dolosos.

Até julho de 2006, não havia uma lei específica para tratar a violência contra a mulher, no Brasil. A violência doméstica estava enquadrada na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que criou os Juizados Especiais para facilitar e acelerar o acesso à justiça nos casos de crimes considerados como de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima era de um ano e a indenização de até quarenta salários mínimos ou o pagamento de cestas básicas. Como a violência doméstica estava enquadrada nessa lei, eram essas as penas que acometiam os homens violentos, o que, de certa forma, legitimava esse tipo de violência.

A vitória mais recente do movimento de mulheres e direitos humanos é a Lei nº 11.340/2006, que combate a violência doméstica e de gênero, sancionada no dia 7 de agosto de 2006, pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva²⁹. A aprovação dessa lei é fruto de um longo processo de discussão de militantes feministas que culminou com a elaboração, em 2002, de um anteprojeto de lei, que resultou na lei mais conhecida como lei Maria da Penha.³⁰

Com a lei Maria da Penha³¹, a violência doméstica passa a ser considerada crime contra os direitos humanos, com punição mínima de três meses e máxima de três anos. A nova lei define a violência contra a mulher segundo enunciado pela Convenção de Belém do Pará, como “qualquer ação ou conduta baseada nas relações de gênero que cause morte, dano ou

²⁹ Para melhor detalhamento da lei, ver no site : www.agende.org.br/legislação/federal.php.

³⁰ Em 2004, constituído um grupo de trabalho, convocado pelo executivo, composto por integrantes de oito ministérios, e enquanto o projeto tramitava na Câmara, foram realizadas audiências públicas em dez estados brasileiros para debatê-lo com representantes da sociedade civil e do judiciário. O projeto teve aprovação unânime tanto na Câmara como no Senado. Na Câmara dos Deputados, o projeto teve a relatoria da deputada Jandira Feghali (PcdoB-RJ) e no Senado Federal contou com a relatoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

³¹ Essa lei recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, uma sobrevivente de duas tentativas de homicídio cometidas pelo seu marido Marco Antônio Herredia, que não conseguiu matá-la mas deixou-a paraplégica, após disparar-lhe um tiro pelas costas. Esta história tornou-se emblema da impunidade dos crimes de violência contra a mulher no Brasil, ao tempo em que também virou símbolo de luta contra a violência, pois Maria da Penha, nunca desistiu de ver o seu agressor punido, o que só veio a acontecer após 19 anos, quando em 2001 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Brasil por negligência em relação à violência contra as mulheres.

sofrimento físico, sexual ou psicológico”, e baseia-se nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, resultantes dessa mesma Convenção.

A lei prevê a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher³² e dispõe de mecanismos para coibir a violência. Estabelece medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres, podendo o juiz, em regime de urgência, afastar, de imediato, o agressor do domicílio e proibir a sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos.

A Lei Maria da Penha amplia a autonomia de delegacias e juizados para investigar e punir agressores de mulheres. Colocar a lei em uso é um passo decisivo para se continuar trabalhando pela igualdade e por um sistema de justiça que a implemente em toda a sua plenitude, fazendo valer as suas decisões. Acredita-se que os resultados da implementação da Lei Maria da Penha certamente contribuirão para mudar o cenário atual da violência contra as mulheres, gerando novas discussões, apontando caminhos e possibilidades novas em relação à política de enfrentamento da violência.

4.1 AS CASAS ABRIGO COMO PARTE DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA

As Casas Abrigo surgem como fruto do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual à Mulher que, em 1997, dá prioridade de investimento para a construção destas unidades no Brasil.

Essa prioridade materializou-se em 1998, quando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com financiamento do Ministério da Justiça, assinou convênio com nove municípios brasileiros para a

³² Infelizmente, porém, após mais de um ano de oficialmente instituída a Lei Maria da Penha, o Estado da Bahia ainda hoje não conta com os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar conforme recomenda a Lei nº 11.340. Frente a essa realidade, o Fórum Comunitário de Combate à Violência solicitou consideração aos Integrantes do Tribunal de Justiça da Bahia, através de CARTA ABERTA, aprovada em plenária realizada no dia 19 de julho de 2007, com demanda de revisão do Projeto de Lei da Organização Judiciária por parte do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no sentido de inclusão dos dispositivos que viabilizem a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar (Lei 11.340/07) e o aumento do número de Varas Privativas do Júri em Salvador.

construção de Casas Abrigo para mulheres em situação de violência³³. A partir de então, passou-se a utilizar recursos financeiros aprovados no Orçamento da União através desses convênios, que entre si celebraram o Ministério da Justiça/Estados/Municípios e o Governo Federal.

Com isto, as Casas Abrigo passaram a ser implantadas em território nacional, perfazendo hoje um total de mais de 70 casas, segundo informações da SPM, um número que, levando-se em conta a extensão territorial do Brasil e a alta incidência do fenômeno da violência contra a mulher, é bastante irrisório.

Com o objetivo de delinear parâmetros para o funcionamento e atendimento das casas abrigo, buscando um consenso mínimo em âmbito nacional foi elaborado um “Termo de Referência para Implantação e Implementação de Casas-Abrigo”³⁴ que vem sendo atualizado e reformulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

De acordo com o esse documento atualizado em janeiro de 2006, conceitualmente:

Casas-Abrigo são locais seguros que oferecem abrigo protegido e atendimento integral às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas. Atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero enquanto construção histórico-cultural das relações desiguais entre homens e mulheres, que legitimam e estão na base da violência contra as mulheres.

³³ A expressão aqui utilizada “mulheres em situação de violência”, em substituição a “mulheres vitimas de violência” é proposital e fruto de uma discussão promovida na Casa Eliane de Graumont sobre a vitimização da mulher. Nessa ocasião, utilizou-se, pela primeira vez, a expressão “mulheres em situação de violência”, com o objetivo de incluí-la como sujeito na relação da violência por ela sofrida, o que, necessariamente, não significa que a mesma seja cúmplice dessa violência ou que ela se dê em igualdade de condições.

³⁴ Esse documento foi fruto das reflexões iniciais das profissionais Lenira Mazoni (Casa Eliane de Grammont); Márcia Camargo (Casa Viva Maria) e Mônica Barroso (Centro de Orientação Jurídica). Ver termo de referência para implantação de Casas Abrigo no endereço eletrônico: www.presidencia.gov.br/spmulheres/.

O documento tem como objetivo:

Garantir a integridade física e psicológica de mulheres em risco de vida e de seus filhos de menor idade – crianças e / ou adolescentes, favorecendo o exercício de sua condição cidadã, resgatando e fortalecendo sua auto-estima e possibilitando que se tornem protagonistas de seus próprios direitos.

De modo geral, o Termo de Referência prevê que esse serviço deva oferecer:

- ✓ atendimento integral e interdisciplinar nas áreas psicológica, social e jurídica;
- ✓ construção de redes de parceria através da articulação dos serviços, tais como: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Conselhos de Direitos da Mulher, Centros de Atendimento à Mulher, Rede de Saúde, Hospitais, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, Agências de Emprego, Polícia Militar e rede social, dentre outros. Inserção social das mulheres e o seu acesso a programas de saúde, profissionalização, emprego e renda, dentre outros;
- ✓ ambiente propício para que as mulheres possam resgatar sua auto estima e auto imagem;
- ✓ suporte propício para a reflexão sobre a importância e o exercício da autonomia e do fortalecimento da consciência das mulheres;
- ✓ meios para que a violência possa ser compreendida como um fenômeno relacional, inserida em relações de poder desigual entre homens e mulheres, e não respeita raça, classe, etnia ou geração.
- ✓ suporte a nível de informações, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los;
- ✓ meios para o fortalecimento do vínculo mãe/filhos menores, favorecendo modos de convivência não-violentos.

Ainda segundo o Termo de Referência, o sigilo e a segurança das Casas-Abrigo são condições essenciais para o seu funcionamento, devendo ser preservados através de medidas preventivas como a não divulgação do endereço em listas telefônicas ou outros indicadores públicos. A segurança exige a presença de um serviço de vigilância de 24 horas, seja ele provido pelo próprio município ou Estado; as informações e o acesso à Casa Abrigo devem ser prestados pelos Centros de Referência, Delegacias da Mulher, Defensorias Públicas, Serviços de Saúde, Promotorias, Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Coordenadoria da Mulher ou Secretaria da Mulher e outras organizações da sociedade civil comprometidas com a questão da mulher e seus direitos humanos.

Em novembro de 2002, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), hoje órgão vinculado à Presidência da República, promoveu o I Encontro Nacional de Casas Abrigo, envolvendo representantes técnicos de todas as Casas Abrigo existentes no país, no qual se debateu e se definiu critérios para apoio à criação de novas Casas Abrigo. Nas discussões, ficou evidente a necessidade de um trabalho multidisciplinar e de capacitação específica para o acolhimento e reinserção dessas mulheres e de seus filhos. Foram, também, debatidas as rotinas de funcionamento da casa bem como propostas de funcionamento em rede de parcerias diversas. Foram, ainda, apresentados projetos desenvolvidos durante a permanência das mulheres na casa, no sentido de fortalecer a sua autonomia para o enfrentamento da vida fora da casa abrigo. Essas experiências deixam claro que a permanência na casa, por noventa dias, está vinculada a um trabalho intenso com cada uma das mulheres, além da realização de acompanhamento pós-pousada.

Durante o encontro, foram apresentadas experiências bem sucedidas no Brasil, a exemplo da Casa de Apoio Viva Maria, na cidade de Porto Alegre, que existe desde 1993, e que foi criada através de Lei Municipal, aprovada na Câmara dos Vereadores, que estabelece a existência do Programa Municipal de Albergues para Mulheres em Situação de Violência, com base na auto-estima autonomia e respeito pelas mulheres.

A Casa de Apoio Viva Maria criou uma metodologia própria, bem sucedida, que prioriza a visão multidisciplinar, tendo como premissa a

necessidade de atuar em rede interinstitucional. Esse trabalho, que é realizado com diversas parcerias, deu à cidade de Porto Alegre o papel de referência no combate à violência doméstica e à violência sexual, servindo de base para a existência da Norma Técnica do Ministério da Justiça sobre as Casas-Abrigo.

4.1.1 CASAS ABRIGO NO MUNDO

Conforme Soares (1999), o primeiro abrigo para mulheres de que se tem notícia foi criado na Inglaterra, em 1971, e recebeu o nome de Refúgio de Chiswick³⁵ (nome de uma cidade próxima a Londres). Foi pensado, inicialmente, por um grupo de mulheres³⁶ que tinham o objetivo de propiciar o encontro de mulheres maltratadas, favorecendo a discussão em grupos e a busca de ajuda para a resolução dos seus problemas. Aos poucos, foi abrigando as mulheres das redondezas que solicitavam proteção contra os maridos violentos” (DAGORD, 2003, p. 25).

A partir dessa experiência, outras casas dessa natureza foram sendo criadas em várias partes do mundo, desencadeando, assim, uma experiência internacional. Já na metade dos anos 70, eram construídos diversos abrigos na Grã Bretanha, Irlanda, Canadá, Estados Unidos, Austrália e vários países europeus.

Nos Estados Unidos, conforme Soares (1999, p. 80), o movimento teve início com um pequeno estudo conduzido em Maryland e depois relatado à *National Organization for Women* (NOW). Esse estudo revelou que a prevalência de violência contra as mulheres esposas excedia em muito as expectativas. A partir da publicação desse estudo pela NOW, em março de 1976, foi criada uma força tarefa, co-presidida pela ativista Del Martim, para lidar com o problema em todo o país. O documento reivindicava pesquisas e abrigos para proteger as mulheres. (NATIONAL WOMEN...; PAGELOW, 1984; BARNES e LA VIOLETTE, 1993; BERRY, 1995).

³⁵ Ver <http://userpages.umbc.edu/~korenman/wmst/battered.html> contendo história do Refúgio de Chiswick.

³⁶ Liderado por Erin Pizzey.

O primeiro abrigo, que foi criado em 1974, em St. Paul, Minnesota, também como fruto da participação de mulheres, recebeu o nome de *Women's Advocates Shelter* (Abrigo das Defensoras das Mulheres). A existência desse abrigo foi precedida pela iniciativa de Sharon Rice Vauhan, sobrevivente de violência do seu marido. Sharon fundou a Casa Segura Para Mulheres Maltratadas, que funcionou, durante mais de um ano, na sua própria casa. Ela fez isso em resposta à necessidade de refúgio solicitada nos atendimentos no serviço telefônico de apoio às mulheres, ligado ao programa Voluntárias da América.

No ano de 1980, segundo informações coletadas por Soares (1999, p. 81), já havia 150 novos abrigos nos EUA e calcula-se que, em 1995, já eram 1.300 abrigos no país. (BERRY, 1995).

Na América Latina, segundo Moraes (2003), o primeiro abrigo de que se tem notícia para mulheres em situação de risco de morte foi criado em 1979, em San Juan (Porto Rico) e recebeu o nome de Casa Protegida Júlia de Burgos. Em seguida, surgiu, no Peru, em 1982, o refúgio chamado "A Voz da Mulher", criado por iniciativa de uma mulher indígena que transformou a sua própria residência em abrigo para mulheres.

Conforme Soares (1999) explica, é o próprio movimento de mulheres que, na busca de solução para os problemas vividos por elas, produz novos saberes, revela e denuncia a violência contra a mulher, conferindo-lhe existência, na medida em que se mostra capaz de desenhar seus contornos e determinar a sua magnitude. Essa capacidade de suscitar e legitimar o debate sobre a existência da violência, seus contornos e sua magnitude, foi revelando o fenômeno, fazendo com que certas ações, atitudes e comportamentos tradicionais fossem sendo desnaturalizados e percebidos ou classificados como crimes ou grave violação dos direitos humanos das mulheres.

O histórico pioneiro das Casas Abrigo em países como a Inglaterra, França e Canadá revelam o protagonismo feminino para a resolução dos seus problemas e necessidades coletivas, bem como a utilização de recursos alternativos e comunitários e, ainda, uma atitude reivindicatória diante da violência sofrida e na perspectiva de libertação, em um contexto de ausência

de mecanismos legais e institucionais de proteção à mulher, além de uma ruptura com o ambiente doméstico, território ideologicamente considerado como feminino, e no qual a mulher, habitualmente, executa as tarefas que lhe são atribuídas no modelo de família patriarcal. Como afirma Soares:

Foi preciso um grande esforço para que o lado sombrio, enfim, viesse à tona. [...] As mulheres expuseram suas feridas, revelando a face sombria das suas vidas privadas. Na arena pública, nos abrigos, na mídia e na literatura as vítimas da violência se aliaram às ativistas (ou se transformaram em ativistas) para oferecer às mais diferentes platéias o testemunho das suas experiências. Reunidas em grupos, as mulheres, trocaram experiências e compartilharam seus infortúnios: o sofrimento vivido na intimidade deixava de pertencer ao domínio das trajetórias individuais e se generalizava, sob a forma de uma violência comum, de uma vitimização que atingia as mulheres coletivamente. (1999, p. 29).

As Casas Abrigo representam, para além do seu papel político, histórico e de proteção social, uma nova possibilidade de ruptura com a violência e a possibilidade de reconstrução e emancipação das mulheres. Essa atuação pioneira vem contribuindo, decisivamente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres e a conquista dos seus direitos humanos e seus resultados positivos podem ser atribuídos à participação concreta das mulheres e à pressão política dos movimentos feministas junto aos poderes legislativo e executivo.

4.2 A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

As necessidades de combate à violência e de assistência às mulheres já eram sentidas e reivindicadas pelo movimento de mulheres brasileiras, desde a década de 70, época em que o Brasil ainda se encontrava mergulhado no regime de ditadura militar, iniciado quando do golpe de 1964. Esse regime foi objeto de severas críticas por parte das mulheres que

se opunham, fortemente, à ditadura e ao silêncio que lhes foi imposto, o que vem caracterizá-lo como um movimento social de resistência.³⁷

A partir de 1979, no Governo Figueiredo, inicia-se o aprofundamento da abertura política e o processo de anistia. As mulheres lutam pela redemocratização do país, rompendo com o silêncio e isolamento que lhes tinham sido impostos, para dar visibilidade, também, à violência que as atingia no espaço privado, e pressionam as autoridades pela implantação de políticas afirmativas em favor da igualdade entre os sexos e, nelas, a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares com a devida punição para os seus agressores. O ativismo do movimento de mulheres paulistas e a vitória do PMDB para o governo de São Paulo, garantiram o pioneirismo, com a criação do primeiro mecanismo de Estado, no Brasil, voltado para a implementação de políticas para mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983.

Aqui, se pretende resgatar um pouco da história e do papel fundamental que teve o movimento de mulheres, especialmente na fundamentação teórica, que originou a política pública de acolhimento no Brasil. Ligada ao Ministério da Justiça, através do Programa Nacional de Direitos Humanos em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), elaborou-se o que, inicialmente, foi chamado de Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual.

Conforme explica Rocha (2007), a primeira denominação do programa era muito genérica, pois colocava a violência doméstica no mesmo patamar da violência sexual, sem definir o seu público alvo. Ainda que a violência doméstica se constitua uma das freqüentes expressões da violência de gênero, isso não significa que a violência doméstica atinja apenas as mulheres. Ela ocorre entre membros de uma família e/ou entre pessoas que vivem num mesmo domicílio, podendo atingir crianças, idosos, adolescentes de ambos os sexos e, sobretudo, mulheres adultas, no interior de relações amorosas. Pode ser física, psicológica ou sexual, porém, nem toda violência sexual é violência doméstica.

³⁷ Ver mais sobre o impacto do feminismo na história recente do Brasil em Taback, 2002.

Lançado em março de 1996, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual teve revisto o seu nome, passando a ser denominado **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher**. O nome atual lhe confere maior precisão conceitual e maior especificidade quanto ao seu caráter de gênero e ao seu público alvo específico: **as mulheres**

4.2.1 POLÍTICA DE ABRIGAMENTO

O movimento de mulheres foi o primeiro movimento social no Brasil a tratar a questão específica do enfrentamento da violência à luz da sua própria experiência, construindo um discurso político de exigência para que o nosso Estado, com suas características de conservadorismo e defesa de interesses patriarcais, implementasse uma política de segurança pública voltada para as mulheres brasileiras. Essa política foi gestada a partir da experiência iniciada quando da criação, na década de 80, dos SOS-MULHER no Brasil.

Esses serviços foram idealizados no processo de luta pela redemocratização do nosso país caracterizado pela divulgação e denúncia da violência contra as mulheres. Era, também, um momento em que o movimento feminista, enquanto movimento social e político, descrente da possibilidade de uma ação mais imediata por parte do Estado, chamou para si a tarefa de criar mecanismos próprios de atendimento para as mulheres vítimas de violência.

Isso aconteceu, mais precisamente, durante o II Congresso da Mulher Paulista (1980), realizado na cidade de Valinhos (São Paulo), quando foi criada a Comissão de Violência contra a Mulher que, a partir daí, passou a fomentar discussões específicas sobre o tema da violência contra as mulheres que veio a culminar na criação do SOS Mulher.

O primeiro serviço do tipo SOS foi criado no dia 10 de outubro de 1980, em um ato público realizado na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, por cerca de quinze mulheres que lançavam um protesto contra a

violência. Nessa ocasião, um microfone foi aberto para as mulheres que desejassem denunciar publicamente a violência de que eram vítimas.

É importante lembrar que os agressores de mulheres contavam com a benevolência da lei através do mecanismo jurídico de “legítima defesa da honra” e viviam na impunidade, protegidos por mecanismos legais; seus crimes, chamados de “passionais”, eram considerados como crimes contra os costumes e não contra as pessoas, e isso servia de base para a impunidade.

O lançamento do SOS Mulher, em outubro de 1980, em São Paulo (VERARDO, 1993), constitui um marco no atendimento direto às mulheres no Brasil e um precioso campo de reflexão sobre o fenômeno da violência contra a mulher, além de demonstrar, na prática, a necessidade desse tipo de serviço para atender às mulheres em situação de violência.

A implantação do primeiro SOS no Brasil teve o seu processo, de certa forma, “atropelado”³⁸ e acelerado, também em Campinas (SP), e nos Estados no Rio de Janeiro e Minas, diante de alguns fatos que deixaram perplexa parte da sociedade brasileira e que foram amplamente divulgados pela mídia naquela época. Trata-se da morte de mulheres de classe média e média alta, como Ângela Diniz, Eliane de Grammont, Sílvia Christel e tantas outras, que foram assassinadas por seus companheiros com os quais já não mais desejavam conviver.

[...] então este ato público por causa das mortes acabou adiantando esse trabalho. Nós fundamos o SOS Mulher sem pensar exatamente como íamos trabalhar aquela violência toda que estava caindo sobre a nossa cabeça. Foi um processo muito desgastante, mas ao mesmo tempo nos deu a noção de que era um serviço necessário. (GREGORI, 1993).

Frente a esses fatos, o movimento feminista não se calou: apesar da falta de estrutura, começou a denunciar e enfrentar a questão da violência, em ações políticas nas ruas, na imprensa e nos tribunais.

³⁸ O termo “atropelado” está aqui sendo usado para significar que as denúncias das mulheres acabaram por precipitar todo o processo de reflexão de como seriam os SOS, que estava sendo feito nos grupos de discussão, e influenciou para a sua formalização antecipada através de ato público de repúdio contra os assassinatos de mulheres que naquela época mobilizavam a sociedade brasileira.

Denunciava a expropriação e o controle do corpo feminino, ao tempo em que buscava participação ativa na formulação e implementação de políticas públicas.

[...] trata-se da elaboração de uma prática inédita para o movimento de mulheres local, tanto no que diz respeito ao tema que mobilizava – a violência contra a mulher - como ao tipo de atuação desenvolvida. Uma atuação que acrescentou plantões de reflexão e de prestação de serviços mínimos (informações dos direitos e orientação jurídica gratuita) para mulheres vítimas de violência às manifestações públicas de denúncias e reivindicação. (GREGORI, 1993).

As iniciativas do movimento, usando palavras de ordem como “quem ama não mata” (até hoje um marco de ação feminista no Brasil), terminaram por chamar a atenção da imprensa. Como consequência, a imprensa escrita, falada e televisada começou a pautar o tema da violência na sua programação através de reportagens, novelas, seriados, contribuindo, assim, para tirá-lo da invisibilidade.

A implantação do SOS revelou e tornou pública a questão da violência sofrida pelas mulheres, em especial, no espaço privado, e o descaso com que era tratada essa questão pelas autoridades responsáveis, bem como a necessidade de lhes oferecer atendimento específico, enorme desafio que, ainda hoje, se configura na realidade brasileira.

Conforme Verardo (1993), no seu primeiro ano de existência, o SOS atendeu a cerca de 700 casos que variavam de espancamentos e ofensas morais até o incesto ou estupro. As mulheres se referiam a necessidades concretas relacionadas a falta de emprego e renda, moradia, creche, dentre outras, que possibilitassem a sua autonomia e facilitassem uma possível ruptura com a relação violenta. Essas demandas precisavam ser levadas em conta, para que as intervenções pudessem vir a surtir efeitos positivos.

Com dois anos de vida, o SOS Mulher fechou, pelo absoluto desgaste das suas participantes, graças ao seu caráter voluntário e à falta de estrutura financeira frente às diferentes necessidades e demandas trazidas pelas mulheres usuárias desses serviços. Na prática, isso significou a

ausência de uma política pública que reconhecesse a violência contra a mulher como uma situação de vulnerabilidade social.

Na sua análise sobre o fechamento do SOS Mulher, Gregori (1993) atribui este fato a um conjunto de fatores, dentre os quais a falta de apoio e estrutura, o isolamento da instituição e, ainda, as próprias concepções feministas voltadas para a recusa ao assistencialismo, a busca pelos direitos femininos e pelo processo de conscientização das mulheres enquanto cidadãs capazes de buscar a sua autonomia. Essas concepções, naturalmente, se conflitavam com os interesses e necessidades práticas de gênero trazidas pelas mulheres em situação de violência e que buscavam apoio no SOS.

A experiência do SOS serviu, sobretudo, no confronto direto com situações de violência extrema (de matar ou morrer), quando as feministas se viram obrigadas pelas circunstâncias a “acolher mulheres, informalmente” (GREGORI, 1993) como única alternativa para preservar as suas vidas. Sentiu-se a necessidade concreta das Casas Abrigo, como uma saída extrema de proteção para as mulheres e seus filhos e, a partir de então, as mulheres passaram a reivindicá-las de todas as maneiras possíveis, cumprindo com o seu papel político frente à demanda existente.

A necessidade de abrigos para mulheres em situação de violência, os registros das delegacias de mulheres, bem como os dados da pesquisa da Anistia Internacional revelam a desigualdade existente entre os homens e as mulheres. Para avançar na formulação de políticas públicas levando-se em conta o princípio da igualdade para as mulheres, é necessário que essas políticas possam pensar e propor a partir de uma perspectiva de gênero, por se tratar de um instrumento analítico que permite entender melhor as maneiras pelas quais diferentes sociedades em diferentes épocas constroem as diferenças e dão legitimidade às desigualdades entre os sexos, oferecendo, também, elementos para a sua superação. (SARDENBERG; COSTA, 2002, p. 5).

4.2.2 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

Segundo a pesquisa sobre “Casas Abrigo” realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), entre novembro de 2002 a março de 2003, a primeira experiência brasileira do gênero nasceu no ano de 1983, em São Paulo, vinculada à Fundação Francisca Franco e se tratava de um equipamento social que tinha como proposta atender a mulheres em situação de abandono e a seus filhos. Recebeu o nome de Casa da Mamãe, em função da demanda dos serviços para atender a mulheres em situação de risco por abandono. Em 1999, repensou o seu funcionamento, metodologia e mudou a natureza do seu atendimento, passando a receber mulheres em situação de violência.

A primeira instituição, já dentro da especificidade de Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, foi, também, implantada em São Paulo, em 1986. Vinculada à Secretaria de Segurança Pública (SSP), com algum suporte da Secretaria de Promoção Social, recebeu o nome de Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência (COMVIDA) e, após três anos de funcionamento, o serviço foi desativado.

Outra iniciativa pioneira no Brasil aconteceu em Santo André, através da Assessoria dos Direitos da Mulher, criada na gestão municipal, no período de 1989 a 1992, que implantou a Casa Abrigo da Prefeitura de Santo André, em 1990, extinta em 1992, quando da gestão subsequente. Ainda no mesmo Estado, foi criada a Casa Abrigo Elenira Resende, da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1991, também desativada em 1992.

No início dos anos 90, com a eleição de vários governos populares, o movimento de mulheres voltou a reivindicar a reabertura das Casas Abrigo, que haviam sido anteriormente fechadas. Essa necessidade se fez presente, frente ao contexto político e econômico de exclusão social das mulheres, que seguem tendo os seus direitos humanos freqüentemente violados. Em muitos casos, os abrigos representam a única possibilidade de rompimento com a violência ou, até mesmo, a distância que existe entre manter viva ou deixar morrer uma mulher.

Em resposta à pressão feminista, em setembro de 1992, se dá a inauguração da Casa Apoio Viva Maria³⁹, em Porto Alegre, dentro da rede pública de saúde, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e, ainda no mesmo ano, a Casa do Caminho⁴⁰, no Estado do Ceará, em Fortaleza, ligada ao Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM), com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ceará. Já em 1993, a Casa Abrigo do Distrito Federal é inaugurada e, em 1996, inaugura-se a Casa Abrigo Sempre Viva, no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Essas casas são implantadas na ausência de uma política pública que reconhecesse a violência contra a mulher como uma situação de vulnerabilidade pessoal e social.

A necessidade de abrigos para “mulheres em situação de violência” demonstra a desigualdade entre mulheres e homens na vida cotidiana e familiar e o fato de terem sido desativados demonstra o grau de dificuldade da implantação desse projeto dentro do aparato institucional da rede pública. Esses fatos evidenciam a violência contra as mulheres na nossa sociedade e a necessidade de políticas, programas, projetos e estratégias capazes de produzir mudanças na posição do lugar social ocupado pelas mulheres no mundo, conferindo-lhes afirmação enquanto sujeitos políticos e de direitos em igualdade com os homens.

Ainda hoje, a situação que motivou a criação das Casas Abrigo mudou pouco. A maioria das mulheres, no Brasil, vive em situação de desigualdade de gênero, violência, pobreza ou miséria absoluta. De acordo com os dados da pesquisa divulgada pela Anistia Internacional (2003), no Brasil, 2,1 milhões de mulheres são espancadas. Dentre essas, 20% a 70% nunca revelaram a violência sofrida.

Além da violência física, as mulheres brasileiras vivem submetidas a outros tipos de violência: recebem 60,7% dos salários recebidos pelos homens; 40% das trabalhadoras brasileiras ocupam posições precárias no

³⁹ Inaugurada em setembro de 1992 como resultado da reivindicação do movimento feminista de Porto Alegre.

⁴⁰ Experiência premiada pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Eaesp) Ver FUGIWARA, Luis Mário; ALÉSSIO, Nelson Luis; FARAH, Marta Ferreira Santos (Orgs.). *Experiência de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1999. 227p.

mercado de trabalho; o emprego doméstico continua figurando como a principal fonte de ocupação. Os 45% das mulheres brasileiras que são negras (pretas e pardas) possuem nível de renda que as coloca na base da pirâmide socioeconômica.

4.2.3 PERFIL DAS CASAS ABRIGO NO BRASIL

O trabalho realizado por Rocha⁴¹ revela que, no nosso país, 81,40% das Casas Abrigo encontram-se vinculadas ao poder público e que 46,51% delas foram implantadas entre os anos de 2000 a 2003. Esse parece ser um dado positivo na medida em que acreditamos que o fenômeno da violência contra as mulheres deva ser percebido como uma questão pública que carece de recursos governamentais e que demanda mudanças na legislação.

É importante frisar que a vinculação a órgãos públicos não lhes garante o sustento com recursos públicos, fazendo com que as casas abrigo recorram à ajuda de organizações não governamentais (ONGs) para garantir a sua manutenção. Em geral, os abrigos estão relacionados com instituições responsáveis pela assistência social, algumas em articulação com trabalho, cidadania ou direitos humanos, e os mais diversificados órgãos do poder executivo estadual, municipal e do Distrito Federal.

As informações coletadas apontam para a escassez de recursos, o que, em geral, compromete o alcance dos resultados e interfere no possível impacto dessas ações. Observa-se, também, a crescente relação do Estado com ONGs, que têm assumido a execução de serviços que deveriam ser governamentais, recebendo financiamento do Estado. Essas organizações têm, também, ajudado a financiar políticas do governo, preenchendo lacunas ou a escassez de recursos governamentais em áreas específicas.

⁴¹ O perfil das Casas Abrigo para mulheres em situação de violência foi realizado por Rocha (2007). A pesquisadora utilizou como fonte de dados os questionários utilizados quando da realização da pesquisa sobre Casas Abrigo, feita pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no período de novembro de 2002 a março de 2003. A autora utilizou também informações complementares contidas em entrevistas realizadas em 2004 com as coordenadoras de quatro das casas abrigo brasileiras e mais ex-abrigadas desses equipamentos.

As duas situações comentadas acima, conforme afirma Rocha (2007, p. 148), expressam o processo de retração da gestão estatal na garantia de direitos das mulheres já conquistados e implementados na década de 90.

Como exemplo disso, ela traz a experiência pioneira realizada no Brasil, no ABC Paulista, de implantação de uma Casa Abrigo Regional. Nesse caso, a regulamentação jurídica e a organização administrativa da Casa Abrigo foram entregues a uma ONG, para a qual são repassados os recursos das prefeituras municipais.

Em entrevista⁴², em julho de 2004, a coordenadora da Casa Abrigo do ABC paulista demonstrava preocupação com o descaso do poder público em relação a essa iniciativa pioneira no Brasil. Conforme o relato, ela foi informada de que não permaneceria na direção e que a ONG é que iria assumir, de forma que resolveu não esperar e entregou a coordenação da casa. Diz: *“abri mão da coordenação, entreguei, e a casa está, neste momento sem usuária, sem coordenação e não temos ainda uma definição exata do que vai acontecer”*. Em outro trecho da entrevista a ex-coordenadora afirma: *“acho que tem de dar certo, mas tem de dar certo como uma ação governamental, não como ação privada [...]; então, o que espero, realmente, é que o poder público possa interferir, possa questionar, possa acompanhar, possa supervisionar”*.

Quanto ao sigilo, conforme preconizado no Termo de Referência do Programa de Casas Abrigo do CNDM, 70% das casas afirmam possuí-lo. Algumas, entretanto, fogem ao modelo, informando não possuírem o sigilo e defendem essa posição pelo entendimento de que não existe o sigilo em nenhum dos equipamentos dessa natureza, na medida em que várias pessoas ali trabalham, ali são abrigadas ou deles têm conhecimento.

De todo modo, dada a sua finalidade, a existência das Casas Abrigo deve ser divulgada, para que as pessoas tomem conhecimento da sua existência e possam utilizá-las em caso de necessidade. O que precisa e deve ser preservado em sigilo, como medida preventiva de proteção para as mulheres, são os seus endereços e telefones. Esses não devem ser

⁴² Entrevista em Rocha (2007, p. 149).

divulgados em listas telefônicas, meios de comunicação e publicações, entre outros. Ainda assim, os abrigos não podem prescindir de um aparato de segurança que proteja a integridade dos profissionais envolvidos com a casa e de suas abrigadas.

Segundo o CNDM, a viabilização do acesso das mulheres às casas abrigos deve ser feito através de serviços de referência nas áreas policial, jurídica, de saúde e de “organizações da sociedade civil comprometidas com a questão da mulher e direitos humanos”. Entretanto, o seu encaminhamento deve ser, preferencialmente, restrito a dois órgãos, a exemplo da Delegacia da Mulher e do Centro de Referência.

Sabe-se, porém, de outras experiências de acesso, a exemplo de Porto Alegre, em que a Casa Abrigo Viva Maria é solicitada pelo telefone e providencia deslocamento até a mulher para prestar-lhe atendimento.

Mais da metade das casas não tem imóvel próprio: 49% funcionam em espaços alugados e 7% em espaços cedidos, o que sinaliza a precariedade da situação, com reflexos na qualidade dos serviços prestados e/ou das instalações. Apenas onze casas abrigo funcionam em espaços que foram construídos, especialmente, para esse fim. (ROCHA, 2007). Naturalmente, as casas precisam contar com suporte de transporte para deslocamento das mulheres; no entanto, a pesquisa revela que apenas um pouco mais da metade, 58,14%, refere possuir veículo próprio. (ROCHA, 2007).

Os abrigos existentes no Brasil possuem estrutura heterogênea, porém todas as casas possuem outros cômodos além dos quartos oscilando entre aquelas que só dispõem de espaços indispensáveis para a estadia das mulheres e outras que contam com infra-estrutura capaz de oferecer serviços e conforto para as abrigadas, como quadra de esporte, piscina, brinquedoteca, biblioteca, berçário, dentre outros. Os abrigos identificados na pesquisa como sendo os de melhor estrutura foram os do Distrito Federal, Goiânia, Campo Grande e Porto Alegre e os de maior precariedade, os de Manaus, Recife, Barra das Garças e Cascavel.

Outra questão que ganha destaque e merece registro é o voluntariado que surge nas casas abrigo. Os trabalhos voluntários aparecem sob a forma de capacitações voltadas para a inserção das mulheres no

mundo do trabalho e na prestação de serviços nas áreas de saúde, jurídica ou educacional.

Algumas outras questões se configuram como grandes desafios. São questões complexas, que geram tensões e são difíceis de conciliar: por exemplo, como assegurar o direito à privacidade das mulheres em espaços coletivos como os da Casa Abrigo? como oferecer segurança e proteção sem restringir alguns dos seus direitos de liberdade? como garantir o exercício pleno da sua sexualidade? Essas são, dentre outras, questões a serem discutidas e melhor aprofundadas com especialistas, profissionais envolvidos com abrigamento e mulheres abrigadas, de forma que se fazem necessários encontros nacionais e internacionais que possibilitem a troca de experiências, à semelhança do ocorrido entre casas abrigo, no Brasil, em 2002. (ROCHA, 2007).

O I Encontro Nacional de Casas-Abrigo, realizado no período de 4 a 6 de novembro de 2002, em Maceió, foi promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), órgão vinculado à Presidência da República que, na ocasião convidou representantes técnicos de setenta casas abrigo existentes no Brasil, naquele momento. Essa foi a primeira vez que representantes de todas as Casas-Abrigo se encontraram para trocar experiências, elaborar parâmetros nacionais de atendimento, responder à pesquisa sobre perfil das mulheres atendidas e propor um banco de dados. Esse Encontro contou com a presença e a participação de duas representantes da Bahia, convidadas pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) para atuar na condição de facilitadoras. Foram elas Sílvia de Aquino⁴³, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e Maria Helena Souza, atual Superintendente de Políticas para as Mulheres do Município de Salvador. Sobre esse encontro relembra Sílvia:

– Eu enxergava aquele encontro como um pontapé inicial de um processo de articulação que iria acontecer, desse tipo de política, inclusive porque a intenção, como o nome já dizia, era o primeiro, a intenção era que

⁴³ Sílvia de Aquino, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2008. Devido às inúmeras falas aqui trazidas a partir daqui será identificada como Aquino.

houvesse uma continuidade [...] se distribuiu um questionário para que os serviços que estavam lá respondessem, o pessoal da secretaria... enfim, ia ser montado um banco de dados.

Nessa oportunidade, foram debatidos e definidos critérios para apoio à criação de novas Casas Abrigo, normas e rotinas de funcionamento das casas baseadas nas existentes e foram apresentadas propostas de funcionamento em rede de parcerias diversas.

Durante o encontro, ficou muito clara a importância do trabalho multidisciplinar e da capacitação específica para o acolhimento e reintegração dessas mulheres e de seus filhos. Foram apresentadas experiências bem sucedidas de atendimento integrado durante a permanência das mulheres, no sentido de fortalecer a sua auto-estima e autonomia para o enfrentamento da vida e dos seus problemas, depois da saída do abrigo.

Infelizmente, o encontro não voltou a acontecer. É importante ressaltar que a articulação e a interlocução entre as casas abrigo parecem fundamentais e indispensáveis para a discussão e o aprofundamento dessa política pois somente o intercâmbio e as trocas resultantes dessa interação permitirão a sua atuação em rede de parcerias e isso, certamente, contribuirá, em muito, para a resolução de possíveis problemas de segurança das mulheres abrigadas algumas das quais necessitam sair do seu próprio Estado por motivo de segurança, como é o caso de mulheres envolvidas com o crime organizado, só para citar um exemplo.

Parece impossível o enfrentamento da violência contra as mulheres através de ações isoladas, sejam elas governamentais ou não. No âmbito governamental, o combate à violência contra as mulheres exige uma política orçamentária que garanta recursos específicos para o seu bom desempenho, bem como ações integradas que articulem diversas áreas como segurança, saúde, educação, trabalho, dentre outras. São fundamentais as parcerias com a sociedade civil, para a prestação de serviços complementares considerados essenciais e a participação ativa do movimento de mulheres para o controle dessas práticas.

5**A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO PARA A MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA BAHIA**

"Cada um tem de encontrar forças ou em si mesma, ou nos filhos, ou na família, ou nos amigos, ou em quem for; ou num Deus, ou no que crê." Ed.

Com capacidade para abrigar 15 mulheres e 60 crianças, perfazendo um total de 75 internas/os, a Pousada de Maria foi implantada como fruto de um Convênio⁴⁴ de Cooperação Técnica, que celebraram entre si as Voluntárias Sociais, entidade civil sem fins lucrativos e reconhecida de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 2.699/69, e o Estado da Bahia, através da SETRAS, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria de Segurança Pública, (SSP), DEAM, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Federação de Mulheres de Salvador, visando possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao funcionamento e à operacionalização de atividades no âmbito do projeto denominado Pousada de Maria.

As verbas para a criação das casas-abrigo vêm de recursos do orçamento da União e são administradas pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) que efetiva o Programa Nacional de Combate à Violência. Os valores são repassados para estados e

⁴⁴ Ver minuta de convênio em anexo a este documento

municípios que se candidatam com projetos para manutenção, instalação de equipamentos e construção e/ou reforma de casas-abrigo, sendo as propostas selecionadas com base no Termo de Referência.

Após um ano de funcionamento, em maio de 2001, a Pousada de Maria, segundo as informações coletadas no cadastro de internas da instituição, havia abrigado um total de 59 mulheres, 110 crianças, 13 adolescentes, perfazendo um total de 182 pessoas internas, sob a responsabilidade das Voluntárias Sociais, tendo à época como sua presidente a primeira dama do Estado, Sra. Tércia Borges, e como sua primeira coordenadora a Sra Janildes Oliveira de Lima⁴⁵.

Ainda conforme cadastro da entidade, até maio de 2002 a instituição já havia abrigado um total de 140 mulheres em situação de violência sem, aparentemente, apresentar problemas de acesso ou subutilização, tendo sido, inclusive, alvo de notícias elogiosas nos jornais da cidade, a exemplo da Tribuna da Bahia que, em 12 de dezembro de 2001, publicou:

Mais conscientes dos seus direitos as mulheres baianas estão denunciando os seus agressores. [...] Pousada de Maria é uma grande aliada. [...] Lá as internas participam de oficinas de culinária, corte e costura, além de serem encaminhadas para um emprego, garantindo o sustento após a saída da Casa Abrigo. (PATROCÍNIO, 2001, p. 3).

A questão da política de abrigamento na nossa realidade segue suscitando dúvidas e questionamentos que sinalizam a sua complexidade, conforme podemos constatar através da fala de nossas entrevistadas, todas elas mulheres, direta ou indiretamente envolvidas com a questão da política de abrigamento no Estado da Bahia:

E. Kalil – *É um equipamento muito difícil e complexo porque tem de responder a situações muito difíceis e complexas.*

⁴⁵ Indicada pela Federação de Mulheres da Bahia, naquele instante em parceria governamental com as Voluntárias Sociais, Janildes Lima era moradora e participante de uma Associação de Mulheres de Mussurunga, e depois veio a ligar-se à Federação de Mulheres da Bahia, chegando a tornar-se Secretária-Geral dessa entidade quando da sua indicação para ocupar a gestão da Casa Abrigo, feita pela Sra. Rosa Melo, à época, Presidente da Federação das Mulheres da Bahia.

I. A. Pinho – [...] abrigar essas mulheres era exatamente o que a gente sempre precisou, porque as mulheres continuam sendo expulsas das suas casas, ferida,s às duas ou três horas da manhã, e dormindo nos terminais de ônibus – certo? – ou na porta das delegacias ou nas portas dos prédios públicos porque tem um vigilante ali que não vai nem sequer saber que ela precisa estar ali; porque não tem outro lugar.⁴⁶

A. Cavalcante – Casa Abrigo é um projeto que me encanta [...] A nossa política é que, na verdade, impediu que a gente criasse rede de serviços, redes de apoio ao cidadão [...] O caminho para diminuir todas essas mazelas no nosso Estado e no nosso país são as políticas públicas, porque a gente consegue implementar mas, ainda, de forma muito inicial [...].⁴⁷

E. Schiavo – Eu acho que as Casas Abrigo têm um papel fundamental para garantir a segurança das mulheres... Eu acho que elas [as casas] dão menos do que poderiam oferecer... Eu não vejo o abrigo só como um lugar de proteção, não. Eu acho que o marido tem de sair de casa, sim, mas eu acho que é importante a mulher sair também... É importante ela ter um espaço onde possa se afastar, onde ela possa enxergar a situação que ela estava vivendo naquele espaço... Eu acho que não é um luxo uma mulher que está correndo risco de vida, e que tem a sua casa, ir para um abrigo. Eu acho é que a nossa realidade não tem condições de oferecer isso; mas, se tivesse, eu acho que a gente tem que avançar para isso; ter um espaço aonde elas vão, porque elas precisam se afastar um pouco daquela experiência, se recompor, se trabalhar, sair daquele espaço que as violentou.⁴⁸

E. Kalil – A casa é muito cheia de regras para entrar [...] Minha concepção de casa abrigo é outra, que a gente não conseguiu construir; com melhor aproveitamento do que tem, e com muitas outras possibilidades.[...] É preciso aprofundar a discussão do problema, qualquer coisa que se faça sem encarar isso desse jeito, vai ser uma maquiagem.

⁴⁶ Isabel Alice Pinho. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2007.

⁴⁷ Andaraí Cavalcante. Entrevista realizada em 5 de novembro de 2007.

⁴⁸ Francisca Eleonora Schiavo, Coordenadora do Centro de Referência Loreta Valadares, membro da comissão para reabertura da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência. Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2007.

M. Leiro – *Eu acho muito chato; me dá uma sensação de isolamento... Estou me remetendo ao meu sentimento; a pessoa está do lado de fora, enquanto deveria estar presa... A Casa Abrigo foi incompetência da justiça, na minha percepção, porque, em vez de punir o agressor prende a vítima, isolando a vítima no mundo. Como eu valorizo muito a minha vida pública, para mim, é muito constrangedor uma Casa Abrigo. Me limita, corta as minhas asas, eu me vendo na necessidade de ser usuária... sinceramente, eu não sou a favor de Casa Abrigo... É um paliativo que não deu certo.*⁴⁹

5.1 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO SOCIAL CASA ABRIGO NA BAHIA

A história que resultou na implantação da Delegacia Especial para Atendimento à Mulher (DEAM), ocorrida em 1986, e da Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, no ano de 2000, na Bahia, não foi diferente: foi, também, resultado do trabalho do movimento organizado de mulheres. Segundo Aquino (1999), o movimento organizado de mulheres nutria a expectativa de que as mulheres em situação de violência não fossem tratadas como réis. Elas deveriam ser atendidas por equipes devidamente sensibilizadas e capacitadas em processos contínuos, levando em conta as questões de gênero. Esses atendimentos, devidamente implementados, deveriam proporcionar informações a respeito do fenômeno da violência, de forma a produzir estatísticas que possibilitassem estruturar possíveis formas de atenção.

As mulheres baianas já se organizavam politicamente na luta contra a violência, desde 1979, quando um grupo de mulheres feministas criou a organização Brasil Mulher. Em 1981, o Brasil Mulher se manifestava nas ruas e praças públicas de Salvador contra a violência, com a apresentação da peça “Grite fogo”, que denunciava os assassinatos de mulheres e cobrava das autoridades competentes a não aceitação da tese de legítima defesa da honra.

⁴⁹ Marta Leiro é representante do Movimento de Mulheres do Calafate. Entrevista realizada em 15 de março de 2007.

Em 1984, criou-se a Comissão Especial da Mulher na Câmara, por iniciativa da vereadora Amábilia Almeida. A criação da Comissão, que tinha como objetivo discutir a questão da violência e outras questões relativas de interesse específico das mulheres contou com o apoio de grupos de mulheres como Brasil Mulher, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Departamento Feminino da OAB, Mulheres Negras, União de Mulheres de Salvador e do Movimento Negro Unificado (MNU).

Nesse mesmo ano, essas organizações feministas se articulam, formam a Comissão da Mulher de Combate à Violência e começam a pressionar e reivindicar por uma DEAM em Salvador. As integrantes da Comissão, estimuladas pela experiência da criação da DEAM de São Paulo, passam a debater mais especificamente sobre o assunto e constroem um projeto que recebeu o nome de “Por uma Delegacia de Defesa da Mulher”. O projeto foi pensado para a realidade de Salvador, na perspectiva de como o movimento imaginava que deveria ser desenvolvido o trabalho da Delegacia, oferecendo, inclusive, sugestões para um atendimento mais amplo e visibilizando a violência contra as mulheres como um problema social a ser reconhecido e formalizado através de instâncias públicas para o seu enfrentamento. Como afirma Maria Helena:

M. H. Souza – *A delegacia nasceu da iniciativa do movimento [...] Claro que a gente se influenciou com a Delegacia de São Paulo, em 1985, mas a gente pensou como queria a nossa. Estudamos, discutimos, refletimos.*

Para Aquino (1999),

a institucionalização desta política na Bahia é o momento ápice de uma trajetória que teve início com a mobilização de feministas que denunciavam o tratamento dado aos assassinatos de mulheres, no final da década de 70. Trajetória que constrói o fenômeno da violência contra a mulher como um ‘problema social’, cria e publiciza uma ‘nova categoria de percepção do mundo’, que por sua vez carrega uma ‘nova categoria de justiça social’ (Lenoir, 1996). Esta percepção se refere, basicamente, a uma sociedade igualitária para homens e mulheres.

A Delegacia Especial de Proteção à Mulher de Salvador foi criada no governo de João Durval Carneiro, no dia 28 de abril de 1986, através do Decreto nº 33.038⁵⁰, com o objetivo de prevenir e reprimir os crimes contra a pessoa, o patrimônio, os costumes e a família, praticados contra as mulheres. Cabe, também, à DEAM a centralização dos registros policiais, a orientação investigatória, as instruções normativas, a articulação com outros órgãos interessados, entre outros, visando a proteção assistencial e jurídica às mulheres em situação de violência.

Foram muitas as mulheres que se envolveram com a concepção e a reivindicação da delegacia especial, porém, a assinatura do Decreto-lei para a sua formalização contrariou a expectativa das feministas, pois se deu sem a participação das mesmas, que ficaram sabendo através dos jornais⁵¹.

Passados tantos anos da inauguração da primeira delegacia no nosso Estado e a despeito da enorme necessidade que se faz sentir por equipamentos dessa natureza, o seu déficit ainda é muito grande na nossa realidade, contribuindo para que muitas mulheres deixem de ter o seu acesso garantido, a sua queixa registrada e favorecendo a cultura do silêncio que envolve o fenômeno da violência contra as mulheres e a sua impunidade.

5.2 A CASA ABRIGO NA BAHIA

Ainda que a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 226, § 8, afirme que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”, e que a Constituição Estadual⁵², promulgada em 5 de outubro de 1989, no seu Capítulo XIX, Dos Direitos Específicos da Mulher, art. 281, deixe claro as responsabilidades do Estado, somente em 12 de maio de 2000 é que foi inaugurada a “Casa Abrigo” para mulheres em situação de violência no Estado da Bahia.

⁵⁰ Conforme Diário Oficial de 29 de abril de 1986.

⁵¹ Ver JORNAL DA BAHIA. *Mulheres criticam forma como foi criada a delegacia*. Salvador de 12 de abril de 1986.

⁵² Ver íntegra da Constituição Estadual em: <<http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/constituicao-ba.pdr>>.

Na Bahia, a despeito de todo o histórico de reivindicação desse equipamento social pelos movimentos organizados de mulheres, até meados de 2000, a DEAM era o único equipamento específico, na estrutura do Estado, relacionado à violência contra as mulheres.

Em maio de 2000, surge, finalmente, uma resposta à mobilização social e à demanda existente, com a criação da Casa Abrigo, por iniciativa de uma mulher, no caso, a Presidente das Voluntárias Sociais, Tércia Borges, durante a gestão do seu marido, o então governador César Borges. A sua implantação foi resultado de um Convênio de Cooperação Técnica que assumiram entre si as Voluntárias Sociais e o Governo do Estado, ficando a responsabilidade da sua gestão a cargo das Voluntárias Sociais.

Segundo informações de Tércia Borges, a justificativa para a abertura da Casa Abrigo surgiu no ano de 1999, conforme explicou:

– Na época do governo César Borges, a Secretária de Segurança Pública era uma mulher, Kátia Alves. Por ser mulher, a gente tinha mais proximidade, nós conversávamos mais e tive algumas oportunidades de estar com Kátia junto com Isabel Pinho, que era delegada da Delegacia de Proteção às Mulheres, e uma das coisas que ouvia muito era que chegavam muitas mulheres lá, várias vezes apanhando, com queixas dos maridos, queixas que logo depois retiravam porque os maridos ameaçavam e elas não tinham pra onde ir.

Ainda segundo o relato de Tércia Borges:

– Nessa época, começamos a pensar e, por coincidência, nós recebemos a visita do Ministro do Turismo, que era Rafael Grecca, junto com a esposa dele, Margarita Sansone. Eles estiveram conosco. César era governador, e ele veio aqui, se não me engano, para as comemorações do aniversário dos quinhentos anos do Brasil, e [...] eu conversando com ela, ela me disse que tinha feito um abrigo para mulheres vítimas de agressão. Aí, nós marcamos pra conhecer. Ela me mandou o material, nós vimos o material, gostamos demais da idéia.

Assim, a convite de Margarita Sansone Grecca, esposa de Rafael Grecca e responsável pela implantação de projeto semelhante no seu Estado, foi feita uma visita técnica da Coordenadora Operacional das Voluntárias

Sociais, Anacélia Laurindo Brugni, à Casa Abrigo Pousada de Maria, de Curitiba, que serviu de inspiração para a implantação da Pousada de Maria no Estado da Bahia, pois, segundo Anacélia, *“era, na época, modelo, vamos dizer assim. Então, nós tentamos fazer aqui, mais ou menos dentro dos padrões de Curitiba”*.

Após as visitas técnicas, Tércia Borges solicitou do Governador César Borges a implantação do projeto na Bahia. Segundo informações contidas no Relatório de Atividades das Voluntárias Sociais do ano de 1999, em 2 de setembro desse mesmo ano, em solenidade realizada no Palácio de Ondina, foi assinada a Ordem de Serviço com investimentos previsto de R\$ 465.416, 05 para a realização de obras de implantação da Pousada de Maria, programada para ser inaugurada no ano seguinte, em maio de 2000.

Na mesma ocasião, Tércia Borges solicitou da Coordenadora de Projetos Especiais das Voluntárias Sociais, Reveca Pikelaizen Martins, a elaboração do projeto. Segundo afirma Reveca⁵³, a Sra. Tércia Borges *“tinha idéias inovadoras. Criou a Coordenação de Projetos Especiais para contemplar projetos diferenciados dos que já existiam”*. Para tanto, no final de 1999, a Coordenadora teve oportunidade de ir ao Rio de Janeiro para conhecer a Casa Abrigo Maria Aydée Pizarro, tendo, também, segundo informações da mesma, mantido contato com profissionais de outras casas, em outros Estados do Brasil.

O espaço ocupado pela Pousada de Maria era uma antiga creche da fábrica de remédios Bahiafarma, que se encontrava desativada, tendo sofrido um processo de reforma e adaptação para abrigar a Pousada de Maria. O local foi escolhido por se tratar de um lugar reservado, favorecendo o necessário sigilo, o que, segundo Reveca Martins, *“aconteceu menos do que o esperado, por falhas administrativas na casa, e, até mesmo, por problemas em manter o sigilo pelas próprias internas”*.

Ainda segundo informação de Reveca, também disponível no Diário Oficial de 5 de março de 1999⁵⁴, foi, inicialmente, proposto que a casa

⁵³ Entrevista realizada em 21 de novembro de 2007.

⁵⁴ “As Voluntárias Sociais da Bahia vão dedicar uma atenção mais especial à mulher em 1999 com a criação do Programa de Assistência a Mulher Vítima de Agressão. Vamos criar um espaço, que será batizado de Casa da Amélia, ao qual as mulheres vítimas de

recebesse o nome de “Casa de Amélia”. Esse nome sofreu inúmeros questionamentos devido ao estigma da música “Amélia é que era Mulher de Verdade”, e acabou, então, recebendo o nome de Casa Abrigo Pousada de Maria, em homenagem ao serviço em Curitiba que inspirou Tércia Borges.

Em 12 de maio de 2000, a Presidente das Voluntárias Sociais, Tércia Borges, ao lado do Governador do Estado, o Sr. César Borges, do Prefeito Antonio Imbassahy, da Sra. Anacélia Brugni, Diretora Operacional das Voluntárias Sociais, de Kátia Alves, Secretária de Segurança Pública, de Isabel Alice, Delegada Titular da Delegacia das Mulheres, dentre outras, inaugurou a Pousada de Maria.

Conforme noticiado⁵⁵, naquela ocasião, a Sra. Tércia Borges declarou: “gostaria de não precisar receber aqui mulheres vítimas de agressão, mas as estatísticas estão aí e as receberemos com carinho; a intenção é que as mulheres saiam para dar continuidade às suas vidas de forma digna”.

A Casa Abrigo está localizada no Município de Lauro de Freitas⁵⁶, em endereço sigiloso⁵⁷, em área de 4 mil m², bastante ampla e arborizada, e conta com 1.274m² de área construída. A obra foi feita pela Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (Sucab), conforme licitação para reforma⁵⁸ realizada em 30 de julho de 1999.

A casa possui três módulos térreos e um módulo novo interligado por uma passarela coberta. O primeiro módulo abriga recepção e oficinas de trabalho. O módulo central possui um pátio interno que separa a creche e o auditório do setor administrativo. Já o terceiro módulo é composto pelo setor de serviços, com lavanderia, copa, cozinha industrial, dependências externas, estacionamento e quadras esportivas.

maus tratos possam recorrer, encontrando apoio social, psicológico e jurídico”, explicou a presidente das Voluntárias Sociais da Bahia.

⁵⁵ Veículo Informativo dos Aposentados e Pensionistas do Estado da Bahia – Ano II, n. 5, Jan.–Jul. 2000.

⁵⁶ Informações retiradas do Diário Oficial dos dias 13, 14 e 15 de maio de 2000, e do jornal A Tarde de 16 de março de 2000. (MOURA, 2000).

⁵⁷ Em concordância com o sigilo, preservamos também nesse trabalho o referido endereço.

⁵⁸ Ver Diário Oficial de 30 de julho de 1999: “Sucab abre licitação para as obras na Pousada de Maria”.

O módulo novo dispõe de quinze quartos, com capacidade para cinco pessoas cada, dispondo de dois beliches, um berço e sanitários. O local inclui: triagem, recepção, salas para profissionais, secretaria, diretoria, rouparia, lavanderia, cozinha, refeitório, depósito de alimentos, berçário, almoxarifado, alojamento dos internos, sala de reuniões, área de lazer e recreação, sanitários coletivos, espaço para oficinas e cursos profissionalizantes, auditório, creche e berçário, dentre outros.

Figuram como parceiras das Voluntárias Sociais, no projeto Casa Abrigo, as instituições elencadas abaixo, com suas responsabilidades e competências específicas:

1) Delegacia das Mulheres /Secretaria de Segurança Pública:

- ✓ Responsável pela triagem e encaminhamento das mulheres vítimas de violência, nos casos em que forem abertos inquéritos policiais.
- ✓ Acompanhamento do processo, no que tange à natureza policial do fato.

2) Juizado de Menores:

- ✓ Acompanhamento das crianças e adolescentes filhos de mães em situação de violência.
- ✓ Encaminhamentos devidos.

3) Secretaria da Saúde do Estado:

- ✓ Atendimento médico.
- ✓ Encaminhamento hospitalar.
- ✓ Insumos.

4) Secretaria de Trabalho e Ação Social / Banco do Nordeste/Banco da Mulher

- ✓ Gestão dos serviços de qualificação profissional da mulher na Pousada.
- ✓ Cursos de qualificação profissional.
- ✓ Intermediação de mão de obra, linhas de crédito para abertura de negócios.
- ✓ Criação de um programa de renda mínima, específico para a clientela.

5) Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia

- ✓ Gestão dos serviços de assistência jurídica.

6) Federação de Mulheres

- ✓ Apoio na gestão técnico-administrativa da Pousada.

A Casa Abrigo em Salvador foi implantada à revelia de grande parte do movimento organizado de mulheres, a exemplo de entidades como o Fórum de Mulheres de Salvador, o NEIM, MUSA, GEM, FCCV, dentre outras, que não foram chamados ao diálogo, deixando, assim, de contribuir tanto política como tecnicamente para o fortalecimento e sustentabilidade dessa iniciativa. Apenas a Federação de Mulheres atuou como parceira das Voluntárias Sociais.

Quando questionada sobre a ausência das entidades acima referidas, Tércia Borges respondeu:

– Alguém me indicou a Federação de Mulheres da Bahia, não sei quem foi, na época. Aí disse: bom, deixa eu ir lá conhecer. Fui ver como é que era. Vi que tinha várias associações, várias entidades: Associação das Baianas do Acarajé, Associação das Prostitutas, associação de várias entidades, várias classes que estavam lá ligadas e eu me interessei porque vi que eu estava lidando com vários campos sociais, vários segmentos e era o que eu queria. Mas eu não conhecia, assim, essas outras entidades. Soube depois que existiam essas entidades, ignorância minha, admito; realmente, eu não conhecia. [...] Mas, também, como eu vi que funcionava bem essa Federação, eu digo: bom, vamos começar por aí, vamos agregar. Inclusive na época eu me lembro que Lídice [da Mata], Moema [Gramacho], foram visitar. Alice [Isabel Alice Pinho], que eu fiquei muito amiga, assim, adoro, uma pessoa maravilhosa, ela. Então, abrimos para as mulheres deputadas daqui na época, independente de ser a favor ou contra. Sônia Fontes também teve um papel muito importante.

A Casa Abrigo iniciou as suas atividades contando com uma equipe interdisciplinar de recursos humanos, dispondo de: pedagoga, psicóloga, nutricionista, médico, advogado, recreadores, orientadores para cursos e oficinas, administrador, agente administrativa, secretária,

assistente social, auxiliar de enfermagem, segurança e vigilância, cozinheira, monitoras para creche e berçário, serviços gerais e motorista.

De acordo com os critérios de encaminhamento da Pousada de Maria, sua clientela era composta por mulheres na faixa etária de 18 a 55 anos, que eram encaminhadas pela DEAM, após instauração de inquérito policial, sendo considerados os casos mais graves, frente ao risco que estariam correndo essas mulheres e seus filhos, observados os critérios mínimos estabelecidos pela Pousada, a falta de estrutura familiar para abrigá-las. Podiam permanecer na casa por um período máximo de 90 dias, desde que apresentassem as condições mínimas de saúde, sem intercorrência de:

- ✓ doenças infecto-contagiosas importantes que coloquem sob risco de contaminação funcionários e demais internas;
- ✓ doenças mentais que ofereçam riscos para a mulher ou para terceiros;
- ✓ doenças graves com indicação de internamento hospitalar;
- ✓ incapacidade física que impeça a autonomia da interna para as suas atividades cotidianas;
- ✓ gestante no oitavo mês de gestação, em trabalho de parto ou considerada com gravidez de risco.

Conforme se pode observar, os critérios acima estabeleciam restrições para o acesso de mulheres em situação de violência à casa. Esses critérios são excludentes e precisam ser repensados, pois sabe-se que o fato de as mulheres estarem doentes, incapazes, grávidas, terem mais de 55 anos ou menos de 18 não impede que as mesmas sofram violência e que necessitem, até mesmo mais que as outras, de acolhimento e proteção do Estado, como preconizam os Estatutos do Adolescente e do Idoso.

Se o que justifica a existência do abrigo é o risco de vida em consequência da violência sofrida, esse deveria ser o único critério a ser considerado para o acesso das mulheres à Casa Abrigo. Entende-se que qualquer outra intercorrência deveria fazer parte do cuidado a ser oferecido a essas mulheres. A Casa Abrigo não deveria ser percebida como um fim de caminho para as mulheres e sim como parte de um macroorganismo

sistêmico e interdependente, relacionado com outras políticas e com capacidade de articulação na estrutura como um todo.

No que se refere aos critérios de permanência na Pousada, esses incluem o cumprimento das normas estabelecidas pelo Regimento Interno da casa, bem como a execução das atividades estabelecidas dentro das suas rotinas, podendo a mulher ser desligada:

- ✓ de forma espontânea, dentro dos três primeiros dias de adaptação;
- ✓ a qualquer momento, pelo não cumprimento do regulamento ou das normas e rotinas internas da casa;
- ✓ pelo não preenchimento das condições mínimas de saúde;
- ✓ vencido o prazo máximo de permanência;
- ✓ através da sua reintegração à sociedade.

Como parte das rotinas, as internas deviam participar das atividades de manutenção, limpeza, cozinha e lavanderia da casa, de acordo com escala pré-estabelecida de tarefas, e os seus dependentes devem ser responsáveis, sob orientação da Coordenação e de suas genitoras, pela manutenção da área verde existente na Pousada.

O despertar na Pousada se dava às 6h da manhã, iniciando-se as atividades internas no dormitório e na higiene pessoal e dos filhos. O café era servido às 7 horas. Em seguida, de acordo com a escala pré-estabelecida de serviços, as internas colaboravam com os serviços de manutenção da casa, higiene dos seus dormitórios, lavagem das roupas etc., enquanto as crianças menores eram encaminhadas à creche ou ao berçário, que funcionavam das 7:30 às 18:00 horas, de segunda a sexta, horários em que as mães deveriam entregar e apanhar os seus filhos.

As usuárias deviam participar dos cursos e oficinas profissionalizantes e de outras atividades extras que lhes eram oferecidas, desde que não coincidissem com a sua escala de tarefas. As internas, sempre que convocadas pela equipe técnica para os acompanhamentos, deviam se apresentar de pronto.

De acordo com o Regulamento Interno da Pousada de Maria, o seu funcionamento era ininterrupto, entretanto, as usuárias só podiam ser

admitidas no horário comercial, ou seja, das 8 às 17 horas, e de segunda a sexta. Essa restrição não dava conta do fenômeno da violência contra as mulheres, pois se sabe que a violência não tem hora nem dia para acontecer e, segundo revelam algumas estatísticas, acontecem, com mais frequência, justamente, nos finais de semana.

O almoço era servido às 12 horas e os lanches às 10h da manhã e às 3h da tarde. Era permitida a circulação pelas áreas internas da Pousada até as 21 horas. Às 22 horas, todos deveriam estar acomodados, encerrando-se as atividades.

Para um possível reingresso, era necessário que a mulher registrasse nova queixa, que fosse instaurado novo procedimento administrativo pela DEAM, equivalente a uma nova agressão.

Por ocasião da admissão na casa eram realizados os seguintes procedimentos:

- ✓ registro da entrada da usuária na Pousada, sendo relacionados os seus pertences pessoais e a sua documentação;
- ✓ encaminhamento para os setores de Serviço Social e Psicologia para realização de avaliação, abertura de prontuário, com prestação das informações a respeito do Regulamento Interno da Pousada;
- ✓ assinatura de Termo de Compromisso pela usuária, onde a mesma declarava concordar e cumprir com as normas e Regulamento Interno da Pousada;
- ✓ repasse para a usuária, para uso interno na Pousada, de material de higiene pessoal, roupas de cama e banho, a serem devolvidas quando do desligamento da mesma;
- ✓ A usuária era apresentada a toda a equipe e às dependências físicas da Pousada, sendo, em seguida, encaminhada ao seu dormitório.

No Regulamento Interno estava posto que o Setor de Nutrição era responsável pelo cardápio, composto de uma dieta balanceada, alimentos especiais para os bebês, crianças e pessoas com problemas de saúde. Um profissional médico devia manter plantões ao longo da semana, na Pousada,

fazendo a avaliação das internas e, em caso de necessidade, encaminhando-as aos serviços especializados da rede pública. Os setores de Serviço Social e de Psicologia deviam atuar conjuntamente, buscando melhores resultados, e o Setor Jurídico deveria orientar as internas sobre os seus direitos civis e criminais

A primeira usuária foi admitida em 6 de junho de 2000. Tratava-se de uma mulher gestante acompanhada de seis filhos menores. O encaminhamento foi feito de acordo com o fluxo estabelecido pela DEAM, e segundo os critérios já descritos. O depoimento de Andaraí, na época Assistente Social da DEAM, reflete o desconhecimento da própria técnica encarregada do encaminhamento sobre o equipamento social Casa Abrigo:

A. Cavalcante – *Fui eu que fiz o primeiro encaminhamento da primeira mulher para a Pousada de Maria. Tenho essa imagem ainda hoje na minha cabeça. Eu, levando essa mulher, para esse lugar, que nem eu mesma tinha idéia naquele momento, com aquelas crianças, que eu ajudei a arrumar as coisas, dentro daquela casa onde ela estava.*

No ano de 2001, a Pousada de Maria foi objeto de matérias elogiosas, como a encontrada no Diário Oficial de 14 de agosto de 2001, “Pousada de Maria é alvo de elogios”, que diz: “Se todas as grandes cidades implantarem uma casa com esta, estarão contribuindo para diminuir os casos de agressão contra a mulher...” e em vários outros veículos de comunicação⁵⁹, vindo a público, inclusive, histórias exitosas de mulheres que passaram pela casa, e de atos simbólicos como o ocorrido em 8 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher: “Nessa ocasião as mulheres receberam rosas, simbolizando a força delas na luta pelos seus direitos”.⁶⁰

Surgiram, ainda, iniciativas e atividades coletivas, como a campanha de doações de livros infantis para formar a biblioteca da Pousada⁶¹, conforme referido em notas no jornal: “Como parte das

⁵⁹ Ver matéria no jornal A Tarde de 14 de julho de 2001: “Pousada protege Marias de abusos”. Ou o Correio da Bahia: “História de sucesso” (ARAÚJO, 2001).

⁶⁰ Ver matéria no Diário Oficial de 6 de março de 2001: “Pousada de Maria homenageia as internas” ou Diário Oficial, de 1 de agosto de 2001, que diz: “Iniciativa restaura mulheres agredidas.”

⁶¹ Ver matéria no Jornal A Tarde de 7, 8, e 9 de outubro, na sua coluna Tempo Presente.

comemorações da Semana da Criança, as Voluntárias Sociais estão convidando a comunidade a participar da campanha de livros infantis para formar a biblioteca da Pousada de Maria” e a realização de pequenos eventos internos que marcavam a passagem de datas tradicionais como a Páscoa, Dia do Folclore, Dia da Criança, Dia da Bandeira. Esteve, também, na pauta o Dia Internacional pela Eliminação da Violência, Seminário sobre Mulher Raça e AIDS, discussão sobre um novo manual de convivência da casa e o plantio de horta comunitária.

Também, quando da realização do grupo focal com mulheres ex-usuárias, em janeiro de 2008, uma delas, ex-interna da pousada, se referiu à biblioteca com muito carinho, lembrando: “*eu ajudei muito a arrumar a biblioteca da Pousada de Maria*”. Essa fala mostra a importância e o papel que a literatura pode vir a ter na re-significação da violência para a vida dessas mulheres.

O Relatório de Atividades de 2001 das Voluntárias Sociais, bem como as notícias veiculadas na imprensa, referem o trabalho realizado como sendo um trabalho bem sucedido, oferecendo às mulheres proteção jurídica, psicológica, social e acompanhamento pós-pousada, a exemplo da já citada matéria do Diário Oficial de 14 de agosto de 2001, que diz: “A experiência da Pousada de Maria em Salvador é uma das mais bonitas que já conheci. Fico feliz de ver [...]”.

Ou, ainda, a matéria do Jornal A Tarde, de 14 de julho de 2001, “Pousada protege Marias de abusos”:

O resultado desse trabalho é que hoje as mulheres que procuram a delegacia para registrar queixa já chegam com a sua sacola para ir para lá. Estamos recebendo uma demanda espontânea e isso é bom, porque as mulheres tomaram consciência de que podem romper este ciclo de violência.

Também no Correio da Bahia, de 30 de junho de 2001, a matéria intitulada “História de sucesso” descreve a Pousada de Maria enfatizando a sua utilidade:

Alcançando os objetivos do trabalho de reinserção social ali realizado, muitas mulheres já saem da Pousada de Maria com suas vidas completamente independentes. Com a ajuda dos serviços oferecidos pela casa, elas se negam a aceitar as agressões dos companheiros e começam a nova fase com moradia e empregos novos. Um exemplo é a dona de casa E.O., 28 anos, 4 filhos. Casada aos 19 anos, ela passou 9 anos mantendo uma união complicada, onde a vivência era difícil e a violência constante. A partir do momento em que disse não, aboliu a possibilidade de voltar atrás. Procurou a Delegacia de Proteção à Mulher e aceitou a sugestão de ir para a Pousada de Maria. Três meses depois, E.O. já está com a vida reorganizada. Com o curso de artes culinárias, ganhou nova profissão. Agora ela vende doces e salgados na porta da casa que alugou e paga com a própria renda.

O jornal A Tarde, de 17 de setembro de 2001, traz uma manchete intitulada “Mulheres vítimas da violência têm paz na Pousada de Maria”. O corpo da matéria afirma que “a construção da pousada é, acima de tudo, um espaço seguro e atende antiga reivindicação das mulheres vítimas de violência [...] É uma vitória das mulheres”. A matéria se refere, também, às atividades profissionalizantes oferecidas pela Pousada, ponderando que “a idéia é que as mulheres sejam reinseridas na sociedade e no mercado de trabalho”.

Apresenta, ainda, entre outras informações, os depoimentos de algumas usuárias da casa e da sua coordenadora, Janildes Lima, que diz: *“Existe todo um trabalho psicológico e social por trás da assistência prestada no local”*. Já uma interna (M) reflete: “Eu cheguei no limite da minha própria coragem e tive que articular uma maneira de proteger a mim e às crianças. Ai cheguei aqui na Pousada”. A interna MC diz: “As meninas daqui têm uma boa vontade enorme, aqui estou me refazendo”. Ou, ainda, T, que afirma: “Quando cheguei aqui, eu vi que ia ter amizade mesmo, pessoas que não iam me condenar. Na hora eu entendi que ia ter uma ajuda mesmo”.

O serviço pós-pousada era feito pelo Serviço Social, incluindo visitas domiciliares e apoio para a inserção da mulher no mercado de trabalho através de convênios para esse fim, bem como assistência jurídica até a resolução do caso. Destaca, também, parcerias com o setor saúde para atendimento às necessidades das mulheres e seus filhos. Refere ainda contar

com profissionais de apoio, incluindo comissário de menor, vinculado à Secretaria de Justiça, motorista, vigias, policiais militares e pessoas de serviços gerais.

Quando perguntada sobre o processo de escolha para a gestão da Casa Abrigo Pousada de Maria, Tércia Borges explicou que a gestão da casa foi indicação da Federação de Mulheres da Bahia, na pessoa de Rosa Melo, complementando:

T. Borges – O que nós fizemos foi o seguinte: quem tomaria conta dessas mulheres? Como nós tínhamos uma parceria muito grande com a Federação de Mulheres da Bahia, eu perguntei a Rosa: você tem alguma pessoa, profissional, que nós possamos botar lá?

Segundo Janildes Lima, indicada pela Federação de Mulheres como primeira gestora da Casa Abrigo Pousada de Maria, ao assumir a gestão ela não tinha nenhuma experiência anterior de gerenciamento e não teve oportunidade de conhecer outras experiências com mulheres abrigadas ou de receber algum tipo de capacitação antes de assumir a sua tarefa.

A mesma situação se apresentou em relação à sua equipe técnica. Segundo informações coletadas, não existiu a preocupação em constituir uma equipe com experiência na temática ou a preocupação em capacitar a equipe técnica.

J. Lima – A minha experiência como gestora foi unicamente a Casa Abrigo... Eu cheguei quando ainda estava em construção, e lá fui pensando com a minha experiência [...] Essa questão de gênero eu mesma não tinha noção nenhuma, só sabia das necessidades das mulheres...

A partir da afirmação acima, podemos ver que o projeto, provavelmente, não contemplava o olhar de gênero, como potencial transformador das relações sociais entre homens e mulheres. Tudo leva a crer que o trabalho realizado estava voltado para atender às necessidades práticas das mulheres, no dia a dia.

Ainda assim, durante os anos de 2000 até meados de 2002, o projeto Casa Abrigo funcionou sem maiores queixas, enquanto projeto de prioridade governamental, embora carecendo do devido controle ou

fiscalização social sistemática, tão importante para um equipamento social dessa natureza.

Em 2002, o Governador César Borges sai do governo para candidatar-se ao Senado. Assume o Governo do Estado, até o final do mandato, o Governador Otto Alencar e, em 2003, com as novas eleições, o Governador Paulo Souto.

Desde a sua criação, em 2000, até 2007, a Casa Abrigo passou por quatro diferentes gestões governamentais, acompanhadas, também, por mudanças na gestão interna da casa. Levando-se em conta a complexidade desse equipamento e as suas necessidades, fica claro o processo de fragmentação, as mudanças ideológicas e descontinuidades técnicas, estruturais e de pessoal que a Casa Abrigo sofreu, com conseqüências diretas para as mulheres usuárias desse equipamento social.

Com as mudanças de governo, é previsível um novo ordenamento, podendo um projeto social sofrer profundas mudanças provocando, até mesmo, a sua falência. No caso da Casa Abrigo Pousada de Maria, infelizmente, foi isso o que aconteceu e a crise institucional se instalou após a saída de Tércia Borges, denunciando a necessidade e a ausência de uma política de Estado que lhe garantisse a devida continuidade, tanto técnica quanto financeira.

Já em meados de 2002, a Casa Abrigo Pousada de Maria entrou em crise, parece que, sobretudo, pela falta de sustentação política que até então lhe era dada pela primeira dama. Ao tratar da crise vivenciada pela Casa, Tércia Borges deixa claro que, na sua gestão, não houve nenhuma crise, e explicita, na sua fala, o caráter pessoal e prioritário que esse projeto tinha para ela, enquanto gestora:

T. Borges – Na nossa gestão não, sempre funcionou. Depois eu sei que teve crise porque saiu nos jornais. Eu fazia questão, de quinze em quinze dias, no mínimo, fazer uma visita.[...] Então, ali eu dava como se fosse uma coisa realmente minha, particular, mas, muito pessoal; eu queria ver se estava funcionando bem. Não que eu fosse mandar em nada. Apenas eu queria que funcionasse.

Essa afirmação é corroborada pela Diretora Operacional da época, quando afirma:

A. L. Brugni – *Uma coisa de que eu me sinto muito orgulhosa é que nunca a gente foi criticada, nunca apanhamos, vamos dizer assim, nem da oposição, não foi, Tércia? De vez em quando, diziam: queremos visitar. Vamos lá visitar. Nunca apanhamos da oposição em função disso, porque era um trabalho que a gente procurou fazer assim: não era só atendimento à mulher, não era só você chegar lá e deixar a mulher. Nesse período em que ela estava lá dentro, a gente tava buscando as alternativas todas pra ela sair de lá; desde a procura de casa, buscando dar a condição de emprego.*

Essa mesma avaliação foi feita por uma ex-usuária da Casa Abrigo Pousada de Maria, durante a realização do grupo focal para ex-usuárias:

– *Tinham algumas empresas ali que davam algum trabalho. Tinha, na minha época, uma Fábrica de Fraldas e algumas mulheres foram trabalhar lá, e eu estava entre elas. Então nós recebíamos e guardávamos o dinheiro lá dentro.*

Com a crise, as notícias e denúncias vieram a público nos jornais. As albergadas procuraram o Fórum de Mulheres de Salvador e a Comissão de Direitos Humanos, buscando ajuda junto a representantes das diversas entidades ligadas aos movimentos de mulheres. As mulheres albergadas faziam denúncias e pediam providências quanto a “irregularidades que estariam sofrendo dentro da casa”. Por iniciativa própria, as albergadas ganham voz no mundo público, como atesta a notícia publicada no jornal “A Tarde” sob o título: “Direção da pousada retalia e ameaça expulsar internas”.

As sete albergadas da Pousada de Maria denunciaram ontem que a diretoria da casa, em retaliação às queixas, cancelou o lanche da manhã e avisou que todas devem se preparar para deixar o local [...] Num barraco em Águas Claras, Rosemeire Francisca de Araújo contou ter sido expulsa da casa de passagem. A diretora operacional das Voluntárias Sociais, Lealdina Barros, rebate as denúncias e garante que são conseqüências do novo ordenamento da Pousada de Maria. Segundo ela, a coordenadora anterior ‘afrouxou’ as regras de convivência. ‘Quem estava anteriormente na direção da casa ficou magoada com a perda de poder’, insinuando que esta é a origem das albergadas estarem se rebelando. Rosimeire Francisca de Araújo uma das internas, não concorda, ela

entende que a Coordenadora de Projetos das Voluntárias Sociais, colocada há um mês por Lealdina Barros, está alterando negativamente a filosofia da entidade. (BONFIM, 2002).

Em 30 de abril de 2003, a Casa Abrigo era novamente assunto no jornal “A Tarde” que, sob a manchete “Pousada de Maria está quase desativada e única interna teme por sua segurança”, contava: “A Pousada de Maria, única casa de custódia existente na Bahia, vive hoje uma crise sem precedência [...]. A Pousada, que já foi elogiada pela Unesco, e abrigava 22 mulheres mais os seus filhos, desde maio do ano passado está se desestruturando”.

A matéria apresenta a história de uma mulher que descobriu que o seu marido praticava atividades criminosas e que acabou sendo abrigada, juntamente com a sua filha, na Pousada de Maria. Diz ainda que “a albergada escreveu sua história para o governador do Estado, onde diz ao mesmo que está sem nenhuma segurança na casa e teme que algo ruim ocorra a ela ou a sua filha”.

Diante da situação e das denúncias, entidades ligadas ao movimento de mulheres se mobilizaram, marcaram audiência com a equipe responsável pela Pousada e agendaram visita ao equipamento social onde constataram a necessidade urgente de intervenções, culminando com o fechamento da Casa Abrigo Pousada de Maria em maio de 2003.

O fechamento da Pousada foi referido e lamentado pela Delegada Titular da Delegacia de Mulheres, quando da nossa entrevista. Assim, ela se referiu sobre o processo que veio a seguir:

I. A. Pinho – *Depois fecha, né? Pelos problemas que você mais ou menos já sabe, aí cria-se essa comissão, aí nós fomos convidados a participar dessa Comissão [...] e aí uma coisa que nunca foi feita, assim, naquele momento, era a avaliação dessa política. A gente colocava, assim, uma opinião ou outra, mas parecia que o objetivo era realmente esquecer, como se nada fosse feito antes [...] Isso é muito comum, às vezes, nas políticas públicas, da gente achar que vai começar do zero ou que a partir daquele marco, mas a realidade é outra [...] e não se estudou, não se buscou ver aquilo que era importante lá no*

começo de tudo, como começou, e eu digo sempre que se houve falhas, e é claro que vai haver sempre, né?, era só no sentido de acertar.

Diante do fechamento da Casa Abrigo Pousada de Maria, o movimento feminista, através das várias organizações ligadas aos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, iniciou uma articulação com a Comissão de Defesa das Mulheres, tanto da Câmara Municipal como da Assembléia Legislativa, buscando meios para fazer voltar a funcionar o único abrigo existente no Estado da Bahia para mulheres em situação de violência, conforme recomendações do Termo de Referência para Casas Abrigo, preconizado pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM).

As experiências bem sucedidas têm demonstrado que a interlocução com grupos de mulheres e uma ampla rede de parcerias é o que torna possível o êxito no atendimento a mulheres em situação de risco e tem contribuído para o fortalecimento e sustentação do processo. O isolamento promove a fragilidade institucional e dificulta a resolução de possíveis problemas, na medida em que se compreende que a violência contra a mulher é, mesmo, uma questão interdisciplinar e intersetorial, que depende da co-responsabilização para a resolução dos problemas. É dessa prática que surge a idéia de redes para a atenção às mulheres em situação de violência.

5.3 A COMISSÃO E O SEU PAPEL PARA A REABERTURA DA CASA ABRIGO

Com o fechamento da Pousada de Maria, em 2003, a sua gestão, que até então estivera a cargo das Voluntárias Sociais, é repassada, pelo Governador do Estado, Sr. Paulo Souto, para a SETRAS, que teria a missão de reabri-la. O documento Governamental “Bahia de Toda Gente: Ação Social e Cidadania: políticas assistenciais compensatórias e emergenciais” define

esse processo de transferência e as novas regras de funcionamento e reabertura da Casa Abrigo.⁶²

Segundo consta no referido documento:

A SETRAS reestruturou, no exercício de 2004, a Casa Abrigo Mulher Cidadã, antiga Pousada de Maria, que voltou a funcionar no mês de julho, nos termos da Política Nacional para Mulheres, que prevê assistência à mulher vítima de violência doméstica. A nova estrutura atende de forma integral as mulheres em situação de violência doméstica e com a vida em risco e aos seus filhos até 12 anos, encaminhados pela Delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM. Durante a permanência na unidade são desenvolvidas atividades nas áreas pedagógica, nutricional, social, jurídica, psicológica e de saúde, além de ações voltadas para a profissionalização, ocupação e renda, possibilitando o resgate da auto-estima da mulher vitimada pela violência doméstica.

É necessário frisar que o processo para a reabertura da Casa Abrigo contou com o apoio técnico, financeiro e a participação ativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), na pessoa da subsecretária da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Aparecida Gonçalves, bem como com o trabalho de uma comissão formalmente constituída, como se verá a seguir, fatos que não são mencionados no referido relatório governamental da SETRAS.

Para a concretização desse processo, a Superintendencia de Ação Social (SAS), da SETRAS – constituiu, através de portaria, em agosto de 2003, uma comissão multisetorial e multiprofissional com representações das instituições governamentais parceiras do projeto “Casa Abrigo” e representantes de entidades da sociedade civil organizada. Essa Comissão teve a função de redesenhar o projeto de estrutura e funcionamento da Casa Abrigo e construir as condições de viabilidade de sua operação.

Como relembra uma integrante do Movimento de Mulheres de Salvador, também representante da Comissão para Reabertura da Casa Abrigo:

⁶² Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/rel_atividades2004/html/pdf/vol.1/07%20Bahia%20Urgente.pdf>.

S. Aquino – *Quando eu penso nesse processo da Casa Abrigo, a forma como chegou, chegou a crise, chegou a estrutura quebrada no sentido estrutural, e sem a menor condição de trabalho, no sentido de que tipo de acolhida estava sendo oferecida para essas mulheres. Chegou isso através de mulheres acolhidas e de uma profissional.*

Fizeram parte da Comissão para Reabertura da Casa Abrigo, representantes das entidades indicadas pela SETRAS: Maria Helena Sousa, representante do Fórum de Mulheres de Salvador (FMS), Sílvia de Aquino, (NEIM/UFBA), Normélia Diniz (GEM/UFBA), Ana Cláudia (CDDM), Isabel Alice (DEAM), Rosa Melo, representando a Federação das Mulheres da Bahia, Valdecir Nascimento (CEAFRO), Cristina Aguiar (FCCV). Foram, ainda, indicadas e estiveram ausentes a essa reunião Balbina Lemos da Silva, representante da SESAB⁶³, e Ieda Franco (MUSA/ISC)⁶⁴.

Nessa primeira reunião, realizada em 6 de agosto de 2003, estiveram presentes Pedro Dórea (Chefe de Gabinete da SETRAS), Fátima Barbosa, Superintendente da SETRAS e as Deputadas Sônia Fontes e Lídice da Mata, ambas representantes da Comissão Especial da Assembléia Legislativa. Na ocasião, foi distribuído o documento (Pré-projeto Casa Abrigo) elaborado pela Setras que serviu de base para as discussões que se seguiram.

A reunião foi aberta pelo Chefe de Gabinete, que justificou a ausência do titular, Secretário Eduardo Oliveira Santos, por motivo de viagem. Informou que o Secretário estava acompanhando de perto o processo de reformulação da Pousada de Maria, pois considerava tal processo “relevante”, aludiu à existência de um pré-projeto elaborado pela SETRAS, afirmando “já temos o instrumento” (referindo-se à existência da Pousada), “estamos discutindo sua funcionalidade”, sua “utilização potencial”: “é preciso”, reiterou, “um modelo de funcionamento adequado; esta é a função/papel a ser desempenhada/o por esta Comissão.”⁶⁵

⁶³ Substituída na Comissão pela técnica Virgínia Falcão, hoje mestranda do NEIM.

⁶⁴ Substituída na Comissão por Francisca Schiavo, hoje Coordenadora do Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência Loreta Valadares.

⁶⁵ Informações retiradas da súmula da primeira reunião da Comissão feita por Sílvia de Aquino, representante do NEIM/UFBA.

A seguir, Fátima Barbosa apresentou um diagnóstico sobre as Casas Abrigo no Brasil e o pré-projeto elaborado pela SETRAS para a Pousada de Maria. A existência de um pré-projeto foi considerada positiva pelos presentes e o mesmo se constituiu em um material de base para a discussão e o início dos trabalhos.

A Comissão se reuniu, sistematicamente, no período de agosto de 2003 até a reabertura da casa, em julho de 2004. As reuniões eram mensais ou quinzenais, de acordo com as necessidades do trabalho que se desenvolveu na perspectiva de produzir orientações técnicas sobre as necessidades da casa, seus objetivos, definição do seu quadro mínimo de pessoal, identificação das atribuições de cada um dos seus técnicos, bem como dos seus setores internos, responsabilidades e obrigações para a prestação dos serviços, estratégias de ação, necessidades de qualificação de pessoal, dentre outras questões. Foram, também, analisados entraves políticos que dificultavam o trabalho.

Esse diagnóstico, levado pela SETRAS, e o material produzido pela própria Comissão subsidiaram a sua ação política no sentido de acelerar os trabalhos para a reabertura da Casa Abrigo. Para tanto, foram realizadas reuniões técnicas com dirigentes governamentais, a exemplo de audiência com o Secretário do Trabalho e Ação Social, Dr. Eduardo Oliveira Santos, no dia 12 de fevereiro de 2004. Nessa oportunidade, foram levantados os pontos críticos para a reabertura da Casa Abrigo e identificada a necessidade de uma audiência específica com o então governador, Paulo Souto, que veio a ocorrer no dia 7 de abril de 2004.

Durante a reunião com o Governador Paulo Souto, as seguintes questões foram levantadas:

- ✓ O não cumprimento dos compromissos assumidos entre os parceiros envolvidos no processo.
- ✓ Dificuldade de identificação e liberação de profissionais da SESAB para atuação na Casa Abrigo (dois assistentes sociais, duas enfermeiras, uma nutricionista e três auxiliares de enfermagem).

- ✓ Perda da “produtividade” dos profissionais indicados, dificultando uma possível transferência frente às perdas salariais.
- ✓ Ausência da Secretaria de Educação (SEC) nas tentativas de negociação.
- ✓ Dificuldade de identificação e liberação de quatro profissionais da SEC (pedagogas).
- ✓ Capacitação viabilizada junto à Secretaria de Políticas da Mulher (SPM) e ausência dos profissionais SEC/SESAB a serem treinados.

Como documento final da Comissão, foi elaborado o Projeto Casa Abrigo Mulher Cidadã, novo nome da casa, contemplando a concepção técnica política, em uma perspectiva de ações integradas, a definição de um sistema de monitoramento e de avaliação das ações a serem desenvolvidas, o treinamento e a educação continuada para os seus profissionais. Foi, também, elaborado um modelo de gestão participativa e sustentabilidade do processo, baseados no Termo de Referência para Funcionamento das Casas Abrigo, documento da SPM.

A Comissão trabalhou, de forma sistemática, por onze meses seguidos, envolvendo-se em problemas tanto técnicos quanto administrativos e, ainda que tenha conseguido elaborar um documento final de qualidade, não conseguiu intervir no processo de implementação daquilo que o documento propunha.

Esse resta sendo um grande desafio para o processo de participação social nas definições do Estado e/ou Governo. Comissões mistas, com representações do Estado e da sociedade civil, são constituídas para propor instrumentos, serviços e ações estratégicas, mas não têm poder de fazer acontecer o que propõem; e isso é uma grande contradição, porque se vive em um país que ainda não assume uma política como deveria ser: integrada, ampliada, acessível, diversificada, distribuída, ainda que, contraditoriamente, constitua uma comissão para pensá-la estrategicamente no sentido de fazê-la acontecer.

Como afirma uma das integrantes da Comissão:

S. Aquino – *A gente queria se envolver em tudo e isso nos torna muito responsáveis, mas não dá para esquecer que essa instância governamental tem responsabilidade.*

De fato, não se pode esquecer a responsabilidade maior que deveria ter o Estado diante da violência contra as mulheres, por se tratar de uma questão pública, reconhecida como crime e que precisa ser devidamente enfrentada por esse mesmo Estado.

Um dos pontos críticos vividos pela Comissão foi o descompromisso político, por parte das instituições governamentais envolvidas, em fazer valer os acordos entre a rede de parceiros.⁶⁶ A título de exemplo, vale focar a SESAB, à qual cabia uma parte importante e estrutural para o bom desempenho e funcionamento da casa e que havia se comprometido a disponibilizar recursos humanos para atuação na Casa Abrigo e, contraditoriamente, não cumpriu com o estabelecido, argumentando a falta de recursos humanos disponíveis.

O problema da ausência de uma rede de proteção é enfatizado por uma das nossas entrevistadas, que assim se coloca:

A. Cavalcante – *É preciso construir, neste país, a questão do respeito ao cidadão e um Estado que tem que ter responsabilidade com esse mesmo cidadão [...] É preciso ter uma garantia, uma rede de proteção para essa pessoa que, nesse momento, está sob a proteção do Estado.*

De acordo com o projeto elaborado pela Comissão era de responsabilidade da SESAB:

- ✓ desenvolver ações voltadas às Unidades Básicas de Saúde da rede pública, garantindo acolhimento receptivo e procedimentos adequados e integrais às mulheres;
- ✓ disponibilizar profissionais para a realização de trabalhos na Casa Abrigo;

⁶⁶ Eram, também, parceiros do Projeto Casa Abrigo Mulher Cidadã, com atribuições específicas: a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (SJDH) Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional da Bahia /Comissões de Direitos Humanos e de Assistência Jurídica. Secretarias Estadual e Municipal de Educação do Estado da Bahia, Secretaria de Segurança Pública/Delegacia Especial de Apoio a Mulher, Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

- ✓ disponibilizar profissionais para capacitar o pessoal da Casa Abrigo em ações educativas na área de saúde da mulher;
- ✓ desenvolver redes de serviços para atendimento às mulheres;
- ✓ colocar à disposição da Casa Abrigo nutricionista, psicólogas, assistentes sociais, enfermeira e auxiliares de enfermagem.

Outra questão era a falta de poder dos próprios representantes governamentais⁶⁷ dentro da Comissão.

O processo político governamental para a contratação dos recursos humanos que atuavam na Casa Abrigo, mostrou-se frágil, desde o início, e foi muito questionado pela Comissão por se tratar de uma contratação temporária, por um máximo de quatro anos, sem a exigência de concurso público, o que, em tese, já implicaria em perda de boa parte da equipe técnica após esse tempo.

A Comissão entendia que tais profissionais em atuação na Casa Abrigo deveriam pertencer ao quadro efetivo, diante da especificidade dessa atuação e da necessidade de capacitação e educação permanentes para assegurar uma boa qualidade no desempenho técnico e humano das suas funções.

A Comissão se viu, portanto, diante de questões desde as estruturais de contratação⁶⁸ até os baixíssimos salários que foram oferecidos aos profissionais selecionados para atuar na Casa Abrigo. Como afirmou Ângela Viana, primeira coordenadora da Casa Abrigo Mulher Cidadã:

– Algumas pessoas que tinham sido capacitadas, que tinham experiência rica nessa área, que poderiam ter dado uma grande contribuição, quando viram que os salários ficariam bem abaixo daquilo que elas haviam imaginado, elas pediram para sair.

⁶⁷ Aqui me permito falar como membro da Comissão, representante da SESAB, reafirmando que me percebia sem nenhum acesso a instâncias de poder e resolução da própria SESAB. Tentava romper com este quadro, escrevendo vários ofícios dirigidos ao Sr Secretário de Saúde do Estado, com cópias para “setores chave” da Secretaria, solicitando reuniões, que nunca aconteceram, em que fossem tomadas as providências necessárias quanto ao encaminhamento dos aspectos da participação da SESAB na atenção às mulheres em situação de violência.

⁶⁸ O tipo de contratação proposta pela SESAB para atender às necessidades da casa Abrigo foi o Contrato de Regime de Direito Administrativo (REDA)..

A remuneração era desconhecida até o momento da contratação. Quando os profissionais foram treinados para a posterior seleção, ainda não se sabia sobre o real salário a ser oferecido às categorias profissionais envolvidas. Como previsto pela Comissão e conforme depoimento das ex-coordenadoras da casa, a contratação do tipo REDA, na prática, causou problemas. A substituição de profissionais tornou-se quase imediata:

A. Viana – [...] *aí a gente foi contratar novas pessoas, que já não tinham a mesma experiência, e a gente já não teve a opção que a gente teve no início do processo [referindo-se ao treinamento]. Algumas pessoas já não tinham experiência nenhuma, mas, em função do que a gente estava ofertando, foi o que a gente conseguiu.*

Esse problema foi também mencionado pela segunda gestora da Casa Abrigo Mulher Cidadã quando da sua entrevista⁶⁹:

M. F. Araújo – *No momento, nós estamos com desfalque em quatro áreas: jurídica, psicológica, pedagógica e de enfermagem. No segundo semestre, os contratos acabaram, tanto o contrato com a OAB como o contrato REDA da Secretaria de Saúde, e eles não foram renovados até porque existe uma proposta do Estado de acabar com o REDA; então, eu imagino que eles devem estar encaminhando profissionais concursados, só que de agosto até agora, nada! [...] Deveríamos ter uma equipe estatutária, porque você iria capacitar e iria ser um ganho para a casa, porque você não iria perder esta capacitação.*

Referindo-se à sua vivência prática na Casa Abrigo, as ex-coordenadoras da casa trouxeram ainda situações que haviam sido também previstas durante o processo de trabalho na Comissão, a exemplo da localização da casa, por se tratar de um local distante, fora, inclusive, do município de Salvador. Foram previstos possíveis problemas com o transporte, o que, na prática, acabou por acontecer conforme relatos:

A. Viana – *A própria dificuldade de transporte foi terrível, porque a gente não tinha um carro grande. Pouco tempo depois que o carro chegou, sofreu um acidente, que também era uma outra coisa que a gente enfrentava; numa BR, todo o dia se expondo, e aí a gente sofreu um acidente em que não*

⁶⁹ Maria de Fátima Barreto de Araújo. Entrevista realizada em 19 de março de 2007.

houve vítimas, mas o carro ficou muito estragado e a gente ficou um bocado de tempo sem carro porque não tinha recursos para consertar e o carro não tinha seguro.

M. F. Araújo – Outra coisa que eu sempre questiono é a localização desta casa porque o deslocamento para Salvador é muito complicado com um carro só. A equipe fica presa a esse carro para chegar e para sair. Pelo fato de a casa estar muito isolada, você não pode estar oferecendo muita coisa para as mulheres [...] a gente não tem vale-transporte no projeto, então a gente tem que tá levando e trazendo [...] completamente dependente desse carro, que tanto atende às demandas administrativas quanto à demanda das mulheres.

Uma outra coisa que a Comissão vivenciou na prática foi a questão da burocracia e da hierarquia, que se fazia sentir institucionalmente, impedindo que as questões relativas à reabertura da Casa Abrigo fossem, de fato, resolvidas ou agilizadas nas instâncias de poder da própria Setras. Na tentativa de resolver essa questão, a Comissão entendeu ser necessária a solicitação de uma audiência com o gestor maior do Estado, o então Governador Paulo Souto, na tentativa de furar as barreiras institucionais.

Esse modelo de atuação institucional, burocrático, hierarquizado e pouco operante, se reproduziu nas ações dentro da Casa Abrigo. Conforme afirma Ângela Viana, sua primeira coordenadora, **“a falta de apoio institucional foi o maior problema”**. Isso demonstra o descaso das autoridades para com o projeto Casa Abrigo, que se materializa no dia a dia da casa, local onde se dá a prestação de serviços para as mulheres em situação de violência, em forma de transtornos e problemas de toda a ordem.

A questão da gestão aparece, também, na fala da segunda coordenadora da casa, Maria de Fátima Araújo e traduz um sentimento lícito com o qual se concorda: a falta de apoio institucional para as políticas, sobretudo quando se trata de apoio a políticas voltadas para as mulheres, pois a importância é ainda mais reduzida:

M. F. Araújo – Uma outra questão diz respeito aos gestores maiores: a falta de sensibilização para a questão das políticas públicas para as mulheres. Então, assim, eu ia para lá, eu explicava o que era o serviço, eu

solicitava a parceria, mas eu não sentia que estava sendo dado o devido peso ao projeto. Isso foi uma coisa que dificultou.

Foi, também, papel dessa Comissão selecionar os profissionais após treinamento, para trabalharem na Casa Abrigo Mulher Cidadã (depois da reabertura). A parte técnica e metodológica do treinamento foi proposta e conduzida pela Dra. Márcia Camargo, representante técnica da SPM, apoiada por Cristina Aguiar e Virgínia Falcão, membros da comissão. O treinamento ocorreu nos dias 22 e 23 de abril, em tempo integral, no auditório do Centro Regulador da Assistência e Prevenção em Aids (Cre aids), contando com a presença e o apoio de representantes da Comissão.

Todo o trabalho da Comissão foi gerado coletivamente. Discutia-se muito sobre os princípios norteadores do trabalho e entendia-se que o espaço de articulação, diálogo e reflexões coletivas com uma instância governamental, no caso a Setras, era um avanço. Naturalmente, havia momentos de “tensão”, pois se tratava de uma situação delicada, na medida em que a Comissão representava um espaço governamental mas com representantes da sociedade civil que exerciam aí o seu papel legítimo de apontar falhas, com questões divergentes e, por vezes, difíceis de serem conciliadas, e que, por isso mesmo, exigiam maior negociação e possíveis recuos estratégicos de parte a parte. Esses possíveis recuos de negociação aparecem em algumas falas de integrantes da comissão:

S. Aquino – *Tivemos tropeços, como aceitar a Casa Abrigo naquele lugar [...] Eu acho que seria um momento em que, olhando hoje, de novo, eu não compactuaria.*

É possível afirmar, a partir de uma análise das entrevistas realizadas com membros da Comissão, que o que aparece com constância é um sentimento negativo com relação aos resultados desse trabalho, uma espécie de “responsabilização” pelo não alcance dos resultados esperados. O depoimento de uma integrante, refletindo sobre a atuação da Casa Abrigo após a sua reabertura, traduz esse sentimento: *“a minha leitura é que, de alguma forma, a nossa intervenção não foi bem sucedida”*.

Outra representante da Comissão repensa, de forma semelhante: *“eu acho que a gente não soube conduzir para uma resolução que fosse a*

melhor para o serviço”. Outra, ainda, pondera: “avaliação é, vamos dizer assim, uma coisa que a gente faz em função de resultados [...] o objetivo realmente era manter o mesmo nível, eu acredito, mas a gente não conseguiu”.

Nesse caminho, a reflexão de Sílvia de Aquino aponta prováveis causas e um possível sentimento de impotência:

S. Aquino – Nós tínhamos ali pessoas comprometidas; fizemos uma caminhada, mas eu acho que faltou alguém, ou mais de um alguém, que tivesse uma experiência mais lapidada, que pudesse orientar mais o processo... experiência, eu digo, do serviço, daquele serviço, de Casa Abrigo [...] Não sei, olhando hoje, eu acho que a gente foi até onde a gente sabia, na verdade. Eu acho que aí faltou esse fio condutor de alguém mais experiente em relação a Casa Abrigo. Faltou aí, nesse momento, fazer este link entre os princípios, dos quais a gente tinha uma discussão prévia, com as coisas do cotidiano [...] Faltou como é que a gente faz isso funcionar no cotidiano. Faltou a experiência do próprio serviço.

Após a reabertura da Casa Abrigo Mulher Cidadã, em julho de 2004, o trabalho da Comissão como que se diluiu. Havia, por parte do grupo, uma intenção de permanência e continuidade dos trabalhos, entretanto a Setras, gestora desse grupo de trabalho e local aonde as reuniões aconteciam, após a reabertura da casa, não mais convocou os participantes da Comissão, que acabou por se desfazer. Temos claro que o seguimento havia sido discutido pela Comissão, na perspectiva inicialmente prevista de monitoramento e avaliação das atividades da Casa Abrigo.

Em resposta a essa discussão, o FMS⁷⁰, enquanto integrante da Comissão responsável pela reabertura da Casa Abrigo, através da sua Comissão de Combate à Violência, apresentou à Setras, uma proposta de monitoramento e avaliação contínuos das atividades a serem desenvolvidas pela Casa Abrigo Mulher Cidadã através da criação do Comitê Paritário de

⁷⁰ O Fórum de Mulheres propôs, como forma de acompanhamento e avaliação das ações prestadas, a formação de um Comitê Paritário de Acompanhamento composto por representantes dos componentes **prestadores de serviços** (SETRAS, SEC, SESAB, SSP, Diais, OAB; Coordenação da Casa Abrigo, e representante das funcionárias da casa Abrigo) e componentes **usuários de serviços** (Representação das Mulheres Acolhidas, Representação dos Núcleos de Pesquisa sobre a Mulher, Representação do Movimento Negro, Grupo de Mulheres dos Bairros, Núcleo de Mulheres nos Sindicatos, Mulheres do Movimento Rural, Mulheres Autônomas.

Acompanhamento. Esse seria um mecanismo institucional orientado para tomar conhecimento, analisar, propor e se posicionar, periodicamente, quanto ao atendimento prestado pelo serviço junto ao seu público.

Após a reabertura da Casa Abrigo, a Comissão só voltou a se reunir após três meses, quando da vinda de Aparecida Gonçalves, Subsecretária da SPM, para a realização de visita técnica à Casa Abrigo Mulher Cidadã. A visita aconteceu nos dias 18 e 19 de outubro de 2004 e agregou a presença de representantes da Comissão e gestores governamentais.

No dia 18, aconteceu uma reunião informal na Setras, com as presenças de Fátima Barbosa, Superintendente de Ação Social, e Ângela Viana, técnica da Setras, indicada como Coordenadora da Casa Abrigo Mulher Cidadã. Nessa reunião, Aparecida Gonçalves destacou a importância da continuidade da Comissão para potencializar e incrementar a rede de serviços de assistência à mulher, para dar suporte à Casa Abrigo e, também, ao futuro Centro de Referência para as Mulheres em Situação de Violência a ser implantado em Salvador.

Salientou, também, a importância da auto-gestão da casa, através de uma gestão participativa e de tomada de decisões coletivas na organização dos serviços, por parte da equipe da moradia protegida e em conjunto com as mulheres acolhidas, da educação continuada e da supervisão da equipe interdisciplinar dentro da ótica da violência de gênero.

Como parte dessa visita técnica, Aparecida Gonçalves foi, também, à Casa Abrigo Mulher Cidadã, onde foi realizada uma reunião com toda a equipe técnica da casa. Conforme relata a súmula da reunião, “se verificou uma grande ansiedade em resolver problemas e solucionar dúvidas a respeito do trabalho realizado na Casa Abrigo”. Foram apontados alguns problemas: ansiedade profissional elevada diante da ansiedade das mulheres assistidas, sobrecarga de trabalho para algumas profissionais, carência de disciplina interna, falta de articulação da equipe multiprofissional e ausência de reuniões de grupo o que, certamente, dificultava a integração como um todo. Foram discutidas, também, questões relativas à concepção da Casa

Abrigo, bem como objetivos e possíveis estratégias para a sua implementação.

Na tarde do dia 19 de outubro, Aparecida voltou a se reunir com integrantes da comissão, na Setras. Deixou claro que a gestão do equipamento social Casa Abrigo Mulher Cidadã caberia a essa Secretária a qual assumiria o compromisso de disponibilizar relatórios mensais para que a Comissão pudesse tomar conhecimento das atividades desenvolvidas pela gestão da casa.

Nessa oportunidade, a consultora destacou a importância da Comissão e sugeriu não só a sua continuidade como o seu fortalecimento. Para tanto, argumentou que a Comissão, por ser representada por instituições governamentais, membros do conselho e do movimento de mulheres, poderia, em parceria com a Setras, buscar fortalecer o papel político da Casa Abrigo, encontrar outras parcerias, articular novas políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de violência para implementar a rede de serviços, proporcionar capacitações internas para a Casa Abrigo e promover debates, seminários e palestras com a sociedade civil organizada no sentido de fortalecer essa política.

Ainda por recomendação de Aparecida Gonçalves, após a sua visita técnica à Casa Abrigo Mulher Cidadã, foi planejada e realizada uma nova capacitação para a equipe técnica da Casa Abrigo, dessa vez em serviço e em forma de módulos⁷¹.

Nesse processo, um dos nós críticos no trabalho da Comissão foi a questão da gestão da Casa Abrigo. Em nenhum momento, foi feita uma discussão maior com a Comissão para a indicação de um possível nome de consenso para assumir a gestão da Casa Abrigo Mulher Cidadã, ficando a indicação “meio que naturalizada” como sendo algo a cargo da Setras, enquanto instituição gestora.

Entende-se que o processo de escolha para a gestão da Casa Abrigo foi “simplificado”, como se gerenciar um equipamento social dessa

⁷¹ Essa capacitação foi realizada pelo NEIM com a participação de parceiras, no período de novembro de 2004 a junho de 2005, tratando das seguintes temáticas: contexto histórico e bases teóricas, prevenção e intervenção, diretrizes da política pública para as mulheres e planejamento estratégico e plano de trabalho da Casa Abrigo.

natureza fosse algo fácil, que não exigisse um perfil específico e uma experiência acumulada nessa área; e, de alguma forma, **a Comissão permitiu que isso acontecesse**, como declarou uma das suas integrantes, com a qual se concorda: *“De minha parte, hoje, eu enxergaria vários pontos de rompimento, se a gente estivesse vivenciando esse processo, novamente [...] Eu enxergaria o momento em que não se discutiu a coordenação da Casa Abrigo”*.

Isso parece se confirmar com o relato de Ângela Viana, primeira gestora da Casa Abrigo após a reabertura da casa, que revela problemas de gerenciamento que não foram devidamente resolvidos, quanto à direção da Casa Abrigo:

A. Viana – *A oportunidade de trabalhar com esta temática surgiu quando a Superintendência de Assistência Social (SAS) me convocou para assumir a direção da casa. A partir daí é que eu vim a ter uma maior participação, uma maior aproximação, com essa temática [...] Houve uma discussão, que deveria ser alguém do movimento, e a Setras colocou que para que ela conseguisse administrar deveria ser alguém da Setras [...] alguém da confiança profissional da Superintendência; aí a superintendente achou que eu tinha esse perfil e que eu poderia assumir essa função. [...] Mas eu já peguei o bonde andando. Eu não participei do processo de criação de discussão da casa.*

Assim como a primeira gestora da antiga Pousada de Maria, a primeira gestora da Casa Abrigo Mulher Cidadã também não teve a oportunidade de vivenciar a experiência de uma Casa Abrigo em funcionamento, de participar das suas rotinas, de aprender com a experiência de outras gestoras, de vivenciar conflitos, negociações e mediações dentro de um espaço de abrigamento. Isso tanto aconteceu na Pousada de Maria como se repetiu em relação à Casa Abrigo Mulher Cidadã.

Um diferencial entre a implantação da Pousada de Maria e a implementação da Casa Abrigo Mulher Cidadã foi o processo de capacitação para os potenciais funcionários da casa, ausente quando da implantação da Pousada de Maria, mas presente quando da implementação da Casa Abrigo

Mulher Cidadã, graças à negociação feita pela Comissão junto à SPM, que ofereceu treinamento específico.

Após o treinamento, foi realizado um processo de seleção envolvendo uma série de exigências e critérios que os profissionais deveriam ter, considerados desejáveis ou indispensáveis, como sejam: formação na área específica da violência, experiência prévia e títulos científicos, dentre outros. Apesar de todo esse esforço e cuidado nos processos de capacitação e seleção dos recursos humanos para atuação na Casa Abrigo, lamenta-se que o empenho tenha sido perdido pois, na medida em que não houve a devida sustentação governamental para com o processo, boa parte dos profissionais treinados buscou para si mesmo as melhores alternativas, como conta a primeira coordenadora da Casa Abrigo após a reabertura:

A. Viana – Fizemos uma serie de exigências para aqueles profissionais e, na verdade, a gente não correspondeu em termos de valorização desses profissionais, com relação a salário, condições de trabalho e estrutura. A gente teve problemas com a questão do transporte, deslocamento, alimentação [...] Ai já foi uma grande falta. A gente tinha uma equipe montada que, aí, começou a se desarticular [...] Essa falta de condições que a gente tinha, de propor condições dignas para esses profissionais, afastou profissionais que realmente estavam qualificados para desempenhar aquela ação.

Um outro comentário chama a atenção, na medida em que demonstra a importância de uma ideologia própria a serviço do enfrentamento da questão da violência contra a mulher e evidencia, também, a necessidade de conhecimentos, habilidades e atitudes específicas para o bom desempenho no âmbito da Casa Abrigo. O comentário, com o qual se concorda, vem de uma ex-funcionária da Casa Abrigo Mulher Cidadã que diz:

T. Nogueira – Tem que ter uma visão para poder entender, porque senão acaba no julgamento, acaba naquele atendimento superficial, acaba mais naquele encaminhamento, aquela lista de encaminhamentos, aquele trabalho mais burocrático, mais mecânico, e o profissional não se envolve porque ele não tem sensibilidade pra isso, ou não foi formado pra isso. Ai fica aquela distância... O profissional que é envolvido mesmo, ele procura, pois é o

que a gente quer; a gente quer que essa mulher saia com sua auto-estima elevada, com uma compreensão do que aconteceu com ela, com a compreensão da história dela, que ela veja que a violência, na verdade, é consequência de uma história de vida, até para que ela não sinta culpa, que ela foi educada daquele jeito para se submeter. Então, se não for profissional que tenha essa formação, a gente vai estar fazendo de conta que está trabalhando pelo fim da violência.

Não parece ser fácil gerir um equipamento do tipo Casa Abrigo. Trata-se de um equipamento social complexo, que contempla o enfoque de gênero, com interfaces em diferentes campos do conhecimento humano, que carece de uma boa interlocução tanto no espaço governamental como com a sociedade civil organizada. A gestão é um organismo desta natureza, não pode prescindir de um olhar que contemple as especificidades de gênero e que entenda o fenômeno da violência contra a mulher. Considerando a proposta de gestão participativa, é necessário que tenha habilidades específicas com gerenciamento de grupos, liderança, controle emocional e que, entre outras qualidades humanas, saiba ouvir e esteja aberta a possíveis críticas e seja capaz de agregar todas as possíveis e necessárias ajudas para dar sustentação a um processo como esse.

Além disso, precisa estar, ainda, fortalecida politicamente para poder “brigar” para a transformação desse projeto numa política de Estado. Provavelmente, teria sido mais produtivo para o momento se a gestão tivesse sido assumida por alguém com uma vivência cumulativa nessa área, que tivesse participado das discussões da Comissão, vivenciado a experiência prática de uma outra Casa Abrigo em funcionamento, com alguma militância em questões relativas às mulheres e à proteção e promoção dos seus direitos fragilizados.

Depoimentos como os que vêm a seguir, de ex-funcionárias da casa, ilustram as dificuldades de construção do trabalho, quando da reabertura da casa, apontam problemas de liderança, fragilidades e rupturas dentro da equipe técnica e a falta de liderança, sem que os problemas pudessem ser devidamente enfrentados e ou devidamente contornados:

T. Nogueira – *Olha, eu saí da Casa Abrigo. Logo no início eu senti divergência com a coordenação [...], não só eu. como alguns profissionais, começaram a ter um pouco essa divergência. E ela, em vez de nos acolher, e se colocar flexível para idéias e tudo o mais, entrou na defensiva, formou um pequeno grupo que a apoiava [...] como se a crítica fosse contra ela, como se a gente estivesse o tempo todo contra ela; e não era. A gente divergia da forma como era conduzido o trabalho [...].*

A. Cavalcante – *A Casa Abrigo [referindo-se à Pousada de Maria] passou por um processo de crise e, no processo de reestruturação, ela colocou novos profissionais [...] Fomos todos extremamente entusiasmados para esse momento; só que a política, apesar de um novo aparente discurso, não tinha mudado. Fomos, até, ingênuas em esperar uma outra realidade. [...] Apesar de todo o apoio do pessoal da Universidade, do grupo do NEIM e da Comissão, os problemas internos voltaram [...] Nos primeiros problemas que surgiram internamente, a crise aconteceu de novo.*

Entende-se esse processo como uma oportunidade perdida. Afinal, o Estado contou com representantes da sociedade civil organizada no processo de trabalho para reabertura da Casa Abrigo através da Comissão, que foi constituída por esse mesmo Estado. Essas representações propuseram, além do projeto, instrumentos, serviços e ações estratégicas, para o bom andamento das ações. Mas, isso por si só não basta. As comissões não têm o poder de fazer acontecer o que propõem, ainda que sejam boas as suas contribuições. Isso é uma grande contradição. É fundamental que o Estado garanta a sustentação de processos dessa natureza, comprometendo-se com uma Política que seja, de fato, voltada para os reais interesses das mulheres em situação de violência.

Ângela Viana evidencia as lacunas políticas e institucionais que resultaram em problemas estruturais na sua gestão e justificam o seu não funcionamento:

A. Viana – *Quando eu vi o projeto, eu pensei: está maravilhoso, é isso que tem de ser; mas, na prática, não aconteceu na forma que estava no papel, na proposta [...] A falta de apoio institucional, isso foi o maior problema. A falta de participação dos parceiros, que dificultou muito a parceria, a*

valorização dos profissionais [...] A casa teve muitas dificuldades com relação a recursos humanos, que foi o primeiro grande impasse [...].

5.4 O PROJETO CASA ABRIGO MULHER CIDADÃ E OS SEUS PROBLEMAS

O Projeto de Reestruturação⁷² apresenta, como principal objetivo da Casa Abrigo:

Acolher a mulher em situação de risco de vida, em virtude de violência doméstica e de gênero, de forma segura e integral, proporcionando-lhe condições necessárias para que se fortaleça enquanto sujeito social e pessoal e enquanto cidadã, capaz de interagir, relacionar-se, sustentar e dirigir com autonomia a sua própria vida e a de seus dependentes.

Como objetivos complementares, o projeto visa atender, de forma integral, às mulheres e aos seus filhos, nas áreas social, jurídica, psicológica e de saúde; desenvolver ações voltadas para o fortalecimento pessoal, profissionalização, emprego e renda, educação, moradia, saúde, possibilitando o resgate da auto-estima das mulheres em situação de violência doméstica; proporcionar o acesso a informações e serviços públicos que possam garantir o exercício de seus direitos enquanto cidadãs, durante e após sua permanência na Casa Abrigo; e desenvolver condições para que os vínculos familiares sejam fortalecidos — mãe e filhos, pai e filhos — favorecendo uma convivência de não-violência.

Apresenta aspectos metodológicos que devem estar atrelados a ações interdisciplinares que promovam a construção da autonomia dessas mulheres através de uma gestão participativa, onde o espaço de convivência possa ser discutido e avaliado coletivamente, preservando-se o seu caráter sigiloso, por meio de medidas preventivas de não divulgação do endereço. Nesse sentido, os profissionais, para exercerem as suas atividades na Casa

⁷² BAHIA (Estado). **Projeto Casa Abrigo Mulher Cidadã**. Salvador: Secretaria de Trabalho e Ação Social – SETRAS, out. 2003.

Abrigo Mulher Cidadã, devem internalizar esses aspectos de proteção, dentre outros.

Ainda segundo o Projeto de Reestruturação, o trabalho psicossocial a ser realizado com essas mulheres deverá pautar-se na ótica das relações de gênero, através de ações individuais e coletivas que possibilitem um processo de transformação no qual as mulheres possam trabalhar a situação de violência vivida com a possibilidade de reconstruir sua auto-estima, fortalecendo-se enquanto sujeito da sua própria vida. Dessa ação, deve fazer parte, também, um programa de capacitação profissionalizante, com o objetivo de preparar as mulheres para a inclusão no mercado de trabalho. Este conjunto de ações, em tese, reduziria a dependência financeira dessas mulheres e a probabilidade de retorno para a situação de violência devido à absoluta falta de autonomia financeira.

Prevista, ainda, o Projeto: a transversalidade das categorias de gênero, classe e etnia, na formulação das políticas públicas, a integralidade da assistência para as mulheres em situação de violência, o fortalecimento da rede de serviços no combate e prevenção à violência contra a mulher bem como o reconhecimento, por parte da sociedade, dos direitos das mulheres enquanto cidadãs e apontava como metas:

- ✓ o atendimento de todas as mulheres em situação de violência doméstica e de gênero, encaminhadas pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM –, no decorrer de três meses, nas áreas social, jurídica, saúde e educação;
- ✓ a inserção de, pelo menos, 10% das mulheres acolhidas na Casa Abrigo em programas de profissionalização, moradia, saúde e educação;
- ✓ a ampliação de, no mínimo, 20% da rede de parceiros de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, no decorrer de doze meses;
- ✓ realização de, pelo menos, 24 sessões grupais e/ou individuais, no período de três meses;
- ✓ implantação, no período de doze meses, do sistema de informação, com um banco de dados atualizado a respeito das

mulheres acolhidas pela Casa Abrigo, de modo que se possa conhecer o perfil socioeconômico do público atendido, assim como a eficácia do trabalho, uma vez que se realize, também, o acompanhamento pós-pousada. (BAHIA, 2003).

Essas metas, infelizmente, não foram cumpridas. O funcionamento da casa se reiniciou de forma muito precária, com problemas de toda a ordem: humanos, administrativos, gerenciais, financeiros, ideológicos e de acesso à casa, dentre outros, conforme relatam ex-funcionárias da Casa Abrigo, que permaneceram na casa por apenas alguns meses:

T. Nogueira – *Eu nunca tinha tido experiência com Casa Abrigo. Então, todos nós fomos muito para aprender, fomos todos com esse pensamento [...] Dentro da Casa, no cotidiano, havia divergências [...] Havia divergência quanto ao fazer, entendeu? E a gente não via a Coordenadora tomar uma posição. Era permissiva em tudo isso. Então, eu disse: meu Deus, o que é que eu estou fazendo aqui? Eu vim para aprender. Eu não sabia mais que ninguém. Fui, também, para aprender. Mas eu tinha pelo menos noção, entendeu?*

Um outro depoimento traduz a necessidade de um perfil específico para lidar com a questão da violência e a necessidade de um alinhamento teórico dos profissionais quanto à concepção clara do que seja um serviço para atendimento às mulheres em situação de violência, aponta posturas antagônicas e conflito dentro de uma mesma equipe de trabalho, sendo que uma delas — a de livrar-se da mulher — que aparece abaixo, demonstra a falta de compreensão do fenômeno da violência em toda a sua complexidade e vai de encontro aos objetivos e responsabilidades de uma Casa Abrigo. Esses conhecimentos são fundamentais para que o serviço não venha, ele próprio, a cometer atos violentos contra as mulheres.

A. Cavalcante – *O profissional, para trabalhar nessa área, tem de ter interesse pela questão. Isso nós vimos na Delegacia. Algumas pessoas passavam e acabavam não conseguindo trabalhar com essa questão [...] No primeiro momento, uma mulher não se sentiu apoiada e quis sair da Casa Abrigo [...] O caso dessa mulher foi muito interessante; ela quis sair da casa porque, se, por um lado, tinham profissionais que tentavam reforçar essa*

mulher para ela continuar na casa, para ela se sentir mais fortalecida, até mesmo que fosse para voltar para o marido, ao mesmo tempo eu vi um outro grupo [dentro da casa] que dizia: não, vamos nos livrar dela mesmo, ela é uma pessoa com problemas, é uma pessoa difícil.

A substituição de profissionais na Casa Abrigo desde a sua reabertura foi muito grande. Enquanto membro da Comissão foi possível testemunhar isso. As substituições foram, quase sempre, atribuídas a questões que, certamente, tiveram influência para o esvaziamento da casa – baixos salários, más condições de trabalho e dificuldade de acesso à casa – e trouxeram muito prejuízo na medida em que os novos profissionais que chegavam à casa não mais recebiam treinamento específico. Como refere uma ex-coordenadora da casa:

M. F. Araújo – [...] eu acho que uma coisa que dificultou muito foi a falta de orçamento, recursos [...] houve algumas mudanças na equipe, e essas pessoas que chegaram ficaram sem ser capacitadas [...].

Em síntese, pode-se afirmar que, num primeiro momento, a Casa Abrigo, então Pousada de Maria, era um projeto prioritário do governo César Borges, através das Voluntárias Sociais, na pessoa da sua primeira dama, Tércia Borges. Essa parece ter sido uma iniciativa bem pessoal da primeira dama, conforme se pode ver em uma sua fala já transcrita nesse trabalho mas que cabe repetir aqui:

– Ali eu dava como se fosse uma coisa realmente minha, particular, mas muito pessoal, eu queria ver se estava funcionando bem. Não que eu fosse mandar em nada. Apenas eu queria que funcionasse.

Essa fala é também reforçada por outra, a da Delegada Titular da DEAM, na época, quando diz:

I. A. Pinho – Me parece, e na época ficou muito claro, que era uma visão daquela equipe de governo... [...] Nunca se teve nenhuma articulação com nenhuma esfera de governo, né, ou de política de governo [...] é pela primeira vez que a gente vai ser apresentada a este espaço. [...] e isso para a gente foi muito importante.

Outra coisa que parece importante destacar e que aparece na entrevista da Delegada quanto se refere à Pousada de Maria, é a construção

de uma identidade coletiva entre as instituições parceiras, relativa ao equipamento social Casa Abrigo:

I. A. Pinho – *Todo o mundo falava nessa nova política, mas falava, exatamente, com o mesmo discurso. Aquilo que um dizia da Casa Abrigo era o mesmo que outras colegas diziam, o mesmo que a coordenadora da casa dizia e o que a própria JECOM, representando o governo do Estado, também dizia. Então as pessoas tinham a noção, mais ou menos exata, de que havia uma articulação entre a Delegacia e a Casa Abrigo, porque elas só iam através da Delegacia, e os órgãos interessados nessa política.*

Evidencia-se que, quando a presença do Estado foi maior nessa iniciativa, a casa tinha menos problemas e isso se refletiu na sua ocupação, que esteve, quase sempre, na sua capacidade máxima. Quando a casa deixou de ser uma prioridade governamental e a presença estatal se fez menor surgiram problemas de toda a ordem, restritivos ou impeditivos para o acesso das mulheres à Casa Abrigo. Um desses problemas foi a questão dos critérios de elegibilidade para o acesso à Casa Abrigo. Esses critérios, segundo informações da DEAM, que já eram questionados no primeiro momento da casa, surgem ainda mais “rígidos” e restritivos no seu segundo momento.

Quando questionada sobre a subutilização da Casa Abrigo, a sua gestora assim informou:

A. Viana – *O objetivo da casa não era receber todas as mulheres vítimas de violência, mas aquelas mulheres que estavam em risco de vida. Isso já limitava, pois é um critério muito subjetivo. Até que ponto existe risco de vida? [...] Na minha época, a única porta de entrada era a DEAM. Mas a verdade é que quem decidia quem ia para a casa era a DEAM. A gente só recebia. Essa definição de quem vai, ficava exclusivamente com a DEAM e, também, se a DEAM não quisesse mandar, não chegava ninguém. Era uma coisa também delicada, não é?*

Depoimentos de profissionais envolvidos com a DEAM e a Casa Abrigo, sinalizam questões divergentes entre os dois equipamentos sociais, que, em tese, deveriam ser complementares e interdependentes. Esses problemas certamente interferiram no fluxo de encaminhamento das

mulheres da DEAM para a Casa Abrigo e contribuíram para a subutilização da casa.

Ao entrevistar a DEAM, na pessoa da sua Delegada Titular, ela trouxe um comentário que teria sido feito pela Coordenação da Casa Abrigo, quando da sua reabertura, que denota distintos olhares com relação ao fenômeno da violência:

I. A. Pinho – *Eu me lembro bem que teve uma coordenadora, logo no começo, que ela disse assim: ‘não, não é também essa violência toda, Isabel, que você diz’.*

Quanto a esse comentário, a Delegada seguiu refletindo:

I. A. Pinho – *Você começa a trabalhar agora, com uma equipe, entre aspas, mais capacitada. Ai cada um já está trazendo a sua idéia do que seja a violência, não é? Cada um já traz, vamos dizer assim, a sua forma de achar que pode entender aquela questão.*

E ela prosseguiu explicando:

I. A. Pinho – *Ou seja, você está encaminhando uma mulher para a Casa Abrigo porque ela está correndo um risco grave de violência e lá, na Casa Abrigo, depois que ela passa pela psicóloga, passa pela assistente social, a gente ouve: ‘também não é essa violência toda’.*

E, finalmente, concluiu:

I. A. Pinho – *Parecia que a construção desta violência em alto nível, era feita só pelo nosso olhar (olhar da DEAM) e não pelo olhar dessas especialistas, vamos dizer assim, que lá estavam para acolher essas mulheres.*

Ainda se referindo aos distintos olhares sobre a questão da violência e dos seus encaminhamentos, Isabel traz o olhar da DEAM e explica, tecnicamente, a necessidade da investigação e contenção do agressor, diante de atos violentos contra as mulheres, ponderando que o abrigo por si só não resolve a questão da violência:

I. A. Pinho – *A grande questão que eu acho que inviabiliza, às vezes, é você entender a violência como uma questão que pode ser resolvida independente de uma investigação [...] E quando eu estou falando de investigação, não significa dizer DEAM, não, porque pode ser uma Delegacia*

onde a casa está instalada; mas você tem de ter, ou o Ministério Público, ou a Defensoria, certo?, porque a violência envolve outros espaços, que não apenas o espaço da pesquisa ou do estudo [...] Então você começa a ver que essa violência passa a ser entendida de uma outra forma.[...] Se você não precisa investigar, então você vai ter que criar outros mecanismos para que quem está lhe violentando ou lhe agredindo também tenha algum tipo de contenção, certo?, porque abrigar você, apenas, eu não vou lhe ajudar, eu não vou resolver, eu vou criar em torno da sua situação uma outra extremamente vulnerável para você. Eu penso que, nesse segundo momento, o que começou a angústia foi isso.

Localiza, ainda, no segundo momento, após a reabertura, então como Casa Abrigo Mulher Cidadã, problemas relativos à ausência de uma real articulação entre a DEAM e a casa:

I. A. Pinho – Nós estamos com uma perda muito grande nesse sentido. Antes, nós tínhamos uma possibilidade real de encaminhamento dessas mulheres, que estão em situação de violência grave. A gente tinha um contato quase que diário com o pessoal da casa, os encaminhamentos eram feitos sempre com a articulação [...] Nesse período, eu posso dizer que a casa cumpriu o seu papel; cumpriu o seu papel, certo? As mulheres iam... [...] e ficavam ali para repensar a sua vida, tinham orientação tinham encaminhamento. [...] Então o ambiente, ente nós e o abrigo era uma coisa de muita parceria, né?

[...]

Com essa segunda equipe, a gente já perdeu, completamente, esse contato, entendeu, Virgínia? [...] Nos encontrávamos sempre, assim como a gente costuma se encontrar, nos eventos onde se convida Casa Abrigo, DEAM, VIVER, são sempre os mesmos.

Mais adiante, a Delegada prossegue com o que parece ser o reflexo desse processo:

I. A. Pinho – Enfim nós começamos, timidamente, a encaminhar algumas mulheres, mas, assim, já com um cuidado excessivo, porque os critérios agora eram outros, critérios mais rígidos, a equipe começa a ter um outro discurso.

O “timidamente” faz pensar em um possível encolhimento da DEAM quanto ao envio de mulheres e na falta de uma discussão maior e de revisão dos critérios de elegibilidade por parte das instâncias diretamente envolvidas na questão da ampliação do acesso e proteção para as mulheres em situação de violência. Parece que as instituições envolvidas passaram a atuar de forma isolada, sem a necessária integração necessária para uma boa atuação entre serviços complementares.

I. A. Pinho – *Com essa segunda equipe, a gente já perdeu completamente esse contato [...] Já não tinha nenhuma informação do que acontecia. Não se articulava mais nenhum tipo nem de encontro, nem de providência. A gente não sabia, assim, a mulher foi para lá, como é que está, como é que não está, como é que vai sair. Também de lá para cá: como é que está a investigação, o que foi feito?*

O fato é que o esvaziamento da Casa Abrigo se fez presente desde o início da sua reabertura e é, também, referido por uma ex-profissional da casa: *“Nós entramos quando não tinham mulheres. Nós levamos dois meses sem entrar nenhuma mulher”*.

Quando indagada sobre as possíveis razões do esvaziamento, ela respondeu: – *Eu tenho a impressão, aí é mais uma impressão pessoal, que a Delegacia da Mulher não acreditava muito na Casa, não tinha confiança no trabalho que a Casa iria realizar”* Ela ainda reflete em como teria chegado a essa impressão pessoal e observa:

– *Eu digo isso porque na época eu [es]tive lá, [na DEAM] e a chefe do SBI, [es]tava com uma mulher, dormindo no quartinho, tentando localizar, no interior do Estado, a família, pra evitar ir para a Casa Abrigo, o termo dela foi este.*

Os depoimentos das instâncias envolvidas sinalizam a ausência de um trabalho, como deveria ser, interdependente e integrado entre DEAM e Casa Abrigo, para que as mulheres não fossem prejudicadas nos seus interesses. É importante frisar que a decisão de ir ou não para a Casa Abrigo deve ser, sobretudo, da mulher envolvida na relação violenta, tendo como critério único o seu próprio risco, imposto pela situação de violência a que está submetida.

Uma boa relação entre Casa Abrigo e DEAM, assim como um alinhamento conceitual a respeito da violência, parecem fundamentais para a garantia da atenção às mulheres em situação de violência. Essas entidades são pontos da rede de atenção fundamentais para o bom andamento desse trabalho, na medida em que as ações de encaminhamento, acolhimento e proteção se configuram como interdependentes e complementares.

Se é grave a ausência de uma boa articulação para que o acesso das mulheres à Casa Abrigo seja facilitado e, até mesmo, garantido, parece mais grave ainda, quando isso não se dá exatamente por conta dos segmentos envolvidos no encaminhamento e na recepção de mulheres em situação de violência, um inviabilizando o trabalho do outro e, como consequência, inviabilizando, concretamente, o acesso das mulheres ao equipamento Casa Abrigo, como se vê abaixo:

I. A. Pinho – *A assistente social da Casa Abrigo tinha de avaliar, para ver se ia ou não receber. A gente encaminhava, mas este retorno está sendo complicado, a assistente social de lá [da casa abrigo] liga, questiona com a daqui [DEAM]... então, a avaliação da assistente social daqui não era suficiente para encaminhar, tinha que a assistente social de lá, certo?, fazer essa, vamos dizer, segunda avaliação.*

A afirmação acima evidencia uma mesma ação sendo realizada em duplicidade por profissionais de uma mesma categoria, se configurando como um nó crítico a ser resolvido entre as equipes de encaminhamento e recebimento das mulheres para a Casa Abrigo. Fica evidente, na fala acima, que a ação de uma das profissionais pode, perfeitamente, inviabilizar o encaminhamento da outra. Isso mostra que, no encaminhamento, deveria haver regras claras e bem consensuadas pelas instituições envolvidas no processo.

Aparecem, ainda, questões ideológicas e conflitos sobre a compreensão do abrigamento, que merecem reflexão quanto ao papel da equipe em atuação na Casa Abrigo:

I. A. Pinho – *Como eu disse a você, nós estivemos em dois eventos em que a própria assistente social da Casa Abrigo dizia: eu acho que quem tem de sair é o homem, não é a mulher que tem de sair da sua casa. [isso*

representando a Casa Abrigo]. *Claro que o homem tem de sair, mas o momento de Casa Abrigo é o momento da mulher, a preocupação nossa é que ela se sinta ali fortalecida, acolhida e que esse grupo seja a mudança na vida dela; porque esse grupo é a instituição.*

Para além das questões que já foram colocadas, surgem, também, questões relativas à estrutura física decorrentes das dificuldades da administração pública, prejudicando o andamento de possíveis atividades, como deixa claro esta fala:

T. Nogueira – *Foi dito que a Casa estava reformada. Quando nós entramos, mentira!, a Casa estava do jeito que foi fechada, muita sujeira, creia que nós lavamos nossa sala, nós varremos, nós montamos nossa mesa; eu peguei uma mesa do pé quebrado que eu remendei pra fazer minha mesa, entendeu? [...] E as salas dos cursos profissionalizantes, apesar de ter maquinário, máquinas industriais de costura, tudo abandonado, sujo. Então, ali não havia a mínima condição se fazer alguma coisa a nível profissionalizante, dentro da casa, entendeu? E tinha aquela promessa do Governo, que ia recuperar, que estava esperando chegar o dinheiro...*

Conforme se pôde observar a partir das entrevistas realizadas com a Delegada Titular da DEAM, Isabel Alice, e a coordenadora da Casa Abrigo, Ângela Viana, havia uma espécie de ruído de comunicação entre a DEAM e a Casa Abrigo e diferentes olhares em relação ao fenômeno da violência que dificultavam o processo de trabalho entre essas instituições, podendo significar enorme prejuízo para as mulheres em situação de violência.

De todo modo, parece que a Comissão seguiu sendo uma referência nesse processo. Isso se verifica, pós-reabertura da Casa Abrigo, quando do surgimento dos primeiros problemas, algumas profissionais da casa, preocupadas com o mal andamento dos trabalhos internos, buscam um dos organismos integrantes da Comissão, no caso, o Fórum de Mulheres de Salvador. Como salientou uma das integrantes da comissão, que teve oportunidade de escutar as demandas dessas profissionais:

S. Aquino – *Eu me lembro também, outra questão complicada, é que alguns profissionais da Casa Abrigo começaram a nos procurar, para dizer: olha, vocês estão achando que está tudo bem na Casa Abrigo, mas não está;*

está acontecendo isso, isso e isso... E eu me lembro da gente levar para a própria Setras o que estava acontecendo e aí aquilo soava como uma coisa de indisciplina, como uma falta de respeito a uma determinada hierarquia e, para mim, isso é grego; eu não entendo muito isso. Quem estava e tem uma história de movimento de mulheres também não entendia muito isso. Mas eu acho que, mesmo a gente não entendendo dessa forma e levando o que estava acontecendo, eu acho que a gente não soube conduzir para uma resolução que fosse a melhor para o serviço

Os questionamentos sinalizam a complexidade do problema e a necessidade da ampliação de mecanismos de aperfeiçoamento da proposta de abrigamento para mulheres em situação de violência. Trata-se de reavaliar a proposta, a concepção, a gestão, contemplando a multiplicidade de aspectos relativos à natureza da violência, bem como outros aspectos relacionados às mulheres em suas múltiplas identidades, sexualidade, inserção pessoal e profissional dentre outras, buscando-se respostas no sentido de repensar *por que, para que, e como fazer*, diante das necessidades concretas, tanto da existência do equipamento Casa Abrigo, quanto das múltiplas necessidades das mulheres e de seus filhos.

5.5 DANDO VOZ A EX- USUÁRIAS DA CASA ABRIGO

Buscou-se, também, dar voz a ex-usuárias da Casa Abrigo, enquanto sujeitos da ação de abrigamento, com a intenção, entre outras coisas, de poder registrar como elas percebem e avaliam a sua passagem pela casa. Essa foi uma tarefa difícil, na medida em que as ex-usuárias não mais se encontram vinculadas à Casa Abrigo após a sua saída e muito facilmente se perde o contato com elas porque ou mudam de endereço com frequência, moram em locais distantes e pouco acessíveis ou utilizam telefones de vizinhos que nem sempre estão disponíveis para recados, dentre outras questões.

Assim, para a construção do perfil das usuárias da Casa Abrigo, utilizou-se o total de prontuários de mulheres abrigadas na casa, no período de junho de 2004, quando da sua reabertura, até o final de 2006, recorte de tempo desse trabalho.

Contabilizou-se nesse período, um total de 51 mulheres acolhidas. Procurou-se trabalhar com as variáveis: idade, cor, estado civil, número de filhos, escolaridade, ocupação, tempo de convivência com o agressor, tipo de violência sofrida e período de permanência na Casa Abrigo, para se conhecer as características das mulheres abrigadas no Estado da Bahia.

De imediato, o número que representava o total de mulheres abrigadas no período de dois anos e meio (junho de 2004 a dezembro de 2006), 51 mulheres, na Casa Abrigo Mulher Cidadã, chama a atenção, quando comparado com a ocupação da Pousada de Maria que, no seu primeiro ano de atuação (maio de 2001), já havia abrigado 59 mulheres, 110 crianças, 13 adolescentes, perfazendo um total de 182 pessoas abrigadas.

O manuseio dos prontuários da Casa Abrigo, relativos a esse período, para a construção do perfil das suas usuárias, permitiu constatar que alguns prontuários continham informações bastante detalhadas do histórico da mulher durante a sua passagem pela casa; já em outros, identificou-se campos que não foram preenchidos como deveriam, deixando lacunas em alguns dados.

A faixa etária do total de mulheres acolhidas variou entre a idade mínima de 18 anos e a máxima de 47, sendo que 40% desse total encontravam-se na faixa de 25 a 31 anos quando do abrigamento (Gráfico 1).

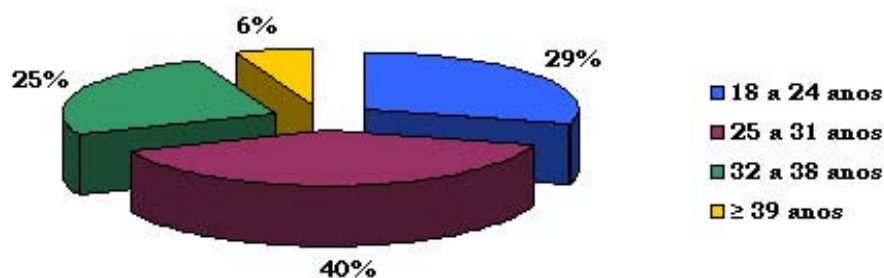


Gráfico 1 – Faixa etária das usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

Quanto à cor, identificamos que 54,5% das mulheres abrigadas eram de cor parda, as negras, 20,5%, as brancas, 15,9% e as morenas, 9,1% (Tabela 1; Gráfico 2). Não sabemos se esses dados são frutos de uma auto-identificação ou se a declaração da cor da mulher abrigada ficou sob a responsabilidade da funcionária responsável pela triagem.

COR	N°	%
Branca	8	15,9
Parda	28	54,5
Negra	10	20,5
Morena	5	9,1
TOTAL	51	100,0

Tabela 1 – Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a cor, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

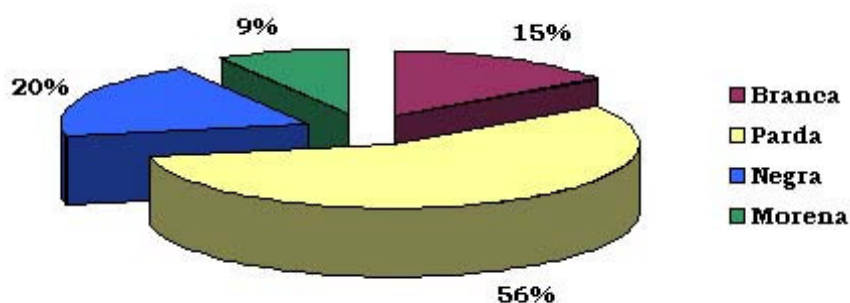


Gráfico 2 – Cor das usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

Outro dado interessante é o que se refere à religião. Segundo os registros, mais da metade do total de mulheres, 51,1%, professam a religião católica. Apenas 24,4 % se dizem evangélicas. O dado interessante é que 17,6% dizem não ter religião (Tabela 2; Gráfico 3). No entanto, sente-se a ausência da referência das crenças afro-religiosas que, sabemos, têm um peso significativo na população baiana, em especial na Região Metropolitana de Salvador.

RELIGIÃO	Nº	%
Sem religião	9	17,6
Católica	26	51,1
Evangélica	12	24,4
Espírita	2	3,45
Batista	2	3,45
TOTAL	51	100,0

Tabela 2 – Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a crença religiosa, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

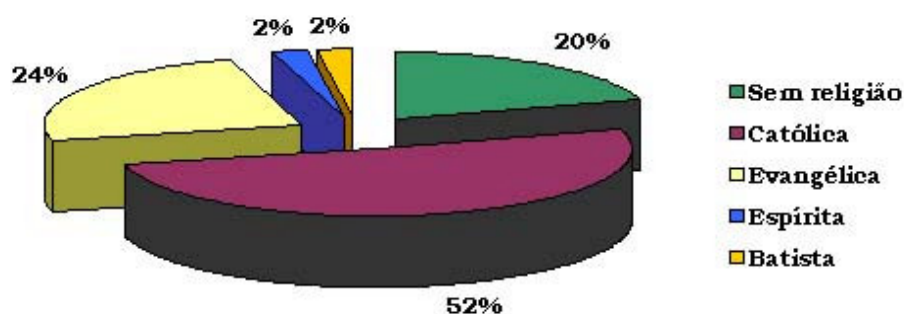


Gráfico 3 – Crença Religiosa das Mulheres Usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

As mulheres que passaram pela casa eram, em 85,4% dos casos, solteiras, mas viviam maritalmente com os seus companheiros (Tabela 3).

ESTADO CIVIL	Nº	%
Solteira	44	85,4
Casada	7	14,6
TOTAL	51	100,0

Tabela 3 – Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo o Estado Civil, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

Verifica-se que possuem baixa escolaridade: mais da metade delas, 51%, tem apenas o primeiro grau, e, ainda assim, incompleto. (Tabela e Gráfico 4).

ESCOLARIDADE	Nº	%
Analfabeta	1	2,0
Primeiro Grau Incompleto	26	51,0
Primeiro Grau Completo	6	11,0
Segundo Grau Incompleto	10	19,0
Segundo Grau Completo	8	15,0
Terceiro Grau Incompleto	1	2,0
TOTAL	51	100,0

Tabela 4 — Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a escolaridade, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

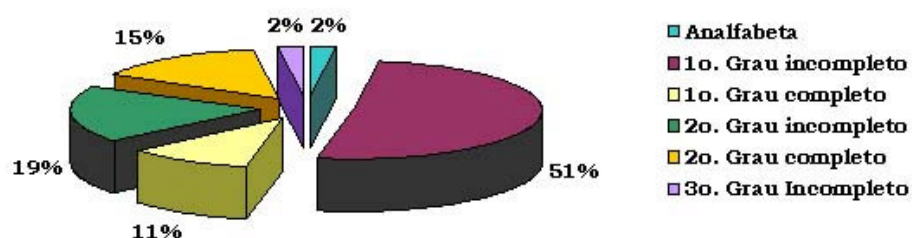


Gráfico 4 – Grau de Escolaridade das Mulheres Usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

Sabe-se que as mulheres sempre trabalham, realizando todas as tarefas domésticas, e há os cuidados com as crianças. Ainda assim, as mulheres buscam realizar tarefas informais que lhes possibilitem contribuir com algum recurso para o sustento da família. A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional se refletem no fato de que 53,5% das mulheres declaram não realizar nenhuma atividade remunerada. As demais atuam nas mais diversas tarefas, conforme se vê nas Tabelas 5 e 6 e Gráfico 5.

TRABALHA?	Nº	%
Não	34	66,0
Sim	17	34,0
TOTAL	51	100,0

Tabela 5 — Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã que trabalham fora do lar, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

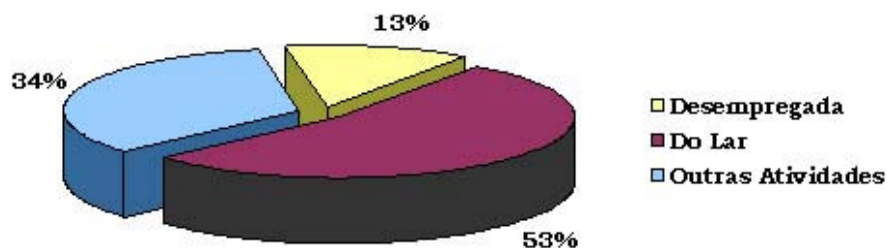


Gráfico 5 – Atividades laborais das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

COR	Nº	%
Desempregada	7	12,8
Do lar	27	53,2
Empregada Doméstica	2	4,3
Lavadeira	2	4,3
Caixa	1	2,1
Diarista	2	4,3
Comerciária	1	2,1
Estudante	2	4,3
Outros	6	10,6
Faxineira	1	2,0
TOTAL	51	100,0

Tabela 6 – Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo a profissão, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

O número médio de filhos das usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã foi de 1,87% ou seja, menos que dois filhos por mulher. Esse indicador, relacionado com a idade declarada, leva a crer que estas mulheres faziam uso regular de metodologia contraceptiva, podendo regular a sua fertilidade, planejando o número de filhos desejados.

Como já foi visto neste trabalho, a violência contra a mulher pode assumir várias formas, algumas já devidamente tipificadas no ordenamento jurídico. Conforme levantado no cadastro da Casa Abrigo Mulher Cidadã, 80,6% do total das mulheres abrigadas sofreram violência do tipo física, ou física/psicológica. A Tabela 7 comprova o fato de a violência assumir formas diversas:

VIOLÊNCIA	Nº	%
Física	14	27,8
Física e Psicológica	27	52,8
Física, Psicológica Moral	3	5,6
Sexual e Física	1	2,8
Física, Psicológica e Sexual	5	8,3
Física com Tentativa de Homicídio	1	2,8
TOTAL	51	100,0

Tabela 7 — Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo o tipo de violência sofrida, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

Ainda segundo os registros, 45,5% das mulheres revelaram que seus companheiros faziam uso de substâncias psicoativas, mais especificadamente, de álcool. Apenas 11,4% afirmam que os seus companheiros não apresentavam nenhuma dependência química. As demais relataram a utilização do álcool associado a outras substâncias psicoativas, sendo as mais freqüentemente utilizadas a maconha, o crack e a cocaína. (Tabela 8).

DROGAS	Nº	%
Não Usuário	6	11,4
Álcool	23	45,5
Maconha	1	2,3
Cocaína	1	2,3
Álcool, Maconha e Cocaína	7	13,6
Álcool e Maconha	8	15,9
Álcool e Crack	1	2,3
Álcool e Cocaína	1	2,3
Álcool, Maconha, Cocaína e Crack	3	4,5
TOTAL	51	100

Tabela 8 — Número e percentual de mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, segundo as drogas de abuso, Salvador-Ba, jun. 2004 – dez. 2006

Quanto ao tempo de exposição das mulheres ao risco, ou seja, o tempo de convivência da mulher como o seu agressor, variou, em um prazo bastante elástico, de dois meses a vinte anos. A variação do tempo para o pedido de ajuda pode ser vista no Gráfico 6.

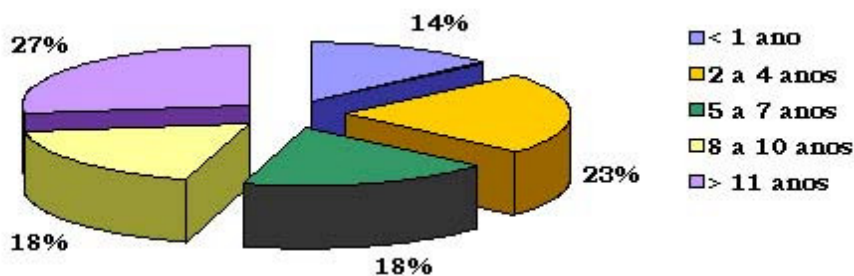


Gráfico 6 – Tempo de Exposição ao Risco/Agressor pelas Mulheres Usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

Quanto ao tempo de permanência na Casa Abrigo, a variação foi muito alta, ou seja, de 1 a 228 dias, sendo que a média de permanência foi de 60 dias, portanto, menos que o tempo previsto de 90 dias de abrigamento. Ao analisar melhor esses dados, verifica-se que um percentual significativo de mulheres, ou seja, mais de 35% delas, permaneceram na casa por menos de um mês, e que no outro extremo existe, também, um percentual de mulheres de mais de 25% que permaneceram na casa por mais de 90 dias (Gráfico 7). Só um estudo mais aprofundado poderia verificar as motivações para a menor ou maior permanência das mulheres na casa e o nível de resolução de problemas nesse tempo, já que o número das mulheres ouvidas no grupo focal foi muito pequeno para que se possa generalizar as respostas.

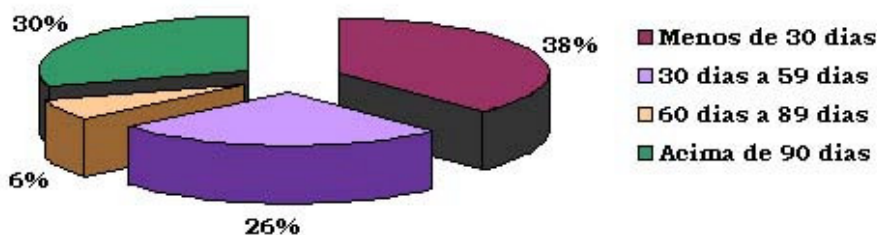


Gráfico 7 – Tempo de permanência no abrigo das mulheres usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã, Salvador-Ba, jun. 2004–dez. 2006

5.6 ANÁLISE E PERFIL DAS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL

Dentre as muitas contribuições deixadas por essas mulheres para este trabalho, destacam-se os elementos repassados através da comunicação não verbal, a demonstração de seus valores crenças e sentimentos, o processo de identificação, a motivação para o pedido de ajuda, as percepções sobre a passagem e o atendimento na casa, a ocupação ou subutilização da casa, os aprendizados através da experiência, as críticas, as questões relativas às rotinas.

As mulheres sobreviventes da violência, aqui denominadas de “Marias”, se preocupam com as demais. Dentre outras contribuições, elas deixam, também, “recados” a serem transmitidos para outras tantas “Marias” ainda imersas no processo da violência. Os recados são baseados na experiência da própria dor, do próprio medo e, sobretudo da própria superação.

As mulheres que se dispuseram a contribuir com este trabalho na realização do grupo focal foram em número de quatro. Elas são mulheres jovens, com idades de 28, 33, 35 e 44 anos, respectivamente. Duas são negras, uma parda e uma branca. Duas professam a religião católica, uma é crente e a outra é simpatizante do espiritismo. Quanto à questão da escolaridade, apenas uma tem o segundo grau completo; uma tem o segundo grau incompleto e duas, o primeiro grau incompleto. Todas elas têm filhos.

Têm, também, em comum o fato de terem sofrido violência, de terem passado pela DEAM e terem sido abrigadas na Casa Abrigo, sendo que uma delas foi abrigada na Pousada de Maria e as outras três na Casa Abrigo Mulher Cidadã. Do total das quatro mulheres, apenas uma ainda convive com o marido, embora se encontre em processo de separação. As outras três estão separadas e vivem com os filhos.

As “Marias” trazem, nas suas falas, todo o simbolismo do processo relativo às histórias da violência por elas sofridas, sendo possível arriscar-se a dizer que essas escolhas, realizadas durante o desenvolvimento de uma conversa em grupo focal parecem ter a ver com o momento histórico da violência na vida de cada uma delas, assim como a motivação para o pedido

de ajuda, que, em todos os casos aqui apresentados, foram os filhos, pelos quais se sentem responsáveis e que desejam proteger.

As “Marias”, aqui chamadas pelos apelidos de Ed, Tê, Lú e Vida, assim revelam as suas identificações:

Te – Eu me identifico com a ‘loba’, porque eu tinha muitos problemas de sobrevivência normal e agressões, também. Só que quando eu vi que as agressões iam ser transferidas pra os meus “lobinhos,” ai a loba feia veio. Antes que a violência fosse para os meus “lobinhos”, mostrei as minhas garras pedi ajuda, e sai disso.

Vida – Eu me identifico com a ‘águia’. A águia trabalha, ela luta, luta, luta, e quando ela está vendo que está perdendo a luta, ela se recolhe para recomeçar tudo de novo. Ela coloca novas penas, novas garras. A águia quer se renovar para dar tudo de bom para os seus filhos.

Lú – Eu me identifico com o ‘macaquinho’. porque a beleza dele é interior, mas ele consegue passar alegria para as pessoas que estão tristes, e eu me vejo assim. O macaco que eu sou é um macaco que está em extinção. Há tempos atrás ele vivia com a família e tinha todo aquele aconchego. E hoje, ele é o quê? Ele é procurado, ele é um macaco preso. Então, a alegria que eu tinha, hoje, eu não tenho mais. Consigo passar alegria, o pouco que eu tenho, para o meu filho, e para algumas pessoas, mas é uma alegria triste.

Ed – Eu não queria ser, não; mas eu acho que eu sou assim, um cachorro’ porque desde que eu estava na casa de minha mãe e, depois, com o marido, eu nunca tive vontade própria. Sempre a minha vontade foi dos outros. Porque o cachorro, querendo ou não querendo, tem de obedecer ao seu dono.... Eu não tive pai, né, eu fui nascida através de uma violência. Só de eu saber que eu nasci de uma violência, através de um estupro, sabe?, eu já me sinto mal [...] Eu acho que eu já sofria dentro da barriga, porque eu vim ao mundo através de uma violência, foi através de um estupro, minha mãe tinha 14 anos, ela sofreu essa violência, era o namorado da própria irmã, e muito mais velho que a minha tia, também, entendeu? Eu já sofro daí.

As “Marias’ trazem também, nas suas falas, aprendizados, sentimentos intensos e diversos como medo, dor, perda e a necessidade de lutar, a necessidade de se sobrepôr às adversidades, a necessidade do

enfrentamento, mesmo tendo a sua cidadania tão fragilizada. Frases como estas falam mais do que se pode explicar:

Vida – *Até hoje eu tenho medo de andar em ônibus, andar assim na rua, entendeu? Aonde eu morava, eu não passo nem que me pague, eu tenho medo [...] Eu tenho medo também de encontrar, tenho de falar, troquei o telefone.*

Ed – *No momento em que eu estava fraca, indefesa, me sentindo a pior das mulheres, querendo morrer, querendo sumir, entendeu?, no momento, naquele momento, eu estava tão arriada, estava tão arriada, estava tão pesada, que o que me levantou foi o amor de meus filhos. O que me levantou, eu busquei ali. [...] Eu aprendi que todo mundo tem os seus problemas. Eu aprendi, vi e vejo isso. Todo mundo tem os seus problemas. Mas cada um tem buscar força, aonde tiver força, buscar força.*

Ed – *E se ele estiver disposto a me matar mesmo? E se eu perder a minha vida? porque eu quero superar isso... [referindo-se ao medo]. Eu quero superar, eu quero, mas se eu perder a minha vida, quem cuida dos meus filhos? Não tenho pai, sou pai e mãe dos meus filhos, não tenho estudo, não tenho trabalho, tenho de correr atrás do meu jeito.*

Lú – *Quando eu entrei naquele quarto, e eu vi aquele berço lá, aí, para mim, foi horrível, por que eu não estava com o meu filho, eu estava ali por causa do meu filho.*

Te – *Quando eu fui para lá, eu não sabia, eu estava perdida [...] Se eu tirasse essa queixa, ele vinha para cima. Mas eu não tiro.*

Te – *Ele veio para cima de mim, eu peguei a minha planta que eu amava, e joguei em cima dele; não acertou, mas eu joguei.*

Com relação a emprego/renda, três delas, no momento, se encontram desempregadas e apenas uma tem o seu comércio. Para essa, o trabalho representa a chance de autonomia, a possibilidade de recomeço. Para as demais, no momento sem trabalho, ele representa a maior das necessidades e parte de suas buscas de crescimento pessoal e autonomia. Seus discursos trazem a urgência da necessidade de ampliação e da melhoria da qualidade das políticas públicas de enfrentamento da violência

contra as mulheres. Essas mulheres fazem lembrar a necessidade e a responsabilidade de salvar vidas, e restituir a dignidade humana:

Vida – *E o meu trabalho? Eu sustentava os meus dois filhos [...] eu tinha de dar conta do meu comércio. Meu comércio ficou a ver navios, e aí e pedi o desacolhimento.*

Ed – *Eu quero trabalhar; eu quero que Deus me dê forças para eu trabalhar e sustentar os meus filhos [...] Nesse momento o que eu preciso é de um trabalho para acabar de criar os meus filhos, porque eles são minha vida. [...] porque a minha renda era lá [no local da violência] porque a minha freguesia era lá, porque eu sou manicure e trabalho com cabelo, nas casas, então, minha freguesia estava toda lá [...] Nunca precisei de ninguém para sustentar meus filhos, sempre eu corri atrás. Já fiz tanta coisa na minha vida, já vendi peixe na cabeça, já vendi bala dentro dos ônibus e, graças a Deus, tenho muito orgulho disso.*

A passagem das “Marias” pela Casa Abrigo também ratifica momentos distintos pelos quais passou a Casa Abrigo na Bahia. Essa presença parece ter sido insuficiente, em ambos os momentos, para garantir a cidadania das mulheres. Entretanto, pode-se dizer que, em um determinado momento da Pousada de Maria, em que o Estado, por razões já explicitadas anteriormente, se fez mais presente em resposta às necessidades dessas mulheres, isso se configurou em benefícios para as usuárias da casa naquele momento. Como consequência disso, a casa estava, quase que constantemente, no máximo da sua capacidade instalada, algumas mulheres foram favorecidas com cursos oferecidos dentro da própria casa e conduzidas ao trabalho. Como se refere uma ex-usuária dessa época:

Te – *Tinha muitas mulheres sim; porque quando eu cheguei eram quartos com dois beliches; então fiquei com um quarto para mim e para as minhas filhas, que nós podíamos arrumar como queríamos [...] Eu fazia questão de manter aquele quarto com brinquedinhos, com tapetinho, arrumadinho, era a minha casa, aquele quarto. Depois, foram chegando outras pessoa, e o espaço teve que ser dividido, depois que os outros quartos já estavam ocupados. [...] [eram 15 quartos] Faltava um apoio psicológico*

constante, lá dentro; tinha, mas não era constante. Porque, de vez em quando, tinha mulher em crise, em depressão [...] Então, eu agradeço muito à Pousada de Maria. Ela teve suas falhas, mas estava no começo, fui no primeiro ano. Eu fiquei a princípio quatro meses.

É, ainda ,a usuária da Pousada de Maria que revela um pouco da rotina interna:

Te – Quando eu estava lá, elas avaliavam, em cima dos critérios, quem ia ajudar na creche, quem ia para a cozinha, algumas iam varrer a área, participávamos de tudo, algumas reclamavam, mas eu achava isso positivo. Limpar a parede, se o meu filho sujou, eu tinha que limpar. Se, na minha casa, eu limpo, por que ali eu não tinha de limpar? Então, tinha isso, tanto que a parte que eu mais gostava era de varrer a área externa e cuidar das crianças. Pegava todos e ia brincar na área externa, correr, correr, correr, me sujava pra caramba, mas era muito bom. Mas, tinha isso, a gente fazia esse revezamento [...] Antes elas perguntavam; o que é que você gosta de fazer. Você gosta de fazer o que? Cozinhar, varrer, cuidar de crianças, e ia vendo no que você se encaixava. O espaço lá era grande, tive oportunidade de fazer alguns cursos, de vez em quando tinha, e trabalhei na fábrica de fraldas.

As usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã trazem em comum muitas queixas mas, também, a gratidão por terem sido abrigadas. Todas elas explicitam um sentimento de vazio dentro da casa que, para além do vazio da subutilização concreta que, de fato, se deu no equipamento social, pode-se traduzir como um vazio institucional, um vazio da proposta de trabalho, um vazio nas rotinas, um vazio, na administração, dos tempos das usuárias, dentre outros.

Vida – Não posso falar porque me serviu, na época da tempestade me serviu e muito, porque eu não vou cuspir no prato que eu comi, porque lá eles me deram abrigo, mas deveria ter uma ocupação, porque a gente chega num local deste, eu me sentia uma pessoa presa e uma pessoa inútil, então, a minha mente ficou muito vazia, então eu disse vou enfrentar, e eu preferi sair.

Eu cheguei lá na sexta e quando chegou o sábado eu já estava perdida [...] Eu estava em tempo de ficar louca, eu estava me sentindo uma presidiária, e o bandido solto, que era ele [...] Eu me senti inutilizada não

tinha, assim, um negócio para uma fazer a unha da outra, fazer assim uma chapinha, eu me senti inutilizada. Ai eu pedi o desacolhimento, porque eu não quis ficar lá não, porque eu não estava me sentindo bem.

Lú – Eu fui pra lá no desespero porque não tenho família aqui em Salvador e não tinha amizade nenhuma. Então, fui direto para lá. Só que é uma casa marcada. Cheguei lá e só tinha duas mulheres; uma com uma filha, uma mocinha, que tinha sido estuprada, um problema enorme, e essa outra que o marido tentou matar [...] Eu fiquei naquele quarto com dois beliches e um berço. Me deu um desespero tão grande, que eu comecei a bater no quarto da outra para ela dormir comigo. E ela não pensava como eu, ela tinha outro nível, ela tinha outra cabeça. Eu pedi para ela,, por favor dormir comigo. Eu pedi para ela me abraçar, por que eu senti a falta de um abraço. Ela ficou, assim, sem saber o que falar, mas foi e dormiu comigo.

Ed – Na hora que cheguei lá, só tinha uma pessoa lá, uma mulher com uma criança. [...] Lá dentro, o tempo fica parado. A gente não vê a hora passar [...] Eu tiro por mim, por experiência própria, que a gente não vê nem o tempo passar; e quando a gente olha para traz a gente vê; já passou tanto tempo, a gente já podia ter feito tanta coisa na vida, e que não fez.

Lú – Vários funcionários são maravilhosos, uns policiais são educados, outros desejam a gente; muitas vezes eu acordei com policial olhando por aqueles buraquinhos ali. Eu não tomava banho sozinha.

Surgem elogios do tipo “*tinha algumas funcionárias que eram ótimas, não tenho o que dizer*”, assim como denúncias graves, sobre alguns profissionais, o que deixa clara a necessidade de capacitação específica para as pessoas em atuação na Casa Abrigo e revela a presença, na casa, de profissionais totalmente despreparados para o exercício das suas funções, a exemplo do comportamento que teria tido uma das profissionais da casa, com um dos filhos de uma usuária. Ela assim relata:

Ed – Ficou tão difícil ficar lá dentro com cinco crianças acostumadas a correr, porque, lá onde eu moro, é um quintal muito grande, é, tipo um sítio, então, eles estavam acostumados a correr, [es]tavam acostumados à liberdade, [es]tavam acostumados a brincar, estavam acostumados a falar, então, ficou muito difícil. Eu tinha de prender os meus filhos e eu estava com

tantos problemas na cabeça, mas, tantos problemas na cabeça! [...] Ela me humilhava, e eu achei que tinha que ser humilhada, porque eu estava precisando, porque eu estava lá com cinco filhos e não tinha outro lugar para eu ir. Como ela mesma chegou para mim e falou: ‘se você está aqui é porque não tem dinheiro, se você tivesse dinheiro você não estaria aqui, estaria em outro lugar’; então, eu me senti humilhada. [...] Outra vez que os meus filhos estavam brincando de correr, que não pode correr, aí ela não queria que desse merenda aos meus filhos. Aí a moça da cozinha falou assim: ‘eu não posso parar de dar merenda aos filhos dela, porque só quem pode dar este castigo é ela, e eu não acho que esse é um castigo que se deve dar a uma criança’. Ela disse: ‘não vai dar não, não vai dar não, porque ele teimou’. Aí eu disse que se o meu filho não fosse merendar que eu também não ia merendar não, porque o importante é ele merendar. Aquilo ali, eu não chorei nos olhos, mas meu coração chorou tanto e meu filho chorou tanto por causa de um copo de mingau. E eu pensei, é verdade, é verdade, e eu tenho de passar por isso tudo porque eu preciso, eu estou precisando, eu tenho de passar por isso, e eu tenho de ficar calada.

5.7 RECADOS DAS EX-USUÁRIAS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Por fim, as “Marias” deixam recados para outras mulheres. Um recado tem como finalidade transmitir com eficácia ao leitor, ouvinte ou espectador, as idéias ou mensagens contidas em entrevistas, livro, filme, canção, obra de arte, palestra, etc. Os recados que aqui estão, são fruto da experiência de algumas mulheres que se defrontaram com a violência e a ela sobreviveram.

Eles estão carregados de simbolismo, de reflexão, de sentimentos, de luta e da força que tiveram essas mulheres, no enfrentamento da violência para se tornarem autônomas e sujeitos das suas próprias vidas. Elas conseguiram se contrapor aos papéis estereotipados de gênero que, na nossa sociedade, atribui papéis sociais distintos e desiguais para homens e mulheres, redundando na dominação masculina.

A dominação pode aparecer de múltiplas formas e, em especial, como explica Bordieu de maneira puramente simbólica, da comunicação interpessoal e, até mesmo, parecer invisível às suas próprias vítimas, pois “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (2003). Os recados revelam um gradual rompimento com a violência simbólica e uma noção de limite para o sofrimento dessas mulheres.

As mulheres quase sempre tiveram negados os seus direitos básicos enquanto cidadãs, e quase nunca foram estimuladas a fazê-lo, socialmente. A força e a luta, os papéis sociais de gênero atribuídos, freqüentemente, aos homens, na nossa sociedade, aqui aparecem como uma característica fundamental que se contrapõe ao medo e à fragilidade atribuídos à mulher nessa mesma sociedade.

***Então, cada um tem de encontrar forças
ou em si mesma, ou nos filhos, ou na família,
ou nos amigos ou em quem for,
ou num Deus, ou no que crê. [...]***

***Então, a mulher que estiver passando por isso
que eu já passei ou por isso que eu ainda estou passando,
a gente passa a aprender que a gente tem de lutar,
entendeu? Sem luta a gente não vive [...]***

***A força que eu achei no momento foi os meus filhos,
o amor que eu sentia pelos meus filhos, entendeu,
os meus filhos me deram força.***

ED

***Porque eu estava assim sabe, em um quarto,
talvez elas estejam passando pela mesma coisa,
em um quarto, com quatro paredes, sem porta e sem
janelas.***

***No lugar que eu fosse eu me batia com as paredes.
Então eu tive que furar a parede para que a luz pudesse
entrar, para que eu pudesse levantar,
para que eu pudesse lutar,
para que eu pudesse ter forças.***

LU

*A mulher jamais deve aceitar a primeira palavra,
o primeiro nome, que o seu marido lhe xingar.
Porque, se ele falar a primeira, e você permitir,
é o começo de várias.
Ai já vem os problemas, e acaba numa violência maior;
e eu permiti, o primeiro xingamento...*

LU

*Primeiro, abrir a boca;
falar e deixar a vergonha de lado,
porque, a princípio, a gente pensa que vão apontar
o dedo para a gente, mas tem muita gente que vai tomar
aquilo como uma coisa que também está vivendo,
então vai servir para ajudar aquela pessoa.
Se a gente ficar calada a gente vai se afundar.*

TÊ

*Fique bem com você. Se olha num espelho;
eu sou mulher, olha, agora eu não estou legal,
eu estou fraca, mais eu vou melhorar. Para mim, por mim.
[...] Eu não vim a esse mundo só para tomar tapa na cara,
para me anular [...] Por acaso eu sou uma merda?
Eu não sou não; eu sou importante, eu sou importante,
tem muitas pessoas que ainda não me conhecem
para saber o quanto de boa eu sou,
o quanto de especial eu sou.*

TÊ

***Tudo começa assim:
 você começa um relacionamento
 e o homem te chama de burra,
 aí você vai achar que é burra, mas você não é burra,
 você tem de se achar inteligente, entendeu?
 porque ele já começa a menosprezar a gente, assim,
 chamando a gente de burra depois de ignorante, e aí lá vai.
 Tudo isso é uma agressão verbalmente, e aí, se você for
 deixando, aí, daqui a uns dias ele começa
 com beliscão, com um puxão de orelha, um tapa, e aí
 ele vai tomando sua força, seu fôlego entendeu?
 Então, a gente tem de andar de olhos
 e ouvidos abertos, entendeu?***

VIDA

Ainda hoje, se desconhece a real magnitude dos episódios da violência contra as mulheres, e seus possíveis agravos à saúde, na nossa realidade. Os dados obtidos através de pesquisas revelam a magnitude do problema. Ainda assim inexistente um sistema de informações que dê conta desses dados, de forma sistemática e mais consistente.

Considera-se um avanço a implantação da Lei nº10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece, em território nacional, a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida nos serviços públicos e privados de saúde.

Apesar dessa lei ter sido oficializada para todo o território nacional desde o ano de 2003, na Bahia, somente em 1º de agosto de 2006, através de projeto piloto envolvendo o Ministério da Saúde e as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, é que foi oficialmente implantada e implementada a notificação compulsória a nível experimental. E, em apenas dois serviços específicos, escolhidos para iniciarem o processo: o Projeto Viver⁷³ e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca)⁷⁴.

⁷³ O Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual unidade vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, instalado no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, objetiva reduzir, através de atendimento médico e psicossocial os efeitos sofridos pelas pessoas vitimizadas sexualmente, recebendo os encaminhamentos via Delegacias.

⁷⁴ ONG que presta atendimento jurídico e psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de todo tipo de violência.

É muito elástico o tempo institucional para que, na prática, as leis possam sair do papel e para que as políticas venham a funcionar devidamente. Entre a oficialização da notificação compulsória do fenômeno da violência em território nacional até a sua real aplicação, na Bahia e em caráter experimental, se passaram três anos e, ao que parece, só aconteceu como fruto de muita pressão.

Entende-se que é de suma importância conhecer a real extensão e magnitude da violência, pois só de posse dessas informações é que poderão ser criadas melhores condições para pressionar tecnicamente os poderes constituídos por uma política que dê conta de “*pensar a rede, para pensar a Casa Abrigo dentro dessa rede*”, como lembra uma das entrevistadas:

M. E. Kalil – *Acho que a gente não tem uma política de abrigo... A gente tem uma Casa Abrigo. Fica sendo uma casa isolada, porque a política seria pensar em rede para pensar a Casa. Abrigo dentro dessa rede... Por pressão do movimento, se fechou e se reabriu a Casa Abrigo, mas é só uma casa, não é uma política no sentido de pensar por quê? para quê? como? de que maneira? Isso não tem, por que uma política em si mesma já pensaria muito mais... Seria pensar em rede, a partir da necessidade de abrigo... A Casa Abrigo seria desenhada nessa perspectiva, porque aí seria pensado todas as dificuldades... Seguramente, a minha concepção de Casa Abrigo é outra, que não foi a que a gente construiu...*

Na prática, uma das mulheres ex-usuárias da Casa Abrigo é que fala de rede. Melhor dizendo, ela explicita a sua vivência no uso dessa rede e dá a dimensão da sua potencial resolutividade:

Lú – *O que foi mais importante para mim naquela casa [referindo-se a Casa Abrigo] foi eu conhecer esse espaço daqui [o CRLV] porque através de lá é que eu cheguei aqui. Através daqui é que eu conheci a psicóloga que me deu apoio, tive acesso fácil a uma advogada, que eu descobri que tinha toda esta equipe, aqui.*

As mulheres deixam claro a importância da troca de experiência com outras mulheres em situação de violência. Demonstram isto quando se referem ao grupo focal de que participaram dizendo “*trabalhos como este é que deveria existir na casa*”, ou “*é assim que a gente se fortalece umas com as outras*”.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aprendi com a primavera, a me deixar cortar, e a voltar,
sempre mais inteira.”

Cecília Meireles

Neste trabalho, procurou-se situar a violência contra a mulher como um fenômeno histórico, socialmente construído e, portanto, não natural. Localizou-se essa violência como constitutiva nas relações de gênero, buscando explicá-la através das teorias do feminismo radical que compreendem a dominação e a violência masculina como reflexo do patriarcado.

Inicialmente, apresentou-se a visão ampliada da saúde como um direito de todos e a contribuição do feminismo na compreensão e enfrentamento da violência contra a mulher como uma questão de saúde, entendendo que o processo saúde/doença não está restrito apenas à área médica. A sua promoção proteção e assistência é, sobretudo, de responsabilidade do Estado, pois envolve problemas políticos, institucionais, econômicos e culturais.

É dever do Estado rever as suas políticas e práticas reducionistas, para dar conta da plena cidadania e dos direitos humanos das mulheres, em especial das mulheres em situação de violência, por estarem essas completamente destituídas desses direitos e, por isso mesmo, necessitando de abrigo e proteção do Estado.

Resgatou-se o histórico do equipamento social Casa Abrigo desde a sua implantação, quando atendia pelo nome de Pousada de Maria e constituía um projeto prioritário do governo César Borges, através das Voluntárias Sociais, na pessoa da sua primeira dama, Tércia Borges, e todo o processo que se seguiu, até o final de 2006.

No segundo momento, a casa, após a sua reabertura, passou a se chamar Casa Abrigo Mulher Cidadã e a padecer da falta de sustentação política, de descontinuidades técnicas e financeiras que denunciam a falta de uma Política de Estado que dê conta dos interesses das mulheres em situação de violência.

Por fim, procurou-se conhecer quem são as mulheres que utilizam a Casa Abrigo de Salvador. Para tanto, traçou-se um perfil das mulheres ex-usuárias da Casa Abrigo Mulher Cidadã desde a sua reabertura até o final de 2006. Essas mulheres, ao romperem o seu silêncio e explicitarem as suas experiências dolorosas, forneceram elementos para a avaliação desse serviço.

As mulheres brasileiras, no seu ativismo político, seguem exigindo que o Estado Brasileiro implemente uma Política de Estado voltada para o abrigo das mulheres brasileiras em situação de violência que, de fato, venha a atender as necessidades e demandas dessas mulheres, de forma integral e inclusiva.

Ao estudar mais especificamente o histórico de abrigo na Bahia, deparou-se com as limitações da concepção da gestão da violência contra a mulher na nossa realidade. Não se discutiu devidamente sobre as competências e atribuições do governo nessa questão, resultando na insuficiência da sua implementação e no descaso das autoridades para a sustentação política desse processo.

Isso se materializa no dia a dia da Casa Abrigo, em forma de crises constantes que denunciam a falta de recursos humanos e financeiros, ausência de pessoal capacitado e problemas administrativos de toda a ordem, resultando na subutilização da Casa Abrigo.

O seu esvaziamento reflete o esvaziamento institucional da sua proposta e o descaso político com que as mulheres em situação de violência vêm sendo tratadas no Estado. Essa situação, não passa despercebida para

as mulheres ex-usuárias, ouvidas através do grupo focal realizado em janeiro de 2008.

Ainda assim, e, apesar das limitações e insuficiência dos serviços prestados na Casa Abrigo, as ex-usuárias sinalizam a importância da sua existência, frisando que, em um momento crucial das suas vidas, foi o que lhes possibilitou a ruptura com o processo da violência por elas sofrido, viabilizando as transformações conseguidas após esse processo.

Partiu-se do conhecimento de que a Casa Abrigo Pousada de Maria, nos seus primeiros tempos de atuação, aparentemente, se mantinha sem queixas e sem problemas de subutilização ou questões de acesso, tendo, no seu primeiro ano de existência, abrigado 59 mulheres em situação de violência e seus filhos menores, sendo inclusive objeto de referências elogiosas por veículos de comunicação da cidade do Salvador, conforme notícias de jornais da época, a exemplo da Tribuna da Bahia, dentre outros, que na sua edição do dia 12 de dezembro de 2001 traz a manchete: “Cuidado com a Violência que está ao seu lado. Pousada de Maria é uma Grande Aliada”.⁷⁵

É importante salientar que a implantação da Casa Abrigo Pousada de Maria aconteceu sem uma participação ampla dos movimentos sociais. Iniciou-se como um projeto e não como uma política de Estado com garantias para a sua sustentabilidade técnica e financeira e essa ausência, de acordo com a percepção, representa fragilidade no que diz respeito à sustentabilidade do equipamento Casa Abrigo e ao seu necessário controle social.

A partir da sua inauguração, em 2000, até o presente momento, o equipamento social Casa Abrigo – único na Bahia com a especificidade de acolher mulheres em risco de vida e, por isso mesmo, de extrema importância para essas mulheres – está vivenciando neste curto tempo de existência o seu quarto processo de gestão governamental. Foram os governos do César Borges, Oto Alencar, Paulo Souto e, atualmente, Jacques

⁷⁵ “A pousada abriga as mulheres agredidas pelos seus maridos ou companheiras, junto com os seus filhos menores, dando apoio médico, psicológico, assistencial e jurídico, resolvendo inclusive problemas relativos à separação e pensão alimentícia”.

Wagner. Vale ressaltar que, nesse momento, a casa se encontra, novamente, em processo de reestruturação e segue, até aqui, subutilizada.

Tendo iniciado as suas atividades sob a gestão das Voluntárias Sociais, em seguida passou para a gestão da Setras e, atualmente, encontra-se na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), ainda na categoria de projeto, sem contar, portanto, com um orçamento próprio, um corpo técnico formado por profissionais concursados e devidamente capacitados, o que, certamente, reduziria muito a rotatividade e a fragmentação dos serviços prestados, contribuindo para o necessário alinhamento conceitual e técnico desse grupo de trabalho, bem como para a formação de vínculos favorecendo a sua atuação enquanto equipe que partilha de objetivos comuns e responsabilidades compartilhadas.

Após o trabalho da Comissão para Reabertura, de julho de 2004 até final de 2006, observa-se que a Casa Abrigo Mulher Cidadã vem sendo subutilizada, tendo abrigado, no máximo, 25% do total da sua capacidade instalada, ou seja, quatro mulheres/mês, o que não condiz com a realidade de Salvador e os seus altos índices de violência.

Aspectos importantes e impeditivos de acesso à Casa Abrigo e que interferem na sua baixa ocupação, como a não incorporação de mulheres com mais de 60 anos ou menos de 18, usuárias de drogas, HIV positivas, dentre outros, merecem uma discussão maior.

Frente à sua complexidade, a casa necessita contar com equipe administrativa e técnica devidamente capacitada e disposta a cumprir com as atividades específicas de cada categoria profissional, conforme explicitado no seu Regulamento Interno, que traz, na sua Seção II, Artigo 6: “Contribuir para a efetivação da Ação de Atendimento Integral à Mulher, através da articulação intersetorial, assim como desenvolver atividades específicas, voltadas para a valorização, fortalecimento e reintegração social da mulher”.

Afora isso, entende-se que, para trabalhar com a questão da violência, é necessário que a equipe técnica tenha afinidade e interesse por essa questão específica. Ela deverá ter clareza da desigualdade histórica e cultural que atinge a vida das mulheres, entender o papel do patriarcado como sistema de relações de poder, ter acúmulo teórico sobre os papéis

sociais de gênero, para que possa vir a construir uma boa atuação tanto profissional quanto social e política em favor das mulheres.

Ocupar o lugar de coordenação da Casa Abrigo não é uma tarefa fácil. Além das exigências explicitadas no seu regulamento interno, a gestora deverá cumprir com as exigências políticas do seu cargo. É desejável que, para ocupar o lugar de coordenação da Casa Abrigo, possa ser identificado um nome de consenso, que reúna experiência em gestão, que esteja bem articulado com os movimentos sociais, com a universidade e com os órgãos de gestão pública, elementos que, certamente, facilitariam a sua atuação. Isso não acontece por um processo de nomeação: trata-se de um processo cumulativo de experiências, que tem a ver com a trajetória pessoal e profissional dessa gestora, que lhe permita um olhar diferenciado, não assistencialista e não naturalizado, para as questões relativas à problemática das mulheres em situação de violência na nossa sociedade.

O processo Casa Abrigo na Bahia segue com dificuldades, sendo objeto de preocupação e dúvidas. Parece necessário repensá-lo, fazer a crítica, dura, mas construtiva, e propor soluções, levando-se em conta as necessidades das mulheres.

Experiências, nos meios acadêmicos, nos serviços e em organizações não governamentais, têm demonstrado o limite dos serviços na resolução de casos de violência, evidenciando, assim, a necessidade de que o trabalho de prevenção e assistência às mulheres em situação de violência seja desenvolvido em rede, com recursos e responsabilidades compartilhadas entre os governos e a sociedade civil organizada.

A partir dos anos 90, a violência passou a ser reconhecida como uma questão a ser tratada de forma interdisciplinar e intersetorial e percebeu-se que a formação de redes de serviços de assistência, parece ser o melhor caminho para o enfrentamento da violência e da garantia da integralidade da assistência.

Para Fleury (2000), **redes** são estruturas policêntricas, que envolvem diferentes organizações vinculadas entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada.

No campo das políticas sociais, as “redes” têm sido vistas como uma possível solução para a administração de políticas e projetos sociais, frente à escassez de recursos, complexidade dos problemas, multiplicidade e diversidade de atores envolvidos e da crescente demanda por uma participação cidadã.

As redes de atenção se materializam em atividades que visam articular os diversos serviços existentes em determinado local, contribuindo para um melhor funcionamento e resultados em cada um deles e no seu conjunto. Em outras palavras, essa linha de atuação possibilita o desenho e a implantação de políticas de atenção articuladas que venham a garantir a integralidade da assistência nas políticas sociais.

A articulação em rede representa um desafio que tem como objetivo preservar a estrutura pré-estabelecida por uma determinada sociedade, promovendo-lhe maior flexibilidade, integração e interdependência.

Pensando-se na violência contra a mulher, entende-se que a contribuição de Fleury pode ser acrescida pela noção mais ampliada de que tanto a ocorrência da violência como a sua abordagem se configura em rede de fatores, de atores envolvidos, de serviços para o atendimento, de setores para a atuação, atenção, prevenção e promoção, dentre outros.

“A gestão de redes está longe de ser algo simples”, afirma Fleury. Ela impõe uma mudança de cultura e desafios administrativos e humanos fundamentais, como os processos coletivos de negociação e decisão, a distribuição de tarefas e recursos, o estabelecimento de prioridades, o que implica em um novo olhar sobre os processos de planejamento, avaliação e decisão das ações, que requerem uma nova abordagem.

Diversas iniciativas vêm sendo criadas no sentido de estruturar redes de serviços para atender a mulheres em situação de violência; algumas delas com resultados bem satisfatórios, a exemplo do Projeto Iluminar, da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), que realiza um trabalho exemplar, em sistema de rede, para atenção à violência. Este movimento vem acontecendo em diversos outros Estados.

Dentro dessa perspectiva, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), em parceria com a organização não governamental AGENDE (2006), desenvolveu o projeto “Fortalecendo a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência” nos Estados da Bahia, Tocantins e Minas Gerais, buscando identificar as principais dificuldades para a constituição e funcionamento de redes de serviços e formular propostas para o enfrentamento dos obstáculos.

No Estado da Bahia, mais precisamente no município de Salvador, têm sido inúmeras as tentativas de articulação intra-institucional entre serviços de atendimento psicológico, social, jurídico e de saúde, na tentativa de formação de uma rede de assistência para mulheres em situação de violência.

Desde o final da década de 90 que, de maneira informal e por iniciativa de profissionais feministas ligadas à Secretaria de Saúde do Estado, ao Movimento de Mulheres, ao Fórum Comunitário de Combate à Violência e aos núcleos de pesquisa sobre mulheres, vinculados à UFBA⁷⁶, vêm sendo feitas reuniões visando a formação de uma rede de assistência para atendimento às mulheres em situação de violência no nosso Estado, e para a institucionalização de uma política de enfrentamento da violência contra as mulheres, devidamente priorizada, através de ações e recursos específicos para o seu enfrentamento.

A necessidade sentida, da formalização de uma rede de assistência para atender as mulheres em situação de violência, ainda hoje se configura como uma busca, um desafio e uma tentativa, sem o devido reconhecimento institucional.

Destaca-se, aqui, como produto dessa busca e tentativa de articulação entre os serviços, o lançamento do “Guia de Serviços de Atenção a pessoas em Situação de Violência”⁷⁷ destinado a profissionais de saúde, jurídicos, policiais e de serviços sociais, para fazer frente às situações de violência.

⁷⁶ No caso específico o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) o Grupo Mulher e Saúde - MUSA do Instituto de Saúde Coletiva e o Grupo Estudos sobre a Mulher - GEM da Escola de Enfermagem.

⁷⁷ O guia foi publicado com recursos da SESAB, e do FCCV e encontra-se na sua 3ª edição.

O Guia tem como objetivo facilitar a identificação e a localização de serviços de atenção a pessoas em situação de violência na cidade de Salvador, buscando contribuir para a identificação, caracterização, notificação, intervenção, tratamento e prevenção de situações de violência.

Ainda como fruto do esforço desse grupo de profissionais, seguem sendo realizadas reuniões mensais sistemáticas para a discussão dessa temática e a sensibilização de profissionais envolvidos com essa assistência.

Em termos operacionais, a articulação entre os serviços em rede, aparece como algo fundamental para o bom funcionamento da Casa Abrigo. Sabe-se, entretanto, que a articulação dos serviços em rede é ainda muito precária e a sua institucionalização continua sendo um desejo, uma aspiração, uma busca de militantes envolvidas em instâncias governamentais, numa tentativa de pressão institucional, frente à necessidade concreta de sua existência, para dar o devido apoio e proteção às mulheres em situação de violência.

M. F. Araújo – *A fragilidade da rede também era uma coisa que, assim, deixa muito a desejar para que o projeto funcione bem; porque nós tivemos muitos momentos em que a gente precisou do apoio institucional, e a gente não tinha este apoio, a gente tinha o apoio de pessoas que conheciam a gente, que sabiam do trabalho da gente, respeitavam nosso trabalho e por isso abriam caminhos junto a outros serviços para que a gente desse encaminhamento aos casos.*

É de responsabilidade institucional da Casa Abrigo abrigar as mulheres em situação de risco, mas, acredita-se que esse abrigamento deva ser **repensado em rede**, a partir das necessidades do abrigo, para que ele venha a ter a devida funcionalidade e a sustentação necessária para atender às demandas das mulheres em situação de violência.

Os resultados obtidos neste trabalho denunciam falhas encontradas na implementação da política pública de abrigamento na Bahia e reafirma a responsabilidade do Estado diante da violência contra as mulheres. Trata-se de uma questão pública, reconhecida como crime por este mesmo Estado, e que merece o devido enfrentamento.

A. Cavalcante – *O país não tem uma experiência de proteção, de respeito, de cuidado com o cidadão. [...] Se eu tenho um Estado que não tem uma história de proteger o cidadão, no caso da mulher ainda há um agravante mais sério, porque eu tenho uma discriminação cultural, de gênero, ainda há mais discriminação [...].*

Evidencia-se a questão da violência como problema de adoecimento, tanto para aqueles que a sofrem, como para aqueles que prestam cuidados às mulheres em situação de violência, sem que o Estado lhes promova nenhum tipo de suporte psicológico e condições especiais de trabalho, como seria necessário.

A. Cavalcante – *Trabalhar com violência não é fácil; não é fácil mesmo. Eu, inclusive, nos primeiros momentos de Delegacia, só anos depois é que eu vim a me dar conta, fiquei doente, fiquei magra, fiquei tudo, porque acho que eu nem tinha estrutura e nem tinha consciência na verdade, do em que eu estava me envolvendo, e do desgaste que era a cada dia. Depois eu fui aprendendo a lidar com isso, eu procurei ajuda em relação a mim [...] Durante o trabalho na DEAM eu pude observar policiais que, não tendo outra alternativa, vão adoecendo.*

Problemas de subutilização da casa, superposição de seus profissionais, transporte, infra-estrutura, dificuldades para capacitação, carência de recursos financeiros e humanos, dentre outros, denunciam, desde a falta de apoio institucional até a falta de articulação com outras políticas, programas e serviços, tão necessária para fazer funcionar com qualidade um equipamento de tanta importância. A Casa Abrigo deveria significar a possibilidade concreta do resgate da cidadania de muitas mulheres; a construção da sua condição de sujeito através do resgate da sua auto-estima, autoconfiança, do direito sobre o seu corpo e a sua sexualidade, direito ao mundo do trabalho, direito a uma vida digna.

Infelizmente, não é assim que é. As dificuldades vivenciadas pelas políticas de prevenção e combate à violência, sejam federais, estaduais ou municipais, revelam a falta de mecanismos de inclusão no que se refere à habitação, geração de renda e equipamentos sociais voltados para as mulheres em situação de violência.

O testemunho das ex-usuárias da Casa Abrigo de Salvador e o seu próprio esvaziamento, demonstram as suas falhas. Ainda assim, a possibilidade de ruptura com a violência e as transformações conseguidas por essas mulheres, durante a sua passagem pela casa, atestam a efetividade desse serviço para as suas vidas.

A libertação das mulheres do jugo da violência só se fará através de políticas públicas inclusivas e do controle social sobre o Estado, para que todas as mulheres possam exercer a sua condição de cidadãs livres, e de direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aparecida de Fátima. **A violência doméstica e os seus reflexos na saúde das mulheres atendidas na Delegacia Especializada em Defesa da Mulher**. Natal, 2001. 81p.

ANDRADE, Marta Champegnoni. **Violência contra a mulher e exclusão social**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 160p.

ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I. C. H. C. Promoção da saúde e cidades/municípios saudáveis: propostas de articulação entre saúde e ambiente. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 151-172.

AQUINO, Sílvia. **Cidadania como estratégia política: resgatando e refletindo sobre a trajetória de luta do movimento feminista de Salvador pela criação da Delegacia de Proteção à Mulher**. Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1999.

AQUINO, Sílvia. **Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia em uma perspectiva de gênero e feminista**. Salvador, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade Federal da Bahia, (UFBA), Salvador, 2006.

ARAÚJO, Ana Carolina. História de sucesso: Pousada de Maria já atendeu 69 mulheres vítimas de violência. **Correio da Bahia**. Salvador, 30 jun. 2001.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos; desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19 (Sup. 2) p. S465-S469, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: _____. (Org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001. p. 5-61.

AZEREDO, J. C. O aposto e o intertexto. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 26-37.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**. São Paulo: Cortez, 1985.

AZEVEDO, Marina Lima. **O sentido da violência de gênero e a emergência de demandas sociais entre mulheres na Delegacia**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

BAHIA (Estado). **Minuta do Convênio de Cooperação Técnica** que entre si celebraram o Estado da Bahia, através da Secretária de Trabalho e Ação Social e as Secretárias de Segurança Pública, Saúde, Educação, Justiça e Direitos Humanos, Secretarias Municipais de saúde de Salvador e Simões Filho e Secretária Municipal de Educação de Salvador. Ordem dos Advogados do Brasil / Conselho Seccional Bahia e Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.

BAHIA (Estado). Secretaria de Trabalho e Ação Social – SETRAS. **Projeto Casa Abrigo Mulher Cidadã**, Salvador, 2003.

BAHIA. Secretaria de Trabalho e Ação Social–SETRAS; Superintendência de Ação Social–SAS. Coordenação de Desenvolvimento Comunitário–CODECOM. **Regulamento da Casa Abrigo Mulher Cidadã**, Salvador, 2004.

BAHIA (Estado). Voluntárias Sociais da Bahia.
Regulamento da Pousada de Maria, 2000.
Regulamento Interno da Pousada de Maria, 2000.
Relatório de Atividades, 1999.
Relatório de Atividades, 2000.
Relatório de Atividades, 2001.
Relatório de Atividades, 2002.
Resumo do Projeto – Pousada de Maria, 2000.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes 1992.

BARRETO, Elaine Cristina Pedroso. **Organização psíquica de mulheres que sofrem violência por parte do marido**. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2000.

BARROS, Zelinda. Em briga de marido e mulher a D.P.M. mete a colher: aspectos do cotidiano da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 7, n. 2, p. 189-207, set. 1997.
 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/acervo/Temas/Tema.asp?cod_tema=70&tipo=3&Agrupador=0>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BENTO, Berenice A. de Melo. Os estudos de gênero na encruzilhada do universal e do particular. **Revista do Museu Antropológico**, v. 3/4, n. 1, p. 121-146, jan./dez. 1999/2000.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jan. 2008.

BOMFIM, José. Direção de pousada retalia e ameaça expulsar internas. **A Tarde**. Salvador, 11 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=608771>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BOMFIM, José. Pousada de Maria está quase desativada e única interna teme por segurança. **A Tarde**. Salvador, 30 jul./2003.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 322p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. DOU, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.114**, de 12 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. DOU, 13 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Instruções e Documentação Básica para Formalização de Convênios**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.353**, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. DOU, 30 ago. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7353.htm>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.778**, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. DOU, 25 nov. 2003, p. 11. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Estratégias de igualdade: prevenção e combate à violência**. Disponível em: <<http://www.mj.sedh/sndm/violencia>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária de Estado dos Direitos Humanos. Departamento dos Direitos Humanos. Gerência da Igualdade de Gênero e de Combate à Violência Contra a Mulher. **Termo de referência para implantação e implementação de casas-abrigo**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/termo.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 737 de 16 de maio de 2001. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília, DF, 2001. 64p. (Série E. Legislação de Saúde; n. 8).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência contra crianças e adolescentes: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica**. Brasília: DF, 1993.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência contra mulheres e adolescentes. **Norma Técnica**. Brasília, DF, 2005. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Reprodutivos. Caderno nº 6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. **Cadernos de Atenção Básica, n. 8**, Série A - Normas e Manuais Técnicos; n. 131. Brasília: Ministério de Saúde, 2001. 96p.

BRASIL. **Programa de Combate à Violência contra a Mulher; resultado**. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/304/prog304.htm>. Acesso em: 29 nov. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: dez. 2004. 116p.

CALEIRO, Regina Célia Lima. A violência feminina e o cotidiano da escravidão: o silêncio das fontes. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História: mulher e poder**. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo – Edufes; PPG História, 2000. p. 179-193. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4701157H1&tipo=completo>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CAMARGO, Márcia. Novas políticas públicas de combate à violência. In BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política; gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, p. 121-135, 1998.

CARTA DE OTTAWA. **Promoção da Saúde nos Países Industrializados** 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. 17-21 de Novembro de 1986, Ottawa, Canadá. Disponível em: <http://www.saudepublica.web.pt/05-PromocaoSaude/Dec_Ottawa.htm>. Acesso em: 29 nov. 2007.

CARVALHO, Tatiany. Pousada de Maria acolhe 20 mulheres em 5 meses. **Correio da Bahia**. Salvador, 18 out. 2000. página, cadeno

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Estratégias da igualdade**, 1997. Disponível em: <www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/agintern/dmulher/apresent.htm>. Acesso em: 29 nov. 2007

CORREA, Maria Suely Medeiros. **Vivência de mulheres em situação de violência conjugal**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. 122p.

CORREA, S. O.; PIOLA, S. F. **Balanço 1998 -2002**: aspectos estratégicos, programáticos e financeiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

COSTA, Ana Alice. **As donas do poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 1998.

COSTA, Ana Maria; HAMANN, Edgard Merchan; TRAJER, Débora (Org.). **Saúde, equidade e gênero**: um desafio para as políticas públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 304p.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51-66.

CRUZ NETO O.; MOREIRA. M.R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Abrasco, v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999.

DAGORD, A. L. de L. **Viva Maria: 10 anos**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 136p.

DAMICOS CONSULTORIA E NEGÓCIOS. **Convênio de Cooperação Técnica** que entre si celebraram as Voluntárias Sociais da Bahia e o Estado da Bahia, através Secretária do Trabalho e Ação Social, da Secretária da Saúde, Segurança Pública, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com a Interveniência do Juizado da Infância e da Juventude; o Município de Salvador, através da Secretária Municipal de Saúde; Ordem dos Advogados do Brasil / Conselho Seccional Bahia, Federação das Mulheres da Bahia, visando a execução do programa “Pousada de Maria”. Salvador, 2000.

DAMICOS CONSULTORIA E NEGÓCIOS. **Minuta do Convênio de Cooperação Técnica** que entre si celebraram as Voluntárias Sociais da Bahia e o Estado da Bahia... Salvador, 2000.

DIETZ, Mary G. Cidadania com cara feminista. **Debate Feminista**. México, , p. 55-78, 2001. Número especial.

ENGELS, Frederich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. 16. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002. 219p.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA. **Documento Final da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde**. Alma-Ata, Casaquistão. set. 1978. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/45/capa05.html>>. Acesso em: 29 nov. 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FLEURY, Sônia. **A questão democrática na saúde: saúde e democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 25-41.

FLEURY, Sônia. **O desafio da gestão de redes de políticas**. Disponível em: <Htm1unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043204>. Acesso em: 2 dez. 2007.

FLEURY, Sônia. **Políticas sociales y ciudadanía**. Artigo, 2000. Mimeo.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução, Revisão Técnica Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FRANCISQUETTI, Paula S. N. **Saúde mental e violência**: considerações acerca do atendimento em saúde mental a mulheres em situação de violência. [s.n.t]. Disponível em: <http://www.mulheres.org.br/violencia/documentos/saude_mental_e_violencia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa nacional; a mulher brasileira nos espaços público e privado**. 2001. Disponível em: <www.fpa.org.br/nop.> Acesso em: 14 nov. 2007.

GRAÇA, Eliana Magalhães. **Orçamento e gênero: a luta pela igualdade**. Disponível em: <www.cfemea.org.br/temas edados/política e poder>. Acesso em: 8 out. 2007.

GREGORI, Maria F. **Cenas e queixas; um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista**. Rio de Janeiro; S.Paulo: Anpocs, 1993. 163p.

GROSS, Miriam Pilar. **Repensando a violência contra a mulher no Brasil: relatório final de pesquisa**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. 41f.

GROSSI, Patrícia Krieger et al. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde. In: LOPES, M. G. M.; MEYER D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 132-149.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades? articulação de Mulheres Brasileiras: uma articulação feminista anti-racista. **Articulando Eletronicamente**, n. 128, 14 jun. 2005. Anexo da seção Contextos.

HARDING Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates em torno de uma metodologia feminista**. México, (DF): UNAM, 1998, p. 9-34.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 99-115. Cap. 6. El género en las memorias.

LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Orgs.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006. 186p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2004. 179p.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

MATOS, Renata. DPM envia primeiras mulheres para Pousada de Maria. **Correio da Bahia**. Salvador, 06 jun. 2000.

MENDES, Corina Helena Figueira. **Vozes do silêncio: estudo sobre violência conjugal**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 2005. 140p.

MENEGHEL, Stela Nazareth; CAMARGO, Márcia; FASOLO, Lúcia R. et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 16, n. 3, p. 747-757, jul./set. 2000.

MILLET, Kate. **Teoria de la política sexual**. México, DF, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. 269p.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. R. **É possível prevenir a violência?** reflexões a partir do campo da Saúde Pública. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, 1999. 238p. Disponível em: <portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00001406&lng=pt&nrm=i so-6k>. Acesso em: 16 out. 2007.

MITCHEL, Juliet. **Women; the longest revolution**. NewYork: New Left Review, 1966. p.17-54. (A mais longa revolução).

MORAES, Rosana Ribeiro. **Mulheres em risco**: uma análise sobre a violência doméstica e conjugal e a política de acolhimento provisório no município de Belém. Belém, 2003. Dissertação (Mestrado) – Centro de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2003. Disponível em: <http://www.politicasuece.com/mapps/arquivos/materias/mapps_6%20maria%20Jaqueline_58.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2007.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate Feminista**. México, p. 29-47, 2001. Número especial em português.

MOURA, Marjorie. Unidade Estadual abrigará mulher vítima de violência. **A Tarde**, Salvador, 16 mar. 2000. Cidades.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER. **Metamorfoses; gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: NEIM/UFBa, 1998. p.147-164. (Coleção Bahianas, v. 3, Texto 21).

OLIVEIRA, Flávio. Novas denúncias atingem Pousada de Maria. **A Tarde**. Salvador. 17 jul. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Carta de Ottawa para a promoção da saúde**: versão portuguesa, “uma conferência internacional para a promoção da saúde com vista a uma nova saúde pública”, 17-21 novembro, Ottawa, (1986).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a violência e a saúde**. Bruxelas, 2002.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seção do Estado da Bahia. Comissão de Assistência Judiciária. Serviço de Orientação e Assistência Judiciária. **Relatório de Atividades Pousada de Maria**. SOAJ-OAB/Bahia – Simões Filho.

PAGELOW, Lidred Daley. **Family violence**. New York: Praeger Publishers, 1984.

PATROCÍNIO, Adriana. Cuidado com a violência que está a seu lado: Pousada de Maria é uma grande aliada. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 12 dez. 2001.

PORTAL DE SAÚDE PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. Saúde para todos no ano 2000. **Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários**. Alma-Ata, Casaquistão, URSS. 12 set. 1978. Disponível em: <http://www.saudepublica.web.pt/05-PromocaoSaude/Dec_Alma-Ata.htm>. Acesso em: 14 nov. 2007.

PORTELLA, Ana Paula. **Violência contra as mulheres**: um breve contexto e algumas questões políticas. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Seminário de Monitoramento da Violência em Pernambuco, Recife: FMPE/AMB, 2003.

PRADO, Magda et al. A saúde da mulher em situação de violência: representações e decisões de gestores/as municipais no Sistema Único de Saúde. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19 (Sup. 2), Rio de Janeiro, p. S243-S252, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 33-34.

RAMOS, Maria Dolores. **Mujeres e história**: reflexiones sobre las experiencias vividas em los espacios públicos y privados. Málaga: Atenea, 1993. p. 64-86. Estudios sobre la Mujer.

ROCHA, L de M.L.N. **Casas de Abrigo no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras, 2007. (Série Temas 6).

ROCHA, L de M.L.N. **Violência de gênero e políticas públicas no Brasil**: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica. São Luís, 2005. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <www.politicasuece.com/mapps/arquivos/materias/mapps_6%20maria%20Jaqueline_58.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2007.

RODRIGUEZ, Almira. **Mulheres: movimentos sociais e partidos políticos**. Disponível em: <www.cfmea.org.br/temas_e_dados/politicaepoder>. Acesso em: 9 out. 2007.

RODRIGUES, Almira; CORTEZ, Iáris (Orgs.). **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. Brasília: Letras Livres; CFEMEA, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 384p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero no Brasil contemporâneo**. Brasília: Rosa dos Tempos; Nipas; UNICEF, 1999. p. 151-186.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 150p. Coleção Brasil Urgente.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA S. S. **Violência de gênero, poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 15-45. Parte I – Espaço da família: vida doméstica e relações sociais.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002. p. 89-120.

SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida; BINGHEMER, M. Clara (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história; novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002. p. 23-48.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução SOS: Corpo e Cidadania. Mimeo.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp/Contexto, 2001. p. 362-400. Texto 37.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e a violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.

SILVA, Silvio Fernandes da. **Municipalização da saúde e poder local: sujeito, atores e políticas**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 121.

SILVEIRA, Lenira P. **Serviços de atendimento a mulheres em situação de violência**. Coletivo Feminista. p. 45-77.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis; violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320p.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima; FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Acesso à educação e à produção de saberes – direitos da mulher. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 14, n. 1, p. 173-183, jun. 2004. Disponível em: <http://www.seiba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/direitos_humanos/15_angelamaria_terezacristina.pdf .> Acesso em: 10 dez. 2007.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**; participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. 264p.

VARGAS, Virgínia. Uma reflexão feminista da cidadania. **Estudos Feministas**. n. 8, p. 170-190, 2000.

VERARDO, Tereza. Do amor ao ódio. **Presença de Mulher**, p. 30-36, jan./fev./mar. 1983a. Seção Direito.

VERARDO, Tereza. Violência: curso de capacitação para o atendimento a mulheres em situação de violência. **Presença da Mulher**, [São Paulo], p. 8-10, jan./ mar. 1993b. Seção direito. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/documentos/apostila%20curso%20de%20capacita%E7%E3o%201.doc>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

WESTPHAL, M.F. O movimento de municípios saudáveis e a conquista da qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. p. 39-51, 2000

ENTREVISTAS

AQUINO, Sílvia de. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2008.

ARAÚJO, Maria de Fátima Barreto de. Entrevista realizada em 19 de março de 2007,

BORGES, Tércia. Presidente das Voluntárias Sociais, em 2000. Entrevista realizada em 5 de dezembro de 2007.

BRUGNI, Anacélia Laurindo. Coordenadora Operacional das Voluntárias Sociais,

CAVALCANTE, Andaraí. Entrevista realizada em 5 novembro de 2007.

KALIL, Maria Eunice. Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2007.

LEIRO, Marta. Entrevista realizada em 15 de março de 2007.

LIMA, Janildes. Coordenadora da Casa Abrigo Pousada de Maria entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2007.

PINHO, Isabel Alice. Delegada Titular da Delegacia de Mulheres. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2007.

MARTINS, Reveca Pikelainen. Coordenadora de Projetos Especiais das Voluntárias Sociais. Entrevista realizada em 21 de novembro de 2007.

SCHIAVO, Francisca Eleonora E. Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2007.

SOUZA, Maria Helena. Atual Superintendente de Políticas para as Mulheres do Município de Salvador.

VIANA, Ângela. Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2008.

GRUPO FOCAL. Ex usuárias. Realizado em 30 de janeiro de 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A	ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA “INFORMANTES-CHAVE”	167
APÊNDICE B	CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA O GRUPO FOCAL	169
APÊNDICE C	PERFIL DAS “PESSOAS CHAVE” ENTREVISTADAS	170
APÊNDICE D	ENTREVISTAS COM “INFORMANTES CHAVE”	172
APÊNDICE E	ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL	173

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA “INFORMANTES-CHAVE”

1) DADOS PARA CADASTRO DAS “PESSOAS-CHAVE” ENTREVISTADAS

1.1 Data da entrevista _____

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Município _____ Telefone _____

Religião _____

Idade _____ Nº de Filhos _____ Idade dos Filhos _____

Cor _____

Estado Civil: () Casada / Com companheiro () Solteira

 () Desquitada / Divorciada / Separada () Viúva

Com quem mora? _____

Escolaridade

() 2º Grau completo () Superior completo () Superior incompleto

() Pós Graduação () Mestrado () Doutorado () Outro

Trabalho

O que faz? _____ Onde _____

Há quanto tempo realiza ou realizou esse trabalho? _____

2) ROTEIRO PARA PERGUNTAS

- ✓ O que a fez aproximar-se da temática da violência?
- ✓ Qual as suas experiências anteriores?
- ✓ Como você chegou a ocupar esse espaço de liderança?
- ✓ Do ponto de vista da sua experiência, como você avalia as ações da Casa Abrigo?
- ✓ Que atributos ou qualidades você julga indispensáveis para o exercício da sua função?

- ✓ *Quais os maiores impasses para o desempenho desse papel?*
- ✓ *Como você percebe o desempenho da rede de atenção para pessoas em situação de violência na nossa realidade?*
- ✓ *Na sua visão, existem possíveis “barreiras” que impedem as mulheres de terem mais acesso à política de abrigo? Se existem, quais seriam?*
- ✓ *O que você proporia como estratégia para a resolução desses problemas?*

APÊNDICE B

CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA O GRUPO FOCAL

Mulheres ex-usuárias da casa abrigo, num total de 4, sendo que 1 usuária da Pousada de Maria e 3 da Casa Abrigo Mulher Cidadã, idades entre 28 a 44 anos.

<i>Perfil das mulheres</i>	Comunicação não verbal	Percepção e histórico da violência	Motivação para pedido de ajuda	Demonstração de valores crenças atitudes, sentimentos	Percepção sobre a passagem e atendimento na casa	Percepções e ou aprendizados através da experiência	Ocupação e acesso a casa	“Recado” para outras mulheres em situação de violência	Outros
Ed									
Tê									
Lú									
Vida									

- ✓ **Ver pontos comuns e possíveis divergências que aparecem no grupo.**
- ✓ **Utilizar o grupo como unidade de análise.**

APÊNDICE C

PERFIL DAS “PESSOAS CHAVE” ENTREVISTADAS

Nome	Idade	cor	Estado civil	Nº de filhos	Religião	Escolaridade	Trabalho
Maria Eunice Kalil	57	parda	Casada	2 filhos	S/religião	mestrado	Comissão de violência do Fórum de Mulheres de Salvador e Integrante do Fórum Comunitário de Combate à Violência.
Francisca Schiavo	48 anos	mestiça	casada	Sem filhos	atêia	mestrado	Coordenadora do Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência Loreta Valadares, e integrante da comissão para reabertura da casa abrigo.
Janildes O. Lima.	53 anos	Branca	Casada	3 filhos	S/religião	superior incompleto	.1ª gestora da casa abrigo Pousado de Maria Desempregada no momento.
Mª de Fátima Barbosa	42 anos	morena	divorciada	2 filhos	espírita	pós-graduação	Ex-superintendente da SETRAS (6 anos) integrante da comissão para reabertura da casa abrigo
Cristina Aguiar	54 anos	branca	divorciada	1 filha	espiritualista	superior	Técnica da coordenação de apoio á rede do Creaidis, e integrante da comissão.
Marta Leiro	39 anos	branca	divorciada	2 filhos	S/religião	2º grau completo	Liderança Comunitária do Coletivo de Mulheres do Calafate.
Mª de Fátima Barreto de Araújo	38 anos	Branca	casada	2 filhos	espírita	Superior completo	Coordenadora da casa abrigo Mulher Cidadã até no período 2005/2006

M ^a Helena Souza Silva	55 anos	branca	Casada	3 filhos	S/religião	Superior completo	Titular da Superintendência de Políticas para as Mulheres de Salvador e integrante da comissão para reabertura da casa abrigo.
Reveca Martins	49 anos	branca	divorciada	3 filhas	judaica	Superior incompleto	Coordenadora de Projetos Especiais da SETRAS, durante a gestão de Técia Borges.
Silvia de Aquino	36 anos	branca	casada	1 filha	S/religião	Doutorado	Pesquisadora do NEIM/UFBA e integrante da comissão para reabertura da casa abrigo.
Isabel Alice Pinho	53 anos	negra	casada	2 filhos	católica	Mestrado em curso	Delegada Titular da DEAM, integrante da comissão para reabertura da casa abrigo.
Tânia Nogueira	53 anos	negra	casada	3 filhos	S/ religião	Superior completo	Ex-assistente social da casa abrigo atual coordenadora do serviço social das Voluntárias Sociais.
Tecia Borges	42 anos	parda	casada	3 filhos	católica	Superior em curso.	Ex presidente das Voluntárias Sociais no período de 1999 a 2002. Atualmente estudante de direito.
Anacélia Laurindo Brugni.	55 anos	branca	casada	S/filhos	católica	Superior completo	Diretora Operacional das voluntárias sociais no período de 1999 a 2002
Andaraí Cavalcante	54 anos	negra	solteira	S/filhos	S/religião	Superior completo	Ex assistente social da casa abrigo, atualmente coordenadora da Mulher da Secretária Municipal de Saúde de Salvador.
Ângela Viana	48	branca	separada	S/filhos	católica	Superior completo	Coordenadora da Casa Abrigo Mulher Cidadã no período de 2005/2006, técnica da SETRAS

APÊNDICE E

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1. DADOS PARA CONSTRUÇÃO DE PERFIL:

Nome

Idade

Cor

Estado Civil

Escolaridade

Número de Filhos

trabalho

Se já esteve na DEAM

Se já teve alguma ajuda psicológica

Se já teve alguma ajuda jurídica

2. POSSÍVEIS PERGUNTAS:

- ✓ *Fale-me um pouco sobre você.... (o que quiser)*
- ✓ *Se você fosse um animal, que animal você seria e por que?*
- ✓ *Como entrou em contato com a violência? (Coletar histórico de situações de violência já vivenciadas).*
- ✓ *Que motivos a fizeram pedir ajuda? A quem pediu?*
- ✓ *Em que locais/instituições pediu ajuda?*
- ✓ *Qual a sua opinião sobre o atendimento que lhe foi prestado?*
- ✓ *O que representou para a sua vida a passagem pela Casa Abrigo?*
- ✓ *Que medidas coisas ou situações você imagina que poderia facilitar a ida das mulheres para a Casa Abrigo?*
- ✓ *Que condições dificultam a ida das mulheres para a Casa Abrigo?*
- ✓ *Que recado você gostaria de deixar para as mulheres que ainda estão sofrendo violência?*

3. PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDOS:

- ✓ *Percepção de si mesma.*
- ✓ *Processo de identificação*
- ✓ *Percepção e histórico da violência*
- ✓ *Motivação para pedido de ajuda*
- ✓ *Percepção sobre a passagem na casa abrigo e atendimento recebido*
- ✓ *Avaliação sobre a ocupação na casa abrigo*
- ✓ *Possíveis percepções e ou aprendizados.*
- ✓ *Recados para outras mulheres em situação de violência.*

ANEXOS

Anexo A CARTA DE APRESENTAÇÃO

176

ANEXO A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER - NEIM

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher NEIM, vem por meio desta apresentar Virgínia Falcão de Seixas, mestranda do Programa de Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo, sendo por mim orientada.

A mesma vem desenvolvendo uma pesquisa voltada para a Casa Abrigo Mulher Cidadã, enquanto ações do Programa de Políticas Públicas de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher; tema de relevância social, buscando assim, contribuir para o seu enfrentamento.

Salvador, 8 de janeiro de 2007.

Prof^a Dr^a Ana Alice Costa